

ATA DA 276ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezenove dias de agosto de 2022, às nove horas, realizou-se a ducentésima septuagésima sexta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Mariana de Resende Franco – SEDESE; Elder Carlos Gabrich Júnior – SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame - CMAS/Coronel Fabriciano; Marinete da Silva Morais – COGEMAS; Joao Vitor Da Silva Jorge - CMAS/Caeté; Cleuza Maria de Oliveira – SEE; Arlete Alves de Almeida - O Movimento do Graal no Brasil; Gabriela de Almeida Loiola - CMAS/Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP; Isac dos Santos Lopes – ASQUIS; Kariny de Amorim Silva - Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo São Vicente de Paula; Ludson Rocha Martins – CRESS; Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; Marilene Faustino Pereira – FETAEMG; Simone Maria da Penha de Oliveira - CMAS/Belo Horizonte. Ainda, os seguintes conselheiros suplentes: Gabriele Sabrina – SEDESE; Soraia Vanessa Silva Cruz – SEDESE; Lígia Camargos da Silva – SES; Magna Cupertino Carvalho – COGEMAS; Vinícius de Querioz Castanheira – SEF; Michelle Andrade Henriques – SEE; Carla Valéria Soares Vita – FASEMIG; Crislaine Cristina Nascimento Flauzino - CMAS/Conselheiro Lafaiete; Leandro Luis da Cruz Sena - Instituto de Desenvolvimento Sociopolício Brasileiro – ID; Rodrigo dos Santos França – ASSPROM; Sandra Regina Ferreira Barbosa – SINTIBREF; Iara da Costa Nogueira Reis - Congregação São João Batista – CSJB; Maria Aparecida Bayão - Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi - CMAS/Cordisburgo. Estiveram também os seguintes convidados: Cristiano de Andrade – SEDESE; Jaqueline Notório; Roberta Kelly – SEDESE; Marcela Rodrigues – SEDESE e André Torres – SEDESE. **PRESIDENTE:** Então bom dia. Vamos iniciar mais uma plenária do CEAS, vou pedir a secretária executiva para começar fazendo a chamada dos presentes para iniciar a reunião. **ROSALICE - CEAS:** Bom dia, conselheiros. Conselheiros, eu vou começar a fazer a chamada, se alguém, se eu não falar alguém, por favor se manifeste. Mariana, presente, Elder, presente, Soraia, presente, Magna, presente, João Vitor, presente, Vinícius, presente, Cleuza, presente, Arlete, presente, Carla Valéria, presente, Gabriela Loiola, presente, Grazielle, presente, Carina, presente, Rodrigo Santos, presente, Maria Juanita, presente, Marilene, presente, Simone, presente, Iara Costa, presente, Jacqueline, presente. Tem algum que eu não falei? Estando em condição de

37 titularidade a Magna e o Vinícius da Secretaria da Fazenda. **PRESIDENTE:** Já
38 temos quórum para começar a reunião. Ok, obrigada. Então dando início a reunião,
39 podemos fazer a projeção da pauta. A pauta foi aprovada na mesa diretora e
40 encaminhada para os conselheiros na data de ontem. Nós temos a previsão de
41 posse da conselheira que foi nomeada recentemente, Gabriele Sabrina, só que ela
42 ainda não chegou. Alguém já informou aqui que ela está a caminho porque com
43 problema aí no trânsito. Então eu vou passar a posse dela para quando ela chegar
44 e passamos, então, para apreciação da ata da reunião plenária acontecida no mês
45 de julho. Pergunto, conselheiros: tiveram acesso a ata? Juanita. **MARIA JUANITA,**
46 **FED. APAES/MG:** Na verdade, a sociedade civil quer fazer uma inclusive de ponto
47 de pauta: sede do CEAS e atualização dos documentos CEAS e plano de aplicação.
48 **PRESIDENTE:** O conselheiro Elder está pedindo para esclarecer melhor. Inclusão
49 dos pontos de pauta, explica para nós por favor. **MARIA JUANITA, FED.**
50 **APAES/MG:** A sociedade civil vê uma grande dificuldade da sede do CEAS estar
51 na Cidade Administrativa e a plenária funcionar aqui e nós não temos
52 disponibilidade ou acesso às questões necessárias para que a plenária funcione da
53 melhor forma possível. Não só a plenária, mas a mesa diretora, as reuniões de
54 segmentos, segmentos da sociedade civil. A gente tem desde o dia que nós
55 tomamos posse em dezembro, a gente solicita impressão de documento. Na hora
56 que a gente preenche o formulário para confirmar a nossa presença, a gente coloca
57 lá que precisa dos documentos impressos. Chega aqui não tem documento
58 impresso, a gente pede os técnicos da secretaria, aqui não tem como imprimir.
59 Você precisa de um acesso a um computador para fazer um trabalho, uma proposta,
60 você não tem acesso. Então a gente quer conversar sobre isso, sede do CEAS e a
61 segunda coisa é que na reunião passada, na plenária do mês de julho foi aprovado
62 a atualização do PEAS e a atualização do plano de aplicação. O plano de aplicação
63 não foi aprovado no anexo. Ele tem que ser encaminhado aqui para o CEAS
64 atualizado, com as atualizações que foram impressas, aprovadas e da mesma
65 forma o plano estadual de assistência social, ele precisa ser encaminhado para cá e
66 não só a resolução falando de quais partes vão ser alteradas. São esses os pontos
67 de pauta. **PRESIDENTE:** Arlete, Grau Brasil. **ARLETE, GRAU BRASIL:** Bom dia. E
68 a gente sugere também que dentro dessa organização que a gente está propondo
69 que tenha um instrumental que dê visibilidade aquilo que a gente fez em cada
70 plenária e como que está o encaminhamento, por exemplo, isso nos atentou para
71 isso quando Juanita nos disse ontem: “nossa, vocês trabalharam muito na, o mês
72 passado” e independente de ata, a gente gostaria que tivesse um quadro onde isso
73 aparecesse. Essa ideia foi da lara e eu achei muito oportuno. lara, você poderia

74 explicar para nós essa sugestão? Ela é simplificada e dá uma visão geral do todo
75 de um pleno para o outro. **PRESIDENTE:** Não, a gente está propondo. Deixa eu só
76 também para eu entender. No manual de funcionamento do CEAS, já foi discutido
77 os instrumentais. Aí o que está lá não está atendendo? Seria incluir mais um no
78 manual porque é porque a gente está discutindo isso essa semana. Então eu acho
79 que talvez então se da forma como está ainda não está suficiente, meu
80 entendimento então a gente tem até que rever o manual. **ARLETE, GRAU BRASIL:**
81 Não, não é rever o manual e nem estar acrescentando nada a ele. É algo mais
82 simples onde a cada, por exemplo, terminou esse pleno aqui hoje e que no quadro
83 já disse, aconteceu isso e isso. A situação é essa e essa, foi encaminhado, qual é o
84 processo, como que está o seguimento? É algo bem simples onde por exemplo,
85 alguém que não veio ou mesmo quem está aqui, olhou aqui já sabe, já tem uma
86 visão geral, é uma mapa, por favor lara. **IARA, CONGREGAÇÃO SÃO JOÃO**
87 **BATISTA:** É semelhante, Mariana tem razão e eu quero tomar aqui o meu lugar de
88 fala que eu participei também do GT que fez essa construção do funcionamento do
89 CEAS. É semelhante a ideia que a gente teve em relação aos registros das ações
90 que estão acontecendo nas comissões que a gente sugeriu uma planilha que
91 indicasse qual o trabalho que está sendo realizado e o andamento. Então essa
92 planilha, o mesmo, é semelhante. O indicativo é que seja construído de tal forma
93 que por exemplo, da plenária anterior, a gente deliberou pela carta para os
94 candidatos. Então que a gente consiga visualizar numa planilha que foi feito uma
95 deliberação, se tiver a resolução dela qual que foi a resolução e quanto anda esta
96 deliberação. Foi feito o encaminhamento? Não foi feito o encaminhamento?
97 Lembrando que sempre gente que todos os trabalhos que são feitos pelos GTs são
98 assessorados pela secretaria executiva. Não tem como nós enquanto conselheiros
99 encaminhar sem esse assessoramento. Então que nessa planilha então a gente
100 consiga visualizar como que está o andamento dos trabalhos que foram
101 encaminhados e deliberado pela planilha, é um alinhamento que gente precisa ter
102 por que está solto. Aí a gente chega aqui e perde o maior tempo perguntando, mas
103 para onde que foi? Como é que está? Aonde está? Não precisa disso não é? E é
104 organizar melhor os nossos trabalhos nesse sentido. Ficou claro **PRESIDENTE:**
105 Sim. **GRAZIELE, CRP:** Não, a gente até usava isso no conselho municipal, pega a
106 pauta e coloca na base da pauta que se aquilo foi feito uma resolução, se foi
107 deliberado algum encaminhamento bem simples mesmo, eu acho que é isso que o
108 pessoal está, algo bem simples, só pra gente poder acompanhar na pauta.
109 **PRESIDENTE:** Só uma, porque eu ia propor aqui então de retirar da pauta a
110 aprovação do manual de funcionamento porque isso para mim, tem que estar. Eu

111 acho que tem dois meses que a gente está discutindo funcionamento do CEAS.
112 Teve uma reunião na quarta-feira, tem um documento que foi encaminhado para
113 todo mundo. Se ainda não está suficiente, eu estou entendendo que nós
114 precisamos de mais um instrumental a ser incluído e eu estou aqui também
115 pergunto se a secretaria executiva está entendendo isso, Sirlene pediu para falar.
116 **SIRLENE, SECRETARIA EXECUTIVA:** Pelo que eu entendi, ou então não está
117 claro que é a planilha status de encaminhamento que foi solicitado e que nós
118 estamos preenchendo. Nessa planilha, lá tem, se foi deliberado de plenária, se foi
119 de mesa diretora, qual que é o encaminhamento que está sendo dado, o número do
120 processo do SEI, tem todas as informações na planilha. Se essa planilha não está
121 atendendo, pode, a gente pode melhorar, mas a proposta era essa. Ou seja, todos
122 os encaminhamentos da última plenária que aconteceu, tudo está lá. Essa planilha
123 ela foi encaminhada, todo mês ela é encaminhada para vocês. Talvez vocês não
124 estejam vendo, mas tem todas essas informações nessa planilha. **IARA,**
125 **CONGREGAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA:** Apresenta pra gente por favor Sirlene.
126 Não precisa retirar não viu Presidenta, da pauta não. É só agregar um instrumental.
127 **ROSA, SECRETARIA EXECUTIVA:** O lara, só um momentinho Conselheiros. Rosa
128 da secretaria executiva. Isso que a lara vem apresentando todo mês a gente está
129 encaminhando para vocês e já tem muito do SEI. Com muita resolução, em que
130 posição que está, cada deliberação que foi dada, então eu vou estar lendo ponto
131 por ponto. Essa planilha a gente já apresentou aqui em plenário. Eu vou ler para
132 você, isso mesmo que vocês estão contemplando, que isso já está sendo feito e
133 encaminhado. E ainda com status, se aquilo foi vencido ou não, que se está, a
134 gente atualiza semanalmente. **GRAZIELE, CRP:** O Rosa, mas a planilha mesmo
135 porque na verdade o que eu fiquei, eu fui ler da planilha só para a questão das
136 denúncias e tem outros encaminhamentos mesmo, é porque eu lembrei. Então eu
137 acho que ela tem sim mas seria mas acho que atende exatamente o que a gente
138 vai precisar sim. **ROSA, SECRETARIA EXECUTIVA:** Só para registrar então não é
139 par fazer? Denúncias, encaminhamentos, atividades do CEAS de 2022. Então a
140 gente adotou esse instrumenta a partir de uma demanda que surgiu acho que em
141 maio. Foi em maio? Foi quando a Sirlene surgiu aqui que a gente está fazendo isso.
142 Então só para, tem a data da entrada, o município que encaminhou o SIAM ou
143 algum município, o órgão, entidade que encaminhou esse documento para nós. O
144 assunto que é, se é uma denúncia, se é uma solicitação, se é uma resolução. Se é
145 alguma atividade já do planejamento da comissão. O número do SEI porque todos
146 os arquivos, como o Elder explicou muito bem na quarta feira, para todos que
147 estavam analisando o manual. Todos os documentos hoje nós temos um arquivo

148 digital que é o SEI. A deliberação que em que momento aquilo ali foi deliberado, em
149 qual plenária que foi deliberado, em qual comissão que está, se está, se alguma
150 comissão ou a própria secretaria executiva ou a mesa diretora que está responsável
151 por aquele assunto, quais os encaminhamentos que foram dados, o número de
152 ofício, se foi para o nível estadual, aquele ali de Betim, se foi, tem o ofício, tem o
153 número do ofício em que para onde que foi, se houve resposta ou não, em que data
154 que foi aquela resposta. O status, igual nesse caso de Betim, nós estamos
155 aguardando o retorno do CMAS, passando pra frente. E temos a data da finalização
156 do processo, se aquele processo houve uma finalização ou não. Nós temos nesse,
157 nesse documento núcleo de resoluções, igual, vou dar um exemplo aqui de uma
158 comissão que eu acompanho. A comissão de normas. Nós estamos analisando
159 uma resolução de denúncia, em que posição que está aqui, o jeito que está, em que
160 posição que está aqui. Então bom, e aquilo ali é atualizado, igual, segunda-feira. O
161 que sair daqui já entra nessa planilha para vocês terem conhecimento daquele
162 posicionamento. **PRESIDENTE:** Bom, então eu vou, volta lá no pedido de inclusão
163 de pauta para ver se tem necessidade de inclusão de ponto de pauta ou
164 necessidade de retirada da pauta do manual de funcionamento ou está esclarecida
165 a questão e já está resolvida. Pergunto para a plenária. Está resolvido pessoal?
166 **IARA, CONGREGAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA:** Da minha parte está resolvido.
167 Ficou claro e eu quero agradecer e reconhecer o trabalho da secretaria executiva e
168 ligar um alerta para nós, conselheiros, para ficarmos um pouco mais atento a
169 começar por mim, gratidão. **PRESIDENTE:** Muito obrigado Iara. Eu vou, Iara hoje
170 está brilhando. Gente, mas é isso. Eu acho, vamos nos policiar e ficar mais atentos
171 aqui para. A Simone está reforçando para receber o material impresso para quem
172 não consegue acessar as mídias, vamos dizer assim, os arquivos digitais. Volta
173 fazendo favor só para eu, qual é o ponto da pauta a ser incluído, gente? Está lá no
174 final. 07 do CEAS, plano de aplicação para rediscutir e deixa eu ver se eu entendi.
175 Eu quero, eu quero só entender. Isso é para discutir ou é só, ou já é uma
176 solicitação? Porque se for uma solicitação para encaminhar, ou vai voltar a
177 discussão a pauta? Fiquei com dúvida agora também porque se for só uma
178 solicitação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [00:16:05]:** Qual a discussão
179 que você quer? Sobre qual desses três temas? **PRESIDENTE:** Não, questão de
180 plano de aplicação IPEAS. Eu entendi que é uma solicitação de atualizar o arquivo
181 do PEAS e uma solicitação de atualizar do plano de aplicação, porque se for essa
182 solicitação, a gente até que analisa isso. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO**
183 **[00:16:23]:** Porque na verdade é uma necessidade. Toda vez que eu atualizo um
184 documento, esse documento tem que chegar aqui para os conselheiros como ele foi

185 atualizado. Então como eu não vi isso no registro nem da ata e nem da resolução,
186 isso precisa ser colocado aqui em plenária e quando que o CEAS vai receber esses
187 documentos. Por exemplo, a análise da prestação de contas não foi feita pela
188 comissão porque não tinha esses documentos atualizados. Para fazer a análise da
189 prestação de contas você precisa se basear nos instrumentos de planejamento da
190 política estadual. Então é isso. mais alguma informação? **PRESIDENTE:** Não, é
191 porque eu acho que é só para registrar então que é uma solicitação, Secretaria
192 Executiva, vocês entenderam? A equipe da SEDESE, eu acho que é tranquilo. Eu
193 não vejo a necessidade de discussão, é só solicitar e isso tem que ser atualizado e
194 encaminhado. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [00:17:24]:** Só está tendo
195 uma divergência na questão da Resolução 18 que aconteceu o seguinte, a ementa
196 dela fala do plano de aplicação, não resolve, não fala do plano de aplicação e não
197 houve o anexo do plano de aplicação. Então é isso que a gente tem que resolver.
198 Ou a gente vai fazer a resolução, vai alterar a resolução, vai fazer uma nova
199 resolução, vai retificar a resolução. É isso. A questão é essa pelo que eu entendi
200 até agora. **PRESIDENTE:** Então podemos, eu acho que a gente pode retificar a
201 resolução e republicar e encaminhar os arquivos completos. Isso atende? **ROSA -**
202 **CEAS:** Em parte porque o plano estadual de assistência não tem como ser
203 publicado. Do plano de aplicação sim, porque o anexo, ele precisa ser publicado,
204 aquele quadro com as alterações. E o plano estadual de assistência social tem que
205 vir para a SEDESE ou tem que ser publicado no nosso site para que a gente
206 acesse e veja as atualizações que foram aprovadas. **PRESIDENTE:** Não, ok, eu
207 concordo. Eu acho que é tomar nota e aí a gente resolver isso. Está de acordo,
208 Secretaria Executiva? Equipe aqui também? Ok? Então está resolvido. Bom, então
209 estou entendendo que isso já está resolvido, não tem necessidade de rediscussão.
210 Ok, Rosa? **ROSA - CEAS:** E lembrando que a gente precisa desses documentos
211 para fazer a análise da prestação de contas. **PRESIDENTE:** Como a gente ia
212 discutir prestação de contas do segundo trimestre na plenária de hoje e não vai ser
213 discutido, para o próximo mês, isso já tem que vir resolvido tanto do primeiro
214 trimestre quanto para o segundo trimestre, ok? Registrado. Está. Então inclusão do
215 ponto de pauta é discussão sobre sede e infraestrutura do CEAS. Volta nos outros
216 pontos de pauta por favor para a gente conferir. Então a conselheira, vou até
217 retomando aqui, posse dos, conselheiros. A Conselheira Gabriele chegou, então
218 está empossada a Conselheira Gabriele Sabrina, é superintendente da SEDESE
219 está substituindo a Conselheira Suzane. Seja bem-vinda de volta, já foi conselheira
220 do CEAS em vários momentos. Bom, então passa a apreciação da ata da plenária
221 passada. Justificativa de ausências é porque eu comecei perguntando se os

222 conselheiros receberam a ata e podemos considerar a ata da plenária passada
223 aprovada? Ok. Justificativa de ausências, temos? Pode registrar, Secretária
224 Executiva. **ROSALICE - CEAS:** Marinete do Cogemas justificou por motivo de
225 trabalho, todos que justificaram gente, foi por motivo de trabalho. Então vou falar
226 quem justificou, em todos já fica registrado que foi por motivo de trabalho. A
227 Marinete, Cogemas. Daniel Martins justificou, João Vitor, justificou, a Mariana
228 Souza, SEPLAG justificou, Cláudia Cristina justificou, Ana Carla, SEAPA, justificou.
229 A Cleuza Maria também já justificou. Olha, desculpa, Silvestre, Silvestre justificou
230 por motivo de trabalho. Cinara Lucena justificou, são essas justificativas de
231 ausência. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Então agora que passamos para
232 apreciação. **GRAZILE, CRP:** Eu acredito que o Felipe também tenha justificado
233 porque ele já tinha avisado desde a plenária passada. **ROSALICE - CEAS:** E Felipe
234 por motivo de trabalho. **PRESIDENTE:** Isso. Registrado. Agora passamos para
235 apreciação da pauta. Com a inclusão dos pontos. Então a pauta prevista,
236 participação no Fonaceas, indicação de participação de conselheiros, está faltando
237 ali, para reunião do CMAS. **ROSALICE - CEAS:** Regional, reunião regional do
238 CMAS. **PRESIDENTE:** Retorno sobre o Decreto Estadual 48322/2021. Intervalo
239 para o almoço. Revisão do PPAG para 2023 e LOA 2023. Apresentação do
240 instrumental de prestação de contas para a SEDESE elaborado pela comissão de
241 orçamento. Aprovação do manual de funcionamento do CEAS. Encaminhamentos
242 das comissões e a inclusão desse ponto de pauta sobre sede do CEAS e
243 dificuldade de infraestrutura. Esses são os pontos? **ROSALICE - CEAS:** Eu tenho
244 uma sugestão de antes de entrar nas comissões e informes, a gente sobe as
245 dificuldades de infraestrutura para depois do funcionamento do CEAS.
246 **PRESIDENTE:** Ok. Eu agora eu vi que a Sirlene mandou esse instrumental de
247 prestação de contas e no grupo e aí isso foi elaborado na comissão de orçamento.
248 Eu não, já estou querendo já até perguntar ou propor se isso poderia ser retirado da
249 pauta para ser encaminhado primeiro para a SEDESE aí eu falo especificamente
250 para análise da equipe do FEAS e depois a gente apresentar. Por quê que eu estou
251 dizendo isso? Porque a equipe do FEAS não analisou. A gente vai ter que discutir o
252 instrumental, a gente vai ter que analisar e discutir internamente esse instrumental
253 porque eu realmente eu vou falar que eu não vi, então eu não sei se altera muito o
254 formato mas a minha sugestão aqui é que ele fosse encaminhado primeiro para nós,
255 SEDESE, para ter uma avaliação da equipe técnica e aí a gente já na próxima
256 reunião a gente voltar para estar mas com uma análise. Eu acho que seria mais
257 talvez essa discussão ia render, ia fluir melhor a gente já apresenta com a nossa
258 análise porque senão hoje vai ter apresentação. Aí a gente vai ter que analisar e

259 depois falar sobre a nossa análise. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu
260 proponho que a comissão faça uma reunião com a presença do FEAS, com a
261 Roberta, com a equipe para que eles analisem se a gente já faz as considerações
262 pra gente andar porque pra próxima prestação de contas de setembro já vir nesse
263 formato para tentar facilitar para os demais conselheiros o entendimento. Já foi
264 encaminhado, foi encaminhado para o conselho. **PRESIDENTE:** Não, eu acho
265 ótima a proposta. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** E para agendar, a gente
266 pode fazer a reunião online mesmo como a gente fez, pode ser assim?
267 **PRESIDENTE:** Pode, claro. Eu acho que é mais produtivo. Então isso vai ser
268 retirado da pauta e aí volta no mês que vem e a partir dessas tratativas a próxima
269 prestação de contas estando alinhado já pode vir no novo formato. A plenária
270 concorda? Está de acordo? Então isso é retirado da pauta também está Rosa, por
271 favor. Ok. Aí só questão também de consultando essa plenária. Se considerando a
272 reunião da comissão conjunta de ontem, se não seria mais interessante a gente
273 iniciar a reunião dando continuidade ao assunto que é revisão de PPAG e LOA.
274 Porque nós combinamos no final da reunião de ontem que a gente daria
275 continuidade hoje de onde paramos para chegar a deliberação. Então a minha
276 pergunta é se a gente pode inverter os pontos, dar continuidade agora de manhã e
277 depois na sequência dos outros. Se, isso para mim seria até mais produtivo de
278 continuidade da discussão, se vocês concordam, pode ser? Então a gente começa
279 a reunião agora dando continuidade a reunião de ontem do ponto que paramos e
280 inclusive porque depois temos que também sair daqui com uma resolução e os
281 encaminhamentos aprovados ok? Então aprovada a pauta, vamos iniciar a reunião
282 de hoje tratando da revisão do PPAG para 2023 e da proposta de lei orçamentária
283 de 2023 encaminhada para o CEAS e aí eu peço aí a secretaria executiva e a
284 equipe do FEAS que retome as apresentações e os conselheiros, vamos lembrar.
285 Ontem nós paramos a discussão na ação orçamentária que foi lá do controle social,
286 a ação 4133 nós estávamos discutindo as metas físicas, então o encaminhamento
287 foi alteração da meta física para 59 reuniões de UCMA's, fóruns, CIBE e Conselho
288 Estadual, é isso mesmo, gente? Estou olhando pelas minhas anotações. Eu estou
289 retomando porque eu olhei aqui nos. **ROSALICE - CEAS:** O produto é reuniões
290 plenárias e conferências realizadas. A meta ficou pactuada aqui foram 59 com a
291 revisão do número de reuniões de UCMA's e fóruns. **PRESIDENTE:** Isso.
292 Importante deixar registrado a memória de cálculo em secretaria executiva e equipe
293 da SEDESE também. Aí olha, a Rosa já está projetando. Os encaminhamentos que
294 nós tiramos ontem na análise dessa ação orçamentária foi oficializar, formalizar um
295 ofício para o Ministério Público sobre possibilidade de improbidade administrativa

296 por descumprimento do artigo 30 da LOAS uma vez que descumprimento do artigo
297 30 da LOAS por não haver previsão no orçamento de valor suficiente para
298 realização da conferência estadual a ser realizada em 2023. Também teve o
299 encaminhamento de pedido de reconsideração para o COFIN e SEPLAG sobre os
300 pleitos realizados pela SEDESE. Foi outro encaminhamento além desse. É
301 separado Rosa. Pedido de reconsideração ao COFIN dos valores não aprovados.
302 Então gente, retomando, encaminhamentos discutidos, aprovados esses
303 encaminhamentos? Podemos passar para a próxima ação? Então agora eu vou
304 passar para a equipe fazer a apresentação da ação 4535 Programa Rede Cuidar.
305 **ROSALICE - CEAS:** Ação 4535. Finalidade, é a ação do Rede Cuidar,
306 aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS, finalidade instituir mecanismos
307 de incentivo financeiro, assessoramento técnico e qualificação continuados para
308 fortalecer a rede socioassistencial do estado de Minas Gerais, no Estado de Minas
309 Gerais aprimorando serviços, programas, projetos, benefícios e a defesa e garantia
310 de direitos ofertados a população, público-alvo, unidades socioassistenciais
311 públicas e privados. Produto unidade socioassistencial beneficiada, unidade medida
312 unidade. A meta física de 2023 é, essa ação ficou como janela orçamentária
313 condicionada a captação de recursos e a meta física de atendimento então ficou um
314 e a orçamentária mil reais com a fonte de 71 desses mil reais. A proposta de
315 elaboração da LOA enviada à SEPLAG, considerada uma unidades
316 socioassistenciais beneficiada com recursos do Programa Rede Cuidar, com
317 alocação de 12 milhões de reais. **PRESIDENTE:** E o pleito, esse pleito. **ROSALICE**
318 **- CEAS:** Foi negado, o pleito foi rejeitado. **PRESIDENTE:** Só antes de passar para
319 a Conselheira Juanita, eu quero fazer um registro que eu passei para a mesa
320 diretora nessa semana mas para ser incluída na pauta do mês que vem, que a
321 CIBE pactuou na semana passada uma alteração na deliberação, na distribuição
322 dos recursos que a gente aprovou no ano passado para inclusão de mais unidades
323 para atendimento do Programa PPCAM. Então é só como informe aqui nesse
324 momento mas ressaltar que o Programa Rede Cuidar ele vem sendo executado
325 desde 2017. Cada ano ele teve valores aportados, valores diferentes. Então a gente
326 teve 2017, 19, 2021 e agora 22. Essas entidades, elas são apoiadas por termo de
327 colaboração. É uma parceria que é realizada com a SEDESE para financiamento de
328 um projeto específico. Não é recurso continuado para as entidades, é recurso de
329 projeto, parcela única mediante plano de trabalho e a quantidade de entidades, ela
330 varia e as entidades também não são as mesmas. Então só lembrando isso aqui
331 tem uma comissão de monitoramento de avaliação do programa que inclusive tem
332 membros do CEAS. Essa comissão não se reuniu esse ano, então eu acho que é

333 até importante a gente colocar isso aqui como alerta para o CEAS, digo para a
334 SEDESE também, tá, estou assumindo porque é uma comissão mista, CEAS e
335 SEDESE de monitoramento da Rede Cuidar e enfim, eu acho que é só para
336 retomar essas informações para clarear aqui para todo mundo também lembrar o
337 quê que é a Rede Cuidar. Juanita. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então,
338 gostaria de chamar esse Colegiado para uma reflexão muito importante. Primeiro, a
339 proposta nós já temos vários orçamentos que essa ação ela vem como janela
340 orçamentária e a discussão é que ela é financiada com recursos da loteria. Não tem
341 como inserir a fonte da loteria 60 no orçamento da SEDESE, que essa captação é
342 feita posterior. Entretanto a gente precisa refletir na sustentabilidade do sistema.
343 Esse programa foi criado pelo Governo, então é uma prioridade do governo, só que
344 ele foi criado sem vinculação de receita do tesouro que é o recurso que financia as
345 ações de assistência social. Então a gente tem uma janela que se for possível capta
346 recurso, se não for, não capta. Então nós tivemos esse ano no CEAS uma
347 prioridade no Governo que foi para o Programa Aproxima SUAS que fez uma
348 captação de recurso por meio de emenda que entrou como prioridade, equiparou a
349 agenda do CEAS, nós aprovamos não é? Então por que que essa minha reflexão?
350 Nós temos uma realidade no Brasil, então não é só de Minas Gerais que a rede
351 prestadora de serviço, as entidades privadas são as entidades que sustentam o
352 SUAS principalmente com acolhimento institucional. Nós temos de acordo com o
353 diagnóstico da SEDESE 1070 unidades de acolhimento institucional de acordo com
354 o diagnóstico de 2020, não é? Nós temos esse universo de entidade. Considerando
355 as pesquisas e estudos, 90% dessas entidades são entidades privadas. Então nós
356 temos aí uma ação previdência capenga de um serviço extremamente importante
357 de pessoas que não tem vínculo familiar, os vínculos foram rompidos e não existe
358 prioridade do SUAS de Minas Gerais de aportar recurso do estado, recurso do
359 tesouro para essa ação. Então se a gente, se esse programa não é de prioridade do
360 Governo, ou a gente acaba com esse programa que tem a coragem de falar para a
361 sociedade mineira que nós não vamos financiar as entidades privadas, ou a gente
362 para de fazer um orçamento só com uma janela orçamentária e se tiver interesse,
363 captar recurso porque esse ano nós não tivemos interesse. O interesse foi do
364 programa também Estado Aproxima SUAS, que nós paramos a agenda desse
365 Conselho, para aprovar a deliberação. Então nós estamos falando aqui de 450
366 unidades de acolhimento de criança e adolescente. 435 de acolhimento de idoso,
367 92 especializada para pessoa com deficiência, de 68 especializada para criança e
368 adolescente com deficiência, 08 e 04 para mulheres. E a gente está brincando de
369 colocar no orçamento uma janela orçamentária sem garantia de captação de

370 recurso. Vai me falar que capta todo ano com fonte da receita. Mas nós temos hoje
371 uma legislação que permite tirar recurso do FEM para já garantir esse
372 financiamento. Então eu entendo que a SEDESE fez o esforço, propôs aqui de 12
373 milhões. Sem a justificativa de qual foi esse cálculo, a memória do cálculo que
374 chegou aos 12 milhões. Na verdade inclusive esse Conselho e eu conversei na
375 comissão de orçamento a gente precisa fazer o encontro com essas entidades que
376 já receberam o programa Rede Cuidar para elas falarem pra gente disso,
377 dificuldade, entrave, avanço. A gente precisa, nós temos que fazer esse controle
378 social. Uma coisa. Outra coisa. Dessas 1070 unidades, se eu não me engano,
379 aproximadamente 200 são atendidas pela Rede Cuidar, não é todo ano como a
380 própria secretária falou, a que atende uma vez não é atendida no outro ano.
381 Semana passada eu tive com a entidade que estava fazendo um esforço para
382 gastar um dinheiro que ela recebeu em 2019 da Rede Cuidar por aditivos e é isso
383 que a gente precisa ouvir dessas entidades. Então eu estou falando aqui de alta
384 complexidade, de uma seriedade. As entidades estão fechando. As entidades estão
385 com serviço de qualidade questionável. Não tem apoio de gestão, não tem apoio
386 desse Conselho estadual. A gente precisa refletir sobre isso. Então a minha
387 proposta é que na resolução que a gente for aprovar os parâmetros do orçamento
388 de 2023, a gente coloca isso, eu não sei que é 12 milhões, que a SEDESE tem que
389 apresentar pra gente essa memória de cálculo também. Mas a gente não pode mais
390 apagar os olhos com relação a esse programa. **PRESIDENTE:** Antes da senhora
391 falar, posso só dar esse esclarecimento? Então, esse ano a gente teve recurso da
392 fonte 71 que é do tesouro e ano passado também que foi um recurso de acordo
393 com a Assembleia Legislativa com o Governo no âmbito da aprovação do acordo de
394 Brumadinho da reparação. Isso inclusive está na nossa resolução de aprovação do
395 recurso ano passado. Então é só para registrar que tem captação da loteria e tem o
396 recurso do FEM. A outra questão sobre a memória de cálculo que a Conselheira
397 Juanita perguntou, é porque a gente tem utilizado a resolução do ano passado, ela
398 estabeleceu que seria 115 mil por unidade, então só relembrando porque os
399 conselheiros que estão aqui não estavam na gestão passada. Então a gente está
400 trabalhando com valor por unidade por plano de trabalho. Esse valor foi
401 estabelecido com base em outras parcerias do estado como um valor aproximado
402 para projeto de fortalecimento das entidades que elas geralmente utilizam para
403 fortalecer aquisição de equipamentos, aquisição de bens materiais, algumas
404 utilizam para a contratação de pessoal, mas para um determinado período porque é
405 um recurso de repasse único com tempo de duração definida. Então é isso e aí os
406 12 milhões também considerou a quantidade de entidades e a nossa capacidade

operacional que a gente vem trabalhando quantidade de entidades apoiadas e atendidas por ano, só para esclarecer aí como que a SEDESE chegou nesse valor.

MARIANA: Baião, só um minutinho, só para mim responder a secretária. Eu acho que eu não me fiz entender. Não foi isso que eu falei secretária. Primeiro, a sua justificativa dessa, a sua colocação com relação aos 12 milhões não ficou claro. Qual que é o nosso diagnóstico? 1070. Desses 1070 nós vamos atender qual de criança e adolescente, qual de idoso, qual de mulher. Esse universo diagnóstico esse Conselho tem que ter. Ponto. Segundo, a gente tem que ter coragem de tomar decisão. Propor, inclusive acabar com programa, a gente não pode. Eu acho vergonhoso esse Colegiado aprovar uma proposta orçamentária, com diagnóstico desse a nossa porta e a gente aprovar uma janela orçamentária de mil reais. Então assim, a gente tem que ter coragem inclusive para acabar com um programa. O programa foi criado pelo Governo. Então a gente não pode brincar de fazer SUAS ou a gente garante recurso ou a gente não garante. Então a gente está vendo as entidades fechar e ninguém faz nada, esse Conselho não faz nada, não faz nada. É isso mesmo que a gente vai continuar não fazendo? É na fala da Juanita mesmo, Mariana. É porque a gente discute isso aqui em Belo Horizonte. A nossa maior preocupação é justamente essa. O que eu coloquei ontem também. Como ficam essas crianças? Como ficam os idosos. E outra coisa, janela orçamentária para quem sabe tem o Lucas aí, a janela orçamentária é como se ela não existisse. Então eu concordo plenamente com Juanita. Ou o CEAS vai ter que chamar as entidades para gente conversar junto conosco, não só o Governo, junto conosco para saber da situação, o quê que eles pensam ou então isso tem que sair, isso tem que acabar. A janela orçamentária é igual loteria. Loteria arrecada milhões mas eu nunca vi um programa exato de Governo e nem prefeito, ah nós estamos trabalhando isso aqui, é só loteria. Todo mês a loteria faz a prestação de contas e isso não existe. É igual eu estou cansada de falar, é iludir o povo. As entidades eu acredito que aquela que está melhor que eu não vou citar nomes, as que já deixaram o setor público porque conseguem sustentar. Mas gente, é muito preocupante. Não adianta nós ficarmos chamando a entidade para participar de reunião, de seminário, mais isso e mais aquilo se elas não tem dinheiro para trabalhar. Agora me preocupa muito isso Mariana, eu falei ontem e estou falando hoje outra vez. Como vão ficar essas crianças? Por quê que não se estudou antes dentro desse plano a retirada ou continuidade brigando para sair de fato o recurso. É muito triste abrir uma casa na esperança, desesperançada. Você leva para os pais, os pais ficam alegres porque vai ter, vão ter um caminho para o filho, um caminho para o jovem. Aí a entidade está fechando. Isso não é só aqui que passa,

444 perpassa por nós. Aqui em Belo Horizonte também nós temos uns problemas por
445 causa desse programa inexistente. É muito sério e eu concordo com a Conselheira
446 Juanita. Se a mesa hoje fechar, nós não temos como negociar, a janela vai
447 continuar fechada, eu também concordo. Então vamos retirar o programa, vamos
448 retirar o programa. Ou se chama as entidades e sejam honestas com elas. Não tem,
449 vamos fechar. Vamos ver outro meio sem mentira porque você não pode chamar
450 uma entidade também para falar, vamos alocar de outro meio sem você saber, sem
451 nós sabermos também para apoiar. Isso é muito complicado. Quando eu falo o
452 diagnóstico bem feito das prestações de contas, é nesse sentido também. É muito
453 sério. Se você falar no fim do dia ah, nós temos que aprovar. A entidade civil não
454 pode aprovar uma coisa dessa. Não pode viu Mariana. **ROSALICE - CEAS:**
455 Rodrigo. **RODRIGO, ASSPROM:** E então, secretária e Juanita. Juanita foi muito
456 polida sabe? Já está na nossa agenda, a gente acaba apadrinhando algum São
457 Vicente de Paulo aqui em BH referente aquelas quermesses, aquelas ações de final
458 de ano porque se vocês não estão sabendo o conselho regional, o conselho
459 nacional de enfermagem conseguiu aí a alteração do piso, então isso vai impactar
460 eles nas ILPIs. Então o pessoal já está batendo pra gente, olha, gente, vem
461 socorrer a gente porque a gente não vai ter como pagar o 13º entendeu? É, então
462 assim, já estão fazendo contato com José Cruz aí, com. Então assim, a gente já
463 trabalha com subalterno e agora a gente tem o recurso subalternizado. Então assim,
464 eu não estou falando a realidade da minha entidade ainda, já chegou pra gente
465 também. Mas assim, os colegas já estão ligando pra gente, olha, vem ajudar a
466 gente porque a casa, o negócio vai ficar feio e nós estamos falando da capital, o
467 primeiro PIB, mas é só tentar passar essa realidade para vocês porque são os
468 nossos idosos, nossos, às vezes não nossos parentes, mas conhecidos. Então é
469 uma realidade nua, crua que está dada e a gente vai precisar aí chegar um ponto
470 de romper. Romper com o que essa modernidade, esse capital está aí nos
471 propondo. Excluindo os nossos idosos e aí gente, fica aquela reflexão. A gente está
472 chegando lá, em breve a gente chega lá, 60 anos. Obrigado. **PRESIDENTE:** Mais
473 alguém ou qual encaminhamento? Tem, essa é a última tela, é porque janela, então.
474 Pergunto. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** O meu encaminhamento é que na
475 resolução do CEAS a gente estabeleça recurso no parâmetro. Agora se a SEDESE,
476 se a SEPLAG vai colocar ou não, agora esse Conselho não tem como se furtar
477 dessa responsabilidade. Isso quer dizer o quê? Que a proposta que a SUBAS
478 apresentou aqui não foi aprovada pelo CEAS nesta ação. Nesta ação o CEAS inclui
479 esse valor. Agora o quê que a SEDESE e a SEPLAG vai fazer, é outra coisa.
480 **PRESIDENTE:** Deixa eu ver como que a secretaria executiva está registrando o

481 encaminhamento. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Esse Conselho ele vai
482 aprovar os parâmetros da revisão do PPAG e da LOA para o ano de 2023
483 apresentado pela SUBAS não vai? Aí nós vamos colocar que na ação Rede Cuidar
484 os parâmetros aprovados pelo CEAS foi de 12 milhões ou 20 milhões ou 168
485 milhões considerando o diagnóstico apresentado pela subsecretaria da rede de
486 acolhimento de alta complexidade, é isso que nós temos que aprovar. A resposta é
487 só quando o Governo devolver lá pra a Assembleia, aí a gente vai ver se o Governo
488 conseguiu atender a demanda do CEAS ou não. **PRESIDENTE:** Aí Roberta, esse,
489 qual que foi a memória de cálculo dos 12 milhões, você pode falar pra, gente?
490 **ROSALICE - CEAS:** O valor de cada unidade previsto no ano passado e este para
491 2021 e 22 na resolução foi 115 mil reais por unidade. A nossa capacidade também,
492 aí eu estou falando capacidade operacional da SEDESE. Hoje se a SEDESE
493 receber um valor muito superior, ela não tem capacidade operacional para realizar
494 aí 300 parcerias. Isso é fato. A realização dessas parcerias ela demanda um
495 esforço enorme, não só da SUBAS porque isso também está relacionado a
496 assessoria jurídica e diretoria de convênios e parcerias porque todas as parcerias
497 elas tem que cumprir um procedimento de celebração previsto no MIRÓS que tem a
498 fase de habilitação jurídica, fiscal, de regularidade das entidades. Então a
499 capacidade operacional da SEDESE hoje não dá conta de fazer mais de 100
500 parcerias por ano. Eu vou até pedir aqui só confere, ano passado quantas, ano
501 passado foram 77 unidades, eu já até lembrei. Ano passado em 2021, nós
502 conseguimos realizar, celebrar 76 parcerias. Então em 2021 atendemos 76
503 unidades. Esse ano também a gente pode conferir aqui quantas estão em fase de
504 celebração, mas aí o número está relacionado a nossa capacidade operacional.
505 **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então secretária, é 115 mil para 100
506 unidades? **ROSALICE - CEAS:** Não, 115 mil por unidade e atendendo 100
507 unidades/ano a gente chega nesse valor de 12 milhões. **MARIA JUANITA - FED.**
508 **APAES/MG:** Então, é isso que eu estou falando. a memória de cálculo dos 12
509 milhões é 115 mil para atender 100 unidades. Então nós temos que colocar isso aí.
510 Realizar a manutenção de serviços de alta complexidade, realizar, ofertado pela
511 rede socioassistencial no valor de 12 mil para atender 100 unidades. **ROSALICE -**
512 **CEAS:** É o valor ali que foi estimado em 12 milhões entendeu? É só acrescentar a
513 palavra estimado. A entidade ela apresenta um plano de trabalho para o recurso.
514 Ela levanta as necessidades dela, apresenta o plano de trabalho, a equipe da
515 SEDESE que é tanto da SUBAS quanto da diretoria de convênios, analisa esse
516 plano de trabalho e se a entidade também cumpre outros requisitos porque
517 lembrando aqui, o Programa Rede Cuidar ele é para entidades de assistência social.

518 Então é analisado o vínculo SUAS, se a entidade ela está na rede do município, o
519 gestor municipal ele também assina um termo de adesão de que a entidade está
520 participando do programa, que ela faz parte da rede dele, que ela está sendo
521 monitorada. Conselho municipal de assistência social também aprova. Aí a entidade
522 faz o plano de trabalho de acordo com a necessidade dela. Se ela precisa comprar
523 carro, se ela precisa comprar cama, se ela precisa comprar comida. Isso ela coloca
524 no plano, aí a SEDESE avalia, aprova e repassa o recurso. **MARIA BAIÃO,**
525 **FMTSUAS-BH:** Eu só estou questionando é o valor. É o valor que é muito pequeno.
526 Não dá. Além de não ter, não dá. Nós, o Conselho nós estamos discutindo, já
527 quase nos dois meses uma emenda parlamentar que chegou aqui para Belo
528 Horizonte, ele, a emenda parlamentar quando ela vem, ela já vem destinada para
529 uma entidade. O Conselho, nós da mesa do financiamento é que vamos então ver
530 como está a situação dessa entidade. Se ela está inscrita, se o programa é SUAS,
531 se o programa é assistência social, isso tudo que vocês sabem. Resultado. É
532 terrível porque é uma entidade grande, ela trabalha com crianças, idosos e tem
533 determinadas normas que não pode ser para compra de carro, manutenção de
534 pessoal de limpeza, essas coisas não pode, isso já vem determinado. **ROSALICE -**
535 **CEAS:** Isso é recurso de emenda, que a emenda ela vem carimbadinha. Ela vem
536 falando, pode isso, não pode isso. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** É, aí o que que
537 acontece? Nós estamos com uma certa não, com a dificuldade porque isso nunca
538 aconteceu, tinha acontecido, uma foi de cento e tantos mil. Essa gente, pasmem
539 vocês, o deputado mandou para uma entidade 4 milhões e 800 e pouquinhos reais.
540 A entidade não vai poder receber viu porque ela tem coisas que ela usa na entidade
541 que estão fora daquilo que o deputado enviou. Nós estamos muito chateados
542 porque em dois ano o Governo Federal não mandou esse valor para cuidar do
543 SUAS, não mandou, sabe? Então quando a Juanita já fez o relatório ali dessa
544 entidade ali e tal, uma entidade dessa não está corretamente inscrita no SUAS
545 porque o Governo não cuidou, veio uma emenda dessa para, ela perde a emenda
546 porque o Governo não teve interesse de cumprir com a obrigação dele. Isso é muito
547 ruim. Você não sabe o sofrimento que é pra gente discutir isso quando a entidade
548 precisa para não deixar as crianças, para não deixar as pessoas. Nós temos gente,
549 não podemos votar assim. Nós temos que chegar num consenso aqui o que fazer
550 antes de qualquer passar, isso aí. É muito sério. Eu te falo isso porque eu estou lá
551 sentindo isso, sabe? É muito sério isso. **PRESIDENTE:** Volta no encaminhamento
552 então para ver como que ficou. Isso é inclusão de ponto na resolução, foi isso que
553 foi falado não é? Ok. É, podemos passar? Mais algum outro encaminhamento para
554 registrar ali? Então pode fazer a apresentação da próxima ação orçamentária,

555 Roberto ou Jaqueline. **JAQUELINE:** Aproximação SUAS, ação 1059. Finalidade,
556 prover apoio técnico e financeiro para as equipes da assistência social e dos
557 municípios prioritários do Programa Percursos Gerais projetando para autonomia,
558 com vistas a fortalecer a oferta de seus serviços, programas e projetos assistenciais
559 e consequentemente contribui para o enfrentamento das situações de
560 vulnerabilidade social, fortalecimento de vínculos, alcance de autonomia e acesso a
561 cidadania das famílias, público-alvo, famílias e indivíduos em situação de
562 vulnerabilidade e risco social do estado. Produto, municípios com rede
563 socioassistencial apoiada. Unidade de medida, município. As metas de 2023 ela
564 também ficou como janela orçamentária e as metas de 2023 a física, são os
565 mesmos 73 municípios que são abarcados no programa e a orçamentária, mil reais.
566 **PRESIDENTE:** Conselheira Juanita, está inscrita. **MARIA JUANITA - FED.**
567 **APAES/MG:** Então, eu também quero fazer uma reflexão aqui desse Colegiado.
568 Esse também é um programa criado pelo Governo, Aproximação SUAS e desde o
569 ano, desde esse ano na proposta orçamentária do ano passado, ele vem como
570 janela orçamentária. Entretanto vem a intenção imediata de captação de recurso
571 para esse programa. Aí não tem problema não, quantos programas no SUAS tiver,
572 potencializa a rede, não é? Desde que a gente tenha parâmetros inclusive, o quê
573 que a gente vai captar para um e captar para outro? O quê que eu quero falar com
574 isso aqui? Que o ano que vem esses conselheiros vão estar aqui novamente e que
575 não chegue para nós tempestivamente uma proposta de aprovar emenda legislativa
576 para este programa se não vier uma proposta imediatamente também para a gente
577 aprovar emenda parlamentar para o Rede Cuidar. A gente tem que estabelecer
578 prioridades aqui. Então assim, a gente tem que refletir conselheiros, qual que vai
579 ser a prioridade desse CEAS. Se vai ser atender as demandas do gestor com o
580 programa Aproxima SUAS ou se vai atender a necessidade da rede
581 socioassistencial privada que está sendo clamada aqui por socorro, onde a gente
582 vai, as entidades falam, eu vou ter que fechar a porta, não estou conseguindo.
583 Então eu gostaria de chamar essa reflexão aqui para o início do ano que vem
584 quando a SUBAS for apresentar a LOA aprovada pra gente, isso já ficar claro na
585 hora que a gente for aprovar a suplementação de orçamento para as ações. Era
586 essa a minha reflexão. **ROSALICE - CEAS:** Só um destaque aqui que quando a
587 gente está falando de emenda parlamentar a gente está falando de uma lotação de
588 parlamentares que colocam recursos de algumas, em algumas, alguns momentos
589 na forma que eles avaliam melhor, eles propõem uma alocação de recursos, muitas
590 vezes isso não é uma decisão do próprio Governo, só para deixar claro que caso
591 algum conselheiro não tenha clareza não é? Aí tem um ponto aqui. **ELDER,**

592 **SEDESE:** Elder, SEDESE, a gente pode alterar então o público-alvo só para
593 famílias que aí até segue a lógica que a gente usa no SUAS, sempre trabalhar com
594 famílias mesmo que seja família de uma pessoa só e aí tirar o indivíduos.
595 **ROSALICE - CEAS:** Ok. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Maria Aparecida Baião.
596 Só de usuários. Não gente, é porque tem coisas que vem que às vezes chama
597 atenção para vocês. Isso aqui para mim não está significando nada. Mas é, a gente
598 tem que saber usar a palavra num texto, num contexto, é muito, eu vou chegar lá na
599 rua, Oi gente, o CEAS está dando ajuda para um indivíduo aqui, qual é indivíduo
600 que vai querer essa ajuda, soa mal. Isso para mim é muito ruim. **ROSALICE -**
601 **CEAS:** A gente vai colocar o encaminhamento aqui retirar o indivíduo tá? Deixar só
602 família. Então a gente tinha feito uma proposta de elaboração da LOA enviada pelo
603 COFIN que foi. **SANDRA, SINTIBREF:** Não, gente, só aqui... apoiar a fala da
604 companheira aqui, colega Juanita na questão da emenda parlamentar porque isso
605 mesmo. Fica, na vontade do parlamentar de colocar a emenda mas a gente sabe
606 que tem que ter essa articulação política e a vontade política inclusive de
607 reconhecer a assistência social no lugar que ela já deveria ser reconhecida e a
608 gente sabe que não acontece. Aí coloca por emenda parlamentar aonde que quer,
609 aonde dá visibilidade para ganhar voto, a gente já sabe disso. Isso já é, mas aí
610 colocando aí na resolução essa ressalva ou esse indicativo aí de que deve ser
611 priorizado, é uma forma pelo menos da gente cercar um pouco, acontece isso a
612 nível nacional e no municipal não é, gente? Do deputado, o parlamentar, a Baião
613 até falou desses 4 milhão e tanto, a gente enfrenta isso. As entidades fazem a
614 articulação e consegue a emenda e aí aquela entidade recebe. Eu acho que isso,
615 cercando um pouco, colocando um pouco, isso aí na resolução, talvez a gente não
616 vai conseguir tudo mas opa, o conselho não vai aprovar como já aconteceu já falei
617 isso aqui, mas tem gente que é novo, eu gosto de repetir, que o óbvio tem que ser
618 dito para não ser esquecido que é a entidade vai lá, já aconteceu de 500 mil reais
619 que devolveu para os deputados aqui de Minas, no nível municipal, estava no
620 conselho porque não tinha uma resolução, não tinha o trato justo para as emendas
621 parlamentares. E isso era uma coisa que eu estava na época eu estava na
622 presidência, a gente feriu na própria carne das entidades. Teve perseguição, eu
623 gosto de repetir por quê? Mas hoje tem um trato de como a gente vai trabalhar,
624 tratar essas emendas quando chega no conselho, quando chega para as entidades,
625 agora aqui é o programa do governo que a gente está falando. Mas eu acho que a
626 gente tem que parar com isso, a gente sabe que é legal mas é imoral essas
627 emendas, agora até aí com orçamento secreto e por aí vai, a gente tem que
628 trabalhar e não adianta ficar só no discurso, é colocar na resolução como Juanita

629 falou, obrigada. **ROSALICE - CEAS:** Arlete, Grau Brasil. **ARLETE, GRAAL:** Acho
630 que uns 4 meses atrás eu liguei para um regional do SEDESE porque eu trabalho
631 também com os grupos de economia popular solidária em um grupo de mulheres
632 que estavam lá precisando de um apoio específico para uma produção e
633 comercialização dos produtos e aí eu liguei e eu na medida que eu fui conversando,
634 eu fui ficando tão desanimada porque a mulher me disse, é porque nós estamos
635 sem recursos. Eu falei, então está igual a nós. Agora uma coisa é nós não termos e
636 outra coisa é a SEDESE não ter como apoiar esse grupo de mulher que está
637 trabalhando muito e precisa de apoio para continuar. Então assim, não é nem
638 pedindo cesta básica, é pedindo condição e trabalho. Ela falou, faz o seguinte, você
639 não conhece nenhum deputado que você pode solicitar uma emenda e mandar
640 para nós, eu falei, minha filha, você está me pedindo para mim pedir um deputado,
641 uma emenda para pagar o seu salário para você poder vir aqui dizer coisas? De
642 repente as coisas que você tem para dizer nós já sabemos. Nós precisamos é que
643 você justifique o seu salário porque ficar num espaço só para dizer que é uma
644 representação, isso é muito ruim. E a nossa conversa aí porque eu fiquei
645 desestimulada e aí a gente com as mulheres fomos procurar vaquinha, rifa, quer
646 dizer, a pessoa ganha um salário-mínimo e aí para ajudar um grupo, ele vai ali e
647 compra um rifa de 5 reais. Ali a gente junta 100, 200 reais para comprar matéria-
648 prima para que esse grupo avance. Então por isso que ontem eu dizia que nós
649 precisamos refletir e redefinir qual é o conceito que nós temos de pobreza. **MARIA**
650 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu vou retirar minha fala porque a Sandra já me
651 agradeceu com a fala dela que eu ia responder com relação a emenda que ela está
652 ligada diretamente a articulação política. **PRESIDENTE:** E eu quero só acrescentar
653 a questão da emenda gente, o que que acontece? Tem acho que foi em 2018 que
654 teve alteração da Constituição, Constituição Federal, Constituição Estadual e as
655 câmaras municipais seguiram isso aí nos municípios também. Que as emendas
656 passaram a compor o que foi chamado de orçamento impositivo, ou seja, a partir do
657 momento que lá na Constituição consta que o executivo tem que executar um
658 percentual de emendas e essa execução ela é obrigatória no ano, passou-se a ter
659 um recurso específico dos parlamentares que o executivo ele é obrigado a pagar.
660 Então é isso que a gente está falando aqui, as emendas quando ela se tornaram
661 impositivas, elas deram e o valor é grande porque o valor ele é vinculado a Receita
662 Corrente Líquida, então esse caso que a Dona Maria trouxe, porque que o
663 deputado vai destinar 4 milhões? No Governo Federal, o valor de emenda por
664 deputado é altíssimo. No Governo de Minas ainda é muito menor, eu vou usando
665 essa comparação aí. Não sei quanto está hoje mas no site da transparência aí tem.

666 É 1% salvo engano da Receita Corrente Líquida. É muito dinheiro que é destinado
667 para emenda impositiva. Então isso que a Dona Arlete também está falando aqui, é
668 comum e hoje aqui em Minas, onde que é mais fácil conseguir recurso? É emenda,
669 e aí depende de articulação política. Essas emendas elas são individuais e aí elas
670 vão ser destinadas especificamente para entidade que o parlamentar quiser ou para
671 que o município quiser. O que a gente está discutindo aqui é reflexo de uma
672 previsão constitucional, legal. Está na Constituição Federal e na Constituição
673 Estadual. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Pois é, ela está na Constituição mas ela
674 é considerada ilegal pela forma que o dinheiro sai. E nós estamos com outro
675 problema já aqui na câmara, com a emenda impositiva porque os vereadores nós
676 começamos a pressionar em audiência, cobrando, cobrando de coisas, a
677 comunidade queria coisas que eles repassassem. Resultado, eles tentaram já uma,
678 passar para uma entidade. A entidade inscrita no Conselho ainda não aprovada.
679 Então nós tivemos que fazer um movimento na câmara, o Conselho já foi, nós
680 chamamos a última reunião nossa foi com deputados para esclarecimento. Eles tem
681 emenda mas não podem passar do jeito que eles querem. Tem 1 passar pelo
682 Conselho, o Conselho avaliar, a mesa de financiamento avaliar para ver para quem
683 vai e tentamos colocar para ele o trabalho, o quê que é o trabalho social porque
684 para eles é tudo uma coisa só. E não é. Mas a gente também coloca Mariana, é
685 igual a janela, é emenda. Hoje tem, ah, é constitucional. Nada hoje está sendo
686 constitucional. É do eu, eu faço, eu fiz. Amanhã ela não tem mais. Por isso é que eu
687 ainda defendo aqui no CEAS uma verba específica para o CEAS igual nós temos
688 na prefeitura de Belo Horizonte, a verba tem que ser específica para cuidar da
689 assistência social, porque emendas ela não são permanentes. Então nós temos que
690 ter dinheiro permanente para cuidar de entidades e tudo mais que precise, porque
691 nós sabemos que não são. Então tem emenda impositiva que ainda é mais suja do
692 que essa de Brasília que nós também lá temos a impositiva que a gente debate no
693 financiamento e essas, não são eternas. Emendas são igual esses dinheiros que
694 eles estão dando aí de, como é que fala? De auxílio que isso para mim é tudo uma
695 vergonha sabe? Eu acho que o certo, nós trabalhadores é lutar pelo direito, se é
696 direito, então vamos buscar ali, aqui que é de direito, ficar recebendo essas coisas
697 não viu, gente? **PRESIDENTE:** Temos proposta de encaminhamento para essa
698 ação específica? Não? Podemos passar para a próxima? Ok, pode passar para a
699 próxima então, por favor. **LUDSON, CRESS:** Gente, licença. Na verdade eu só
700 tenho uma dúvida sobre essa ação, qual é o recurso que a SEDESE consideraria
701 ideal para essa ação? **PRESIDENTE:** Olha, a proposta, o quê que acontece? Esse
702 programa. **LUDSON, CRESS:** Hoje ela é só janela orçamentária? **PRESIDENTE:**

703 Isso. **LUDSON, CRESS:** Mas se não fosse, o que seria ideal? **ROSALICE - CEAS:**
704 Esse programa ele é específico para os 73 municípios de menor IDH do estado.
705 Esses municípios eles já estão sendo atendidos desde o ano passado que a gente
706 já discutiu aqui com a captação de recurso que foi feita. Para manutenção desses
707 municípios no ano que vem, a nossa proposta seria mais um repasse de 50 mil para
708 cada um desses 73 municípios para eles fortalecerem as equipes porque dentro do
709 programa, o primeiro recurso ele serviu para a aquisição de equipamentos, a
710 maioria optou por adquirir equipamentos porque são municípios que tem zona rural
711 extensa, e aí eles alegaram que precisavam de recursos para melhoria do serviço.
712 Como o programa ele prevê o encaminhamento para os outros projetos que são os
713 de geração de renda, de saneamento, a nossa proposta dentro do programa foi 50
714 mil para comissionada um dos 73 municípios para fortalecimento das equipes para
715 esse trabalho de encaminhamento dos outros projetos ok? **PRESIDENTE:** Então
716 pode passar para a próxima. **ROSALICE - CEAS:** Ação 1066 ou 7005. Primeiro eu
717 vou ler essa, eu vou ler aqui a descrição, gente, depois eu vou explicar porque que
718 tem esse 765 aqui na frente tá? Tem-se uma atenção aqui. Finalidade, conceder
719 auxílio financeiro das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no
720 CadÚnico e repassar recursos fins aos fundos municipais de assistência social para
721 desenvolvimento de ações de enfrentamento e as situações de calamidade e
722 emergência. Público alvo, famílias inseridas no cadastro único que estejam
723 vivenciando situações de vulnerabilidade social e municípios atingidos por situações
724 de calamidade pública ou desastres. Produto, número de famílias, municípios
725 atendidos, unidade de medida, atendimentos. É uma janela orçamentária, a meta
726 física ficou um orçamentário também mil reais e aí gente, essa ação aqui, nossa
727 proposta foi fazer alguma, a gente fez adequações nela, o Elder pode explicar
728 melhor isso para a gente conseguir dar conta da, de algumas situações que nós já
729 estamos vivenciando hoje e a gente também está com uma situação que eu
730 coloquei até uma atenção aqui, atenção, há possibilidade de alteração do número
731 da ação 1066 para o número 7005 a fim de adequar-se a orientação do Tribunal de
732 Contas do estado de Minas Gerais para categorizar a referida ação orçamentária
733 como alteração especial. Foi realizada nova consulta a área central de orçamentos
734 de SEPLAG para confirmar o entendimento após a proposta de revisão da ação,
735 com essas alterações que nós fizemos continuaria com essa indicação de alteração
736 para operação especial? Aguarda-se retorno para a alteração ou manutenção do
737 número da ação. Destaca-se que todos os demais atributos serão mantidos
738 conforme proposta apresentada ao CEAS. Tá? Então seria essa alteração. Aí o
739 Elder vai falar um pouquinho dessa alteração aqui. **ELDER, SEDESE:** Eu vou só

740 explicar as alterações de texto e forma mesmo, não fonte de recurso. Qual foi a
741 questão? Quando houve as chuvas de dezembro e janeiro a gente recebeu os
742 recursos do Recupera Minas para ser transferido aos municípios inclusive até
743 passou aqui no CEAS, eu acho que foi a primeira reunião e naquele época não,
744 você não pode criar uma ação orçamentária no meio do exercício, tem o momento
745 exato para criar. Então esse recurso foi alocado na ação 1066 que nos exercícios
746 anteriores foi a ação utilizada para o pagamento do Renda Minas e do auxílio
747 emergencial mineiro. Qual que é o problema? O produto dessa ação era número de
748 famílias. Só que na hora que a gente trouxe os recursos Recupera Minas foi para
749 municípios não é? Foram 231 municípios. Então vocês vão ver até uma prestação
750 de contas que a prestação de contas ela fica muito confusa porque a gente tem que
751 sair justificando tudo, não, para a Recupera Minas foi município, para Recupera
752 Minas foi fundo a fundo. Então a gente refez o texto, é uma alteração de texto para
753 que ele possa prever tanto o auxílio quanto esses pagamentos em situação de
754 calamidade. Então por isso que foram feitas essas alterações e vocês vão ver que
755 no produto está número de famílias ou de municípios, unidade de medida ficou
756 atendimento, para que na hora da prestação de contas a gente tenha clareza para
757 entender o que aconteceu. Na próxima prestação, vocês vão ver bem claramente
758 isso assim, a gente vai ter que explicar vários campos porque justamente porque a
759 ação estava toda orientada para auxílio a pessoa e foi utilizado para isso. A
760 utilização gente inclusive é legal, não tem nenhuma ilegalidade não, é porque não
761 podia criar, o recurso sempre tem que ser alocado em alguma ação específica e foi
762 uma indicação também da SEPLAG usar essa ação. **ROSALICE - CEAS:** Só
763 acrescentar, quando a gente estava analisando também assim, mais uma janela
764 orçamentária. Isso é um problema, é uma dificuldade para nós também, só que
765 essa aí a gente achou importante manter porque considerando as situações de
766 calamidade e emergência que esse ano o Governo conseguiu aportar recurso para
767 esse atendimento e isso é um, uma situação que tem acontecido todos os anos e aí
768 cada ano com um número maior ainda de municípios em situação de calamidade, a
769 gente achou importante porque todas as janelas a gente está sujeito a captação de
770 recursos e essa captação acontece é ao longo do ano aí conforme as necessidades.
771 Juanita. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Pois é, é uma confusão essa ação
772 1066. É uma confusão em que sentido? Isso foi uma ação criada pela Assembleia
773 na época do Covid que nós não tínhamos uma ação do Governo para atender as
774 famílias que estavam nessa situação, nesse contexto sanitário, o aumento da
775 pobreza, a Assembleia Legislativa para quem acompanhou, Assembleia Legislativa
776 fez um programa dentro desse programa alocou recursos e indicou em que esses

777 recursos iam ser gastos. Essa 1066 era para transferência de recursos para
778 famílias que se encontravam nesse contexto de agravamento considerando a crise
779 sanitária, aumento da pobreza, extrema pobreza, violação de direito, tudo
780 decorrente desse, dessa situação social que nós instalamos, que foi instalada pós-
781 covid. É uma dificuldade inclusive foi relatado aqui pela SUBAS, por quê? Ela foi
782 criada com nome na LOA, ela está com outro nome, na prestação de contas ela
783 vem com outro nome e ela foi alterada para atender município considerando esses
784 arranjos que já foi falado. Então o que a gente precisa é pensar é, a pandemia não
785 acabou. Nós estamos com ela controlada mas ela está sendo disseminada. A
786 pobreza não acabou. Nós estamos com, de acordo com os últimos estudos em
787 Minas Gerais, com mais de um milhão de famílias na situação de pobreza e
788 extrema pobreza, aproximadamente 4 milhões de pessoas e nós estamos com uma
789 ação dessa com janela orçamentária, meu Deus do céu. Como assim? Esse CEAS
790 não pode concordar com essa proposta. Nós vamos ter que colocar na resolução
791 também que a gente vai ter aprovar recursos para essa ação, inclusive essa ação
792 na minha análise ela não pode nunca ser excluída, ela pode ser alterada o nome,
793 não é? Mas olha como que ela está na LOA, gente? Transferência de renda para
794 famílias em situação de vulnerabilidade social. Então nós não podemos deixar essa
795 ação acabar. A gente tem que fazer um esforço aqui nesse Conselho Estadual para
796 que Minas Gerais tenha um programa de transferência de renda para famílias em
797 extrema pobreza. Nós temos recurso no fundo de erradicação da miséria e eu
798 clamo esse Colegiado, para a gente na hora de aprovar proposta orçamentária
799 indique recurso, valor para ser colocado aqui. Aí o valor apresentado, quanto que
800 foi mesmo Roberta? 2 milhões. **ROSALICE - CEAS:** 2 bilhões, 454 mil, 084 reais.
801 **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Isso. **ROSALICE - CEAS:** Considerando um
802 cálculo de uma situação, de uma aprovação de 150 reais por. É porque tem um
803 Projeto de Lei tramitando na Assembleia. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** A
804 minha proposta é que mantenha esse valor tá? Tem um PL. **GRAZIELE, CRP:** Só
805 reforçando a fala da Juanita, todo anos nós temos chuva, seca, frio extremo, então
806 não é só uma questão da pandemia. Tem outras questões de calamidade que nós
807 enfrentamos todo ano. É até curioso porque que a gente já sabe o quê que vai
808 acontecer todo ano e mesmo assim a gente fica enfrentando como se fosse uma
809 emergência e não é, é uma realidade. **PRESIDENTE:** Eu ia falar que o cálculo do
810 valor também foi considerado por causa do Projeto de Lei que está tramitando na
811 Assembleia que cria eu não lembro o nome, Renda Básica? Renda Cidadã, ele tem
812 até um nome específico, Renda Mínima. Então tem um Projeto de Lei na
813 Assembleia do estado tramitando e que se a gente pode pesquisar, se fosse

814 aprovado também traria um impacto orçamentário grande, precisaria ter uma ação
815 orçamentária para atender. Só um minutinho Baião, eu queria propor outra questão
816 também. Que nessa ação a gente tirasse o repasse financeiro aos fundos
817 municipais para desenvolvimento de ações de enfrentamento a calamidade pública.
818 Que essa ação fique somente como está na proposta da Assembleia, transferência
819 de renda para famílias em situação de vulnerabilidade. Essa é a minha sugestão.
820 Dona Maria, Elder e Ludson. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Até porque Mariana,
821 conforme nós já fizemos uma capacitação, nós temos o problema do povo que
822 mora em torno das hidráulicas, como é que chama? Das barragens. Nós temos a
823 situação de Mariana que até hoje não está aí, Brumadinho. As chuvas estão
824 aproximando, os entornos das rodovias de Minas Gerais que na destruição da
825 chuva passada, até hoje o Governo ainda, quem vai aqui a Nova Lima, outro dia eu
826 estive em Nova Lima eu fiquei horrorizada. Do meu lado, Zona da Mata, Abre
827 Campo. Então está tudo ainda destruído. Então o qualquer acontece? Não tem
828 emprego, o povo ainda está desempregado. Tem a situação da Covid ainda,
829 quando ela, quando a Juanita fala nessa permanecer, nós já estamos brigando aqui
830 em Belo Horizonte, é que esse texto que a Juanita leu ali que ele seja permanente,
831 que a câmara aprove esse recurso que ele seja permanente, que entre Governo e
832 saia Governo, porque não adianta que seja emergencial só não porque a comida
833 não é emergencial só. A moradia não é, nós não temos mais sistema de moradia no
834 Estado e nem no Brasil. Então essa situação de Mariana e Brumadinho, é que mais
835 preocupa o povo. Eu estou falando aqui porque o povo questiona. Então nós temos
836 que ter esse recurso eternamente. Ele não pode ser eventual não, ele tem que ser
837 permanente. **ELDER, SEDESE:** O problema de voltar ao texto anterior é que pode
838 acontecer o que aconteceu esse ano. A gente fazer uma transferência para
839 situação de emergência para fundo municipal e aí ficar na mesma ação e a
840 prestação de contas ficar confusa. Então se a gente optar por voltar o texto e
841 manter só famílias, aí a gente tem que decidir. A gente vai criar uma outra ação
842 para calamidade de emergência? É possível. Só que essa ação também vai ser
843 janela orçamentária, então são pontos para se avaliar. É melhor criar outra ação
844 também janela ou deixar essa do jeito que está abrangendo os dois. Então são
845 pontos que a gente tem que discutir. Não somente retirar a parte da calamidade.
846 **LUDSON, CRESS:** Na verdade era isso que eu ia falar mesmo, o ideal seria dividir
847 em duas ações ainda para ficar mais coerente, ainda que seja janela orçamentária,
848 e aí eu concordo com a Dona Baião, não é o ideal porque a janela nunca abre mas
849 a janela não abre, a gente sabe disso, exatamente, mas que se divida as ações
850 ainda que nesse momento fique do ponto de vista prático dessa forma. **MARIA**

851 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Então, a minha proposta inclusive é três nessa ação.
852 Primeiro, manutenção do nome de criação da ação, que é transferência de renda
853 para famílias em situação de vulnerabilidade. A segunda é excluir a questão de
854 transferência de recurso para fundo e terceiro, recomposição do valor de 2 milhões
855 considerando o cálculo apresentado pela SEDESE. É, nós temos uma outra ação
856 que inclusive é janela orçamentária e que a proposta é de exclusão dela que
857 também foi criada pela Assembleia que são ações assistenciais. Então para público
858 em situação de vulnerabilidade, como a população de rua e pessoas idosas que a
859 proposta que está vindo aqui é de exclusão. Então a gente tem que incluir uma
860 outra ação, ou usar essa ação aqui para essa questão que está sendo colocada
861 aqui. Mas essa questão de fazer arranjo na ação para incluir mais de uma ação,
862 meu entendimento a transparência não fica, não fica efetiva. A gente tem problema
863 de análise de prestação de contas, vira um imbróglio muito grande na minha análise.

864 **LUDSON, CRESS:** Mas aí Juanita, só para mim entender. Aí por exemplo, nessa
865 ação que seria descartada, alteraria então a titulação dela para ela ser apoio a
866 municípios em situação de calamidade para abarcar essa outra oportunidade
867 também? **PRESIDENTE:** É, deixa eu também acho importante a gente organizar
868 aqui para ficar claro para todo mundo e para a secretaria executiva registrar aqui o
869 encaminhamento. A ação que a gente está propondo exclusão é que porque ela
870 não estava sendo utilizada, foi criada na pandemia mas os recursos estavam, foram
871 o piso extraordinário foi executado na ação do piso. A ação de pessoas foi
872 executada na ação de auxílio, então para nós, não vimos a SEDESE quando fez
873 essa proposta de exclusão, não vimos necessidade de ter essa ação. Aí eu estou
874 adiantando um assunto que a Juanita colocou que é ações assistenciais para a
875 população na situação de vulnerabilidade. Entendo sim que se a gente criar uma
876 ação específica para calamidades, a gente dá mais transparência e organiza isso
877 dentro do FEAS, não vejo problema aqui para a SEDESE fazer dessa forma não. E
878 aí a gente teria só registrar, a gente vai continuar com essas duas ações, alterando
879 o nome da outra e aí passando ela para atender situações de calamidade e as duas
880 sendo janela orçamentária. Essa é a proposta? Não? **MARIA JUANITA - FED.**
881 **APAES/MG:** Não, a proposta não é janela orçamentária não. É a proposta é a
882 gente indicar o valor conforme cálculo feito pela SEDESE. **PRESIDENTE:** Não Ok.

883 **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** É isso. **PRESIDENTE:** Não, isso aí tudo bem
884 é porque eu falo que as duas vão ficar como janela porque a SEPLAG não liberou
885 orçamento, não liberou cota. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Tudo bem, mas
886 o CEAS não pode aprovar como janela. **PRESIDENTE:** Ok. Então recapitulando,
887 que fique claro. A 1066 permanece como transferência de renda com unidade de

888 medida pessoas, famílias, desculpa. E a 1049, proposta de alteração para que ela
889 faça o atendimento de situações de calamidade. **ROSALICE - CEAS:** Pode.
890 **PRESIDENTE:** Eu só, a secretaria executiva está registrando e depois a equipe vai
891 precisar de um tempo até para formular melhor a redação para a gente não
892 escrever coisa que não vai fazer sentido. **GABRIELE:** Só, Gabriele SEDESE. Só
893 com relação a 1049, ela não, ela está dentro do FEAS mas ela na está vinculada ao
894 nosso programa 065 que é o de aprimoramento a política estadual de assistência
895 social. Ela foi criada vinculada a situação de pandemia. Ela está no programa 026,
896 enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid. Eu acredito que a gente colocar
897 nessa ação vai amarrar e não vai abranger as situações de calamidade pública e
898 emergência gerais que o SUAS enfrenta e lembrando mais uma vez, a gente tem
899 atuação socioassistencial mas as calamidades não são responsabilidade do SUAS
900 também. Então a gente precisa pensar uma ação para nossa atuação dentro da
901 assistência social e dentro do FEAS e não no programa da saúde, na minha opinião.
902 **PRESIDENTE:** Não, corretíssima Gabriele, foi bom ela ter falado. Então vamos
903 refazer a proposta aqui. A 1049 ela permanece sendo excluída. O que a gente tem
904 que fazer é criar outra dentro do programa da existência não é? **MARIA JUANITA -**
905 **FED. APAES/MG:** Juanita Pimenta, Federação da APAEs. Então, eu acho que a
906 gente tem que esperar entrar na 1049 pra gente dar os encaminhamentos porque
907 como a Covid, a gente não acabou com a pandemia, a pandemia não acabou, essa
908 ação pessoal, ela foi criada para atender esse público em situação de maior
909 vulnerabilidade, principalmente pessoa em situação de rua e pessoa idosa. A
910 pessoa em situação de rua está gritando para nós aí, nós não podemos acabar com
911 essa ação não. Então assim, o quê que esse Conselho vai propor para essa ação,
912 entendeu? A população em situação de rua ela não acabou, ela aumentou. E como
913 é que nós vamos acabar com essa ação de acordo com a justificativa da
914 presidente? Foi porque ela não foi executada. Isso aí é uma coisa, mas nós não
915 podemos fechar os olhos para um problema, uma questão social que está
916 expressando na sociedade mineira não é? E não é só Belo Horizonte, é nos
917 municípios, essa população cresceu muito por causa do contexto econômico,
918 socioeconômico, as pessoas estão perdendo moradia, trabalho e voltam pra rua e
919 ficam na rua e o SUAS não vai fazer? Essa população é de nossa responsabilidade,
920 então eu não acho que ela precisa ser acabada? Que ela tem que ser acabada com
921 a justificativa que ela não foi executada. A não execução da ação é uma
922 incompetência do SUAS de Minas Gerais que nós, conselheiros, fazemos parte,
923 nós somos SUAS Minas Gerais que não deu conta de resolver o problema. Agora a
924 Assembleia criou a ação e nós não conseguimos executar a ação. A gente não

925 pode pensar em acabar com ela não, no meu ponto de vista. Sabe por que,
926 secretária? Porque a gente tem que na minha análise, a gente tem que pegar os
927 bondes caminhando assim, a fila andando para o SUAS ir crescendo. Então assim
928 e diminuir ações que são de extrema importância para o SUAS, no meu
929 entendimento é mascarar uma situação que está na nossa cara, é fechar os olhos
930 para uma questão social tão grave e como controle social na minha análise, a gente
931 não pode fechar os olhos para essa ação. **PRESIDENTE:** Deixa eu acrescentar
932 esclarecimentos aqui. Vamos lá para ficar claro para todo mundo. Essa ação ela foi
933 criada vinculada ao programa da pandemia. Então primeiro ponto, não temos mais
934 decreto de pandemia vigente, nem federal e nem estadual. Segundo ponto, ela não
935 está sendo executada, não é só porque ela só é janela ou não teve recurso alocado
936 não, porque os recursos de transferência extraordinária da pandemia para os
937 municípios foram e pactuados aqui nesse Conselho, lá em 2020 e 2021, foram
938 como piso extraordinário, então eles foram executados dentro da ação do piso. O
939 auxílio diretamente para as pessoas lá em 2020, 2021, foram executados na 1066.
940 Então o quê que eu estou querendo dizer? Todos os recursos que foram alocados
941 no FEAS e as ações realizadas seja para município, seja para pessoas foram
942 executadas em outras ações orçamentárias. No caso da população de rua, ano
943 passado no Rede Cuidar, o atendimento aos Centros POP foi atendido na ação do
944 Rede Cuidar. Recurso da média complexidade está sendo executado dentro da
945 média complexidade e da alta dentro da alta. O quê que eu estou chamando
946 atenção é que inclusive como transparência e como finalidade quando é para
947 município, a gente está fazendo ou e para pessoas, ele está sendo executado
948 dentro das outras ações orçamentárias que a finalidade também atende. Então aqui
949 o que nós estamos dizendo é, foi criado lá pela Assembleia em 2020 com outro
950 olhar. Quando a gente está falando de manutenção de serviço, de ação continuada,
951 a gente está executando dentro das ações específicas, que é o piso fixo, as ações
952 da média e as ações da alta. Então eu entendo que aí até pela lógica do SUAS, a
953 gente não precisa dessa ação, aí já é questão de necessidade. Eu não estou
954 falando aqui de atendimento ao público, eu estou falando da organização aqui, do
955 orçamento e considerando inclusive a forma como ele vem sendo executado aqui
956 nos dois últimos anos. Voltando só então para o encaminhamento da ação 1066.
957 Mantém com o nome e a descrição original? Só que aí a gente passou para a
958 discussão da necessidade de uma ação para a situação de calamidades, então a
959 minha pergunta, esse Conselho está de acordo, está entendendo, está claro que vai
960 sair encaminhamento de criação de uma nova ação orçamentária para a situação
961 de calamidades? Ok? Estou entendendo que o silêncio é de acordo. Então

962 passando para a ação 1049 que a gente estava discutindo. **INTERLOCUTOR NÃO**
963 **IDENTIFICADO:** Presidente. **PRESIDENTE:** Na 1066. **INTERLOCUTOR NÃO**
964 **IDENTIFICADO:** Antes de passar para a outra ação gente, desculpa que na ação
965 anterior eu esqueci de registrar da rede de cuidado, só para ficar aí registrado. A
966 questão desse, da janela que está sendo discutido aqui, mas está dando impacto
967 também no sindicato Sintibref já está recebendo inúmeros questionamentos como
968 que vai proceder com essa questão das ELPs, para o trabalhador que lá tem
969 enfermeiro, tem chefe de enfermagem e situação. Então assim, só para registrar
970 que é uma situação grave, a gente vê aí a Rede Cuidar com janela, a gente assim,
971 condicionado a captação de recursos, então assim vai ter outras situações que
972 estão chegando no Sintibref e o Sintibref vai atuar na defesa do trabalhador. Se tem
973 o piso, e se vai ter, ele vai ter que pagar a entidade, vai ter que pagar tipo até para
974 analisar a entidade, mas a gente quer também garantir o direito do trabalhador. Só
975 para deixar registrado que isso está pipocando porque o Sintibref representa os
976 trabalhadores aí de Minas Gerais nas ELPs na sua maioria e que isso já está lá
977 uma constante, só para deixar registrado. Obrigada. **PRESIDENTE:** A secretaria
978 executiva conseguiu registrar? Aí agora a gente passa para a 1049, você pode só
979 deletar essa frase que aí na verdade a gente já criou, vai criar nova ação, então
980 isso aí está superado. Lá embaixo na 1049 isso o que vocês escreveram pode
981 deletar e agora a gente vai discutir a 1049 tá? Agora que nós vamos discutir então o
982 encaminhamento para ela. Isso. É, então agora discutindo a ação 1049, a gente
983 SEDESE mantém a proposta de exclusão. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:**
984 Bom, na minha fala eu não coloquei aqui que a não execução se deu por ser uma
985 janela orçamentária. O que eu falei que esse público prioritário dessa ação, que foi
986 uma ação criada pela Assembleia no programa para minimizar os efeitos da
987 pandemia, essa ação atende um público que ele não, nós não conseguimos ainda
988 minimizar a situação deles, principalmente a população em situação de rua. A
989 minha reflexão é como é que nós vamos excluir uma ação sendo que essa
990 população de rua aumentou? A secretária coloca que essa ação está sendo
991 atendida no meio de outras ações. A gente sabe que na gestão pública isso é
992 pouco transparente, você não consegue fazer essa definição com clareza, o quê
993 que está indo para um e o que está indo pra outro. Isso entra no contexto geral na
994 minha análise, então quando você tem ações específicas para enfrentamento de
995 problemas, você inclusive dá uma resposta a sociedade que aquela política pública
996 criou uma ação tendo dinheiro ou não, essa ação existe para enfrentar esse
997 problema. Agora esse problema ele só cresce, não só na metrópole mas nas
998 grandes cidades mineiras e brasileiras. Então a gente vai acabar com o programa,

999 esse Conselho vai aprovar a proposta da SEDESE de acabar com o programa,
1000 sendo que esse problema está na nossa cara, a gente vindo para o CEAS, a gente
1001 vê a população de rua. Não só vindo para o CEAS mas em todo o município. A
1002 gente não pode fechar os olhos para esse problema. Então a minha, o meu, a
1003 minha sugestão é manter a ação e indicar um recurso com cálculo para atender
1004 essa população ou principalmente a pessoa em situação de rua e com certeza a
1005 SEDESE tem esse diagnóstico do número dessa população até pra gente propor
1006 um recurso aqui para atender essa ação. Essa é a minha defesa. **ELDER,**
1007 **SEDESE:** Então, eu discordo dessa lógica até porque o SUAS trabalha com família,
1008 é a nossa unidade de trabalho, de atendimento. Se a gente seguir por essa lógica
1009 então a gente vai ter que criar uma ação para mulher, uma ação para pobres e
1010 comunidades tradicionais mas só para cada, cada grupo específico que é o que a
1011 gente não trabalha. Esses grupos eles já estão atendidos em outras ações, como já
1012 foi falado e eu acho que se a gente vai para esse lado de não estar segundo a
1013 lógica, de organização do sistema único de assistência social e as outras
1014 explicações a respeito da exclusão dessa ação já foram dadas e em nenhum
1015 momento a gente está defendendo não atender esse público e também
1016 entendemos que o nível de vulnerabilidade recém passado. Mas para a lógica
1017 orçamentária até falamos sobre organização e transparência do orçamento, eu
1018 acho que isso não faz sentido. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Bom, eu não
1019 estou falando aqui para criar uma ação nova, eu já estou falando para não excluir a
1020 ação, a ação já foi criada. Nós não tivemos condições de enfrentar o problema da
1021 ação. Esse enfrentamento ele foi minimizado em ações já existentes que não
1022 resolveu o problema, não impactou no problema, o problema está aí na nossa cara.
1023 Então eu não estou desconstruindo uma realidade existente e nem estou propondo
1024 criar programa novo não. Eu só estou propondo a não exclusão da ação
1025 considerando que o problema não foi enfrentado à luz da sua necessidade e o
1026 problema existe, ele cresceu. Como é que nós vamos fechar os olhos para ele?
1027 Transferir recursos para Centro Pop. Se tivesse resolvido a população em situação
1028 de rua tinha diminuído não é? São ações, outras ações que precisa ser feito que a
1029 SUBAS precisa se debruçar sobre isso e esse Conselho também. Eu não estou
1030 propondo criar ação para mulher, para criança, para adolescente. Eu estou
1031 propondo não excluir uma ação que foi criada para um público específico e o que foi
1032 feito até hoje não deu conta desse problema. Não estou propondo criar nada não.
1033 **SORAIA:** Soraia, SEDESE. O quê que eu penso aqui nessa ação. Pode até ser,
1034 não a questão da exclusão, mas se a gente pensar em uma questão legal, nós não
1035 temos realmente mais nenhum decreto, nenhuma legislação que diz que a gente

1036 está num momento de pandemia, então o Estado já revogou, federal já revogou,
1037 município também não tem dizendo que estamos em uma situação de pandemia.
1038 Então estou dizendo uma questão até de entendimento assim, de escrita e de
1039 questão legal. Nós não estamos furtando desse enfrentamento. Então o que pode
1040 ser feito e aí eu não sei se é viável, mas de pensar então impactos da pandemia
1041 para a população X porque aí a Juanita está frisando a população de rua, quando o
1042 Elder fala que a gente não pode segmentar é nesse sentido, mas a gente pode
1043 pensar na questão do impacto porque a gente não está mais no momento em
1044 pandemia pensando em questões legais que resguardam a execução de uma ação
1045 específica do jeito que está aqui. Isso aqui eu acho que realmente não pode manter
1046 dessa forma. **GRAZIELE, CRP:** Graziele CRP. Eu corroboro com a fala da Juanita
1047 e reforço a fala da Soraia porque uma coisa a gente reconhecendo o que a Juanita
1048 está dizendo. A gente tem os efeitos da pandemia ainda e eles foram, é claro que a
1049 gente compreende também que esses efeitos eles foram agravados por
1050 contrarreformas, pela PEC do teto de gastos, pela reforma trabalhista que a gente
1051 precisa compreender também, pelo desmonte do SUAS, então a realidade que a
1052 gente tem hoje não é só por uma questão da pandemia mas para esses outros
1053 contextos. Então compreendendo isso eu concordo com a Juanita que a gente não
1054 pode excluir a ação, mas a gente talvez renomear e também colocar essa questão
1055 do enfrentamento ao que acontece hoje devido a esse contexto, como impacto da
1056 pandemia. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu mantenho com a minha
1057 proposta de manutenção da ação até porque a finalidade dela é clara, no programa
1058 de trabalho que criou a ação. A finalidade dela é implementar medidas de
1059 enfrentamento dos efeitos da pandemia com foco em famílias em situação de
1060 vulnerabilidade social. Então essa é a finalidade. Então os efeitos da pandemia
1061 ainda não acabou para essa população. Então eu não vejo nada a ver com
1062 programa, eu vejo uma vontade política do SUAS de Minas Gerais de pegar o
1063 gancho nessa ação que foi criada para esse programa mas que não deu conta de
1064 resolver o problema. **PRESIDENTE:** Só reforçando gente, o fato de ter a ação
1065 orçamentária aqui não significa que o problema vai ser resolvido. Eu acho que a
1066 gente está misturando aqui a discussão. A gente está falando do problema social
1067 mas estamos aqui falando de revisão de PPAG e de organização orçamentária.
1068 Então acho que a gente está levando a conversa para um outro lado que na minha
1069 opinião, eu vou reforçar, não faz sentido. Vou passar a inscrição. Iara e Gabriele.
1070 **IARA:** Eu queria também concordar já com a fala da Juanita e da Graziele e dizer
1071 que acho que a gente já teve a fala favorável e a fala contrária e agora a gente tem
1072 que partir para a decisão e eu clamo aos meus colegas da sociedade civil e

1073 também ao Governo que a gente mantenha e não exclua essa ação. **GABRIELE:**
1074 Gabriele, SEDESE. Eu me inscrevi porque na verdade a Juanita leu a finalidade da
1075 ação. Eu não sei, vocês receberam a ficha completa do PPAG e na descrição da
1076 ação, está falando, apoiar e executar ações sócio assistenciais de caráter
1077 emergencial. Então eu acho que se for manter a ação, a gente vai ter que ter o
1078 cuidado também de mudar, se for esse objetivo de pós-pandemia, efeitos de pós-
1079 pandemia, a gente vai ter que mudar toda a ficha descritiva da ação porque quando
1080 ela foi criada eram para ações assistenciais na emergência de acordo com a
1081 descrição do PPAG. Então é só chamar a atenção, em caso de manutenção, tem
1082 que mudar todo o descritivo da ficha. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então,
1083 eu queria falar para a secretária que nós não estamos desvirtuando a conversa aqui,
1084 me causa estranheza dessa colocação dela. Quando a gente conversa em
1085 planejamento sem propor orçamento, o nosso fundo de tela são os problemas
1086 existentes na comunidade. Como é que você vai planejar recursos sem falar no
1087 problema? O recurso é para enfrentar as questões sociais que a gente enfrenta na
1088 assistência social. Então assim, como assim? Então nossa mãe. **PRESIDENTE:**
1089 Dona Arlete, a senhora quer continuar? Enquanto a Mariana. O encaminhamento,
1090 não temos encaminhamento? Mantém exclusão ou manutenção. Se for pela
1091 manutenção, qual que é a proposta de redação? **INTERLOCUTOR NÃO**
1092 **IDENTIFICADO:** Manter a ação, eu não tenho proposta de alteração da ação não.
1093 **PRESIDENTE:** É manter da forma como está? **INTERLOCUTOR NÃO**
1094 **IDENTIFICADO:** Tecnicamente você tem que ver se necessita alterar. Eu não vejo
1095 necessidade, agora é vocês que tem que decidir. Agora tem que colocar o valor.
1096 **PRESIDENTE:** É, não tem consenso, a gente, vocês querem colocar em votação?
1097 Não entendi. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem que colocar porque nós
1098 temos duas propostas. **PRESIDENTE:** Então vocês podem abrir a planilha de
1099 votação, fazendo favor? Não precisa? Eu também não vejo necessidade. Mariana,
1100 a planilha de votação só para essa ação, 1049. A aprovação vai ser a manutenção
1101 ou o contrário? A retirada. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** A proposta é de
1102 exclusão. A proposta da SEDESE é de exclusão da ação. Conselheiros vão votar
1103 que mantém a ação ou exclui a ação. **PRESIDENTE:** Aí a gente vai ter que fazer
1104 aprova a retirada, mas aí todo mundo tem que ficar claro que está aprovando a
1105 retirada. A exclusão. Olha, a votação. Vamos lá plenária, para esclarecimento para
1106 votação. proposta da SEDESE exclusão da ação. Aí eu pergunto, os conselheiros
1107 estão esclarecidos para votar a proposta de exclusão. Quem aprova a exclusão e
1108 quem reprova a exclusão da ação. Isso vai, isso que está indo para a votação aqui.
1109 **GRAZIELE, CRP:** Graziele CRP, dependendo da votação se essa proposta se

1110 mantém, a gente também que pensar na questão do texto porque lá está falando
1111 como a Gabriela colocou, que lá está falando só em ações de emergência. Então
1112 teria que ser decretado calamidade para poder fazer o recurso descer, fazer esse
1113 recurso. Então a gente tem que avaliar depois, dependendo do resultado da,
1114 dependendo do resultado da votação aqui. **PRESIDENTE:** É isso, gente, é isso que
1115 a gente está falando aqui o tempo todo. Essa ação orçamentária não está dentro de
1116 um programa de assistência social. Ela é uma ação orçamentária vinculada ao
1117 programa de saúde. Nós não temos como alterar aqui o programa, isso é um
1118 programa do SUS, é uma ação orçamentária que foi criada lá naquele momento. A
1119 gente, num estado de emergência que não existe mais, a gente está tentando
1120 explicar isso aqui já repetidas vezes. O programa ele é da saúde, ele foi criado no
1121 momento da pandemia. A ação foi criada com objetivo específico, não temos mais
1122 decreto de pandemia vigente. Por isso que eu estou dizendo, não vamos confundir
1123 o tratamento do problema social que nós temos com uma questão orçamentária que
1124 a gente está trazendo aqui. Érica está inscrita primeiro. **ÉRICA:** Deixa eu ver uma
1125 questão de entendimento. Então se é uma programa específico da saúde para
1126 determinada ação vinculada a uma situação de emergência e calamidade, não
1127 adianta a gente aportar recurso porque a gente só vai conseguir utilizar se
1128 novamente haver alguma situação de emergência e calamidade dentro da situação
1129 vinculada a proposta de saúde por conta de Covid. Então é bem específico. O que a
1130 gente pode fazer para tentar reduzir se for questão de calamidade é aportar o
1131 recurso para a 1066 que aí a gente está garantindo o uso para situações de
1132 calamidade diversa sem ser especificamente do Covid que é a outra ação. Agora
1133 para o problema da população em situação de rua que isso aí é uma outra situação
1134 que a gente não quer fechar os olhos para ela, mas a gente tem que pensar em que
1135 outra ação a gente poderia inserir o atendimento a esse público e eu no meu
1136 entendimento, mantendo essa 1049 não vai suprir as nossas necessidades em
1137 relação ao atendimento da população de rua. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Aqui,
1138 mas eu entendo assim. Eu estou entendendo assim. Por exemplo, a calamidade foi
1139 um momento da saúde mas o tratamento da saúde continua. Porque nós ainda
1140 vivemos a calamidade de pobreza que é a miséria. Nós vivemos a calamidade do
1141 trabalho, tanto que a doença continua porque o que a saúde tem em números do
1142 estado principalmente Mariana e Brumadinho é por problemas psicológicos, de
1143 suicídio de abandono, então a saúde continua no programa. A emergência viu
1144 companheira, ela não acabou não. A emergência só vai acabar quando todo
1145 morador tiver sua casa, sua escola, construída que isso ainda não saiu do papel. O
1146 que tem lá é pouquíssimo. Então nós temos que ver isso gente. O problema da

1147 calamidade ela não acabou e não vai acabar tão cedo. Não é só a pandemia. Aliás
1148 a pandemia veio para desmascarar uma situação que já existia. Nós temos que ser
1149 coerentes. Não podemos tirar do papel, não podemos, ah aqui vai mudar o contexto.
1150 O quê que nós estamos fazendo aqui? Não é assentar para ver, onde cabe o
1151 contexto. **ROSALICE - CEAS:** Dona Maria, mas é. Dona Maria, então, muita é.
1152 **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Só um instantinho Mariana. Eu discordo dela
1153 porque a saúde ela vai ser permanente se não tiver essa situação de calamidade,
1154 ela infelizmente é triste falar, mas ela está aí presente. A calamidade está e se o
1155 cidadão lá na ponta ou nós aqui não tivermos cuidando ou saúde, como que nós
1156 vamos trabalhar para a economia voltar porque o povo só pensa em economia.
1157 Essa questão, esse ponto doente da assistência não tem como trabalhar, eles não
1158 tem nada. Então eu entendo que a pandemia, a calamidade ela continua. Tanto que
1159 na saúde, município BH, nós estamos com infectologistas da faculdade, tudo mais
1160 aí que nos acompanha nas reuniões passando isso e a maior calamidade é a
1161 doença. Então eu, nós temos que pensar o que vai ser colocado ali, não pode ser
1162 retirado. Eu acho que nós temos que correr atrás do dinheiro para continuar e não
1163 deixar. É esse ponto, ele é crucial. Mas nós não podemos simplesmente votar e
1164 botar, ah não tem, não tem porque tem sim. Tem e é sério e é grave. **GRAZIELE,**
1165 **CRP:** Não, só, a gente está dizendo praticamente as mesmas coisas aqui. Então
1166 reforçando o que Elder também disse que outras ações elas abarcam esse público,
1167 mas ainda assim a gente tem um agravamento pós pandemia e que eu, e eu
1168 reforço, não é só pós pandemia, é pós as contra reformas que são a realidade
1169 nossa. O público, a população em situação de rua aumentou por causa também das
1170 contra reformas. O desemprego aumentou porque se prometeu com a reforma
1171 trabalhista aumentar o emprego e o que a gente tem hoje é uma realidade diferente.
1172 Então eu reforço, não excluir essa ação mas mudar a finalidade, mudar o
1173 enfrentamento pós-pandemia e tentar organizar porque senão a gente é o que Érica
1174 também colocou. Se a gente não organiza lá para que esse recurso seja utilizado, o
1175 aporte de recursos que seja utilizado não só para além, é porque já tem uma
1176 relação aí já batendo na porta, a gente já está acontecendo e já tem uma
1177 calamidade acontecendo, uma emergência acontecendo, mas para usar esse
1178 recurso, a gente precisa de um decreto. Então mudar essa nomenclatura, mudar a
1179 finalidade se isso é possível e manter essa ação. **ROSALICE - CEAS:** Gente, só
1180 para esclarecimento aqui, eu sei que está sendo dito várias vezes aqui, mas a ação
1181 1049 eu estou com o PPAG aberto aqui vigente, sabe, lá no Portal da
1182 Transparência e ela, e ela já tinha sido feito uma revisão no ano passado. Ela não
1183 está específica para a população em situação de rua. Ela escrita assim, ações

1184 assistenciais para população em situação de vulnerabilidade social do
1185 enfrentamento da pandemia determinação à origem Covid-19. Todas as descrições
1186 abaixo estão também abarcando o público como um todo. Não é uma ação mais
1187 para a população em situação de rua. Para a população em situação de
1188 vulnerabilidade social. A área técnica também lá da área de planejamento da
1189 SEDESE, também a gente acionou, perguntando se o programa vai ser extinto ou
1190 não, porque não é uma programa nosso. É um programa do Fundo Estadual de
1191 Saúde, o programa ele se chama Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de
1192 Covid-19. A justificativa dele é em decorrência da pandemia, é o programa 026, em
1193 decorrência da pandemia do Covid-19, declarado pela Organização Mundial de
1194 Saúde, os órgãos e entidades governamentais deverão implementar medidas para
1195 enfrentamento dos efeitos da enfermidade, objetivo, implementar medidas de
1196 enfrentamento dos efeitos da pandemia internacional ocasionada pelo Covid e aí
1197 define aqui várias situações onde está vinculado a situação de decretamento de
1198 estado de emergência e calamidade, de situação de emergência e estado de
1199 calamidade pública. Então a gente, ele está totalmente vinculado. A gente, quando
1200 a gente fez as alterações também ano passado da 1066 a gente está pegando
1201 exatamente esse público. Enfrentamento de situações de vulnerabilidade social
1202 com transferência de renda para esse público. Então quando a gente, a gente
1203 também não tem como fazer muitas alterações nesta ação lá no Fundo Estadual de
1204 Saúde para, vai ficar uma ação desvirtuando o programa, entendeu? Então que
1205 tecnicamente vai fazer lá e não vai nem ser aprovado. **PRESIDENTE:** Eu estou
1206 conversando aqui com a equipe, então a gente retira a proposta de exclusão e
1207 mantém a ação como está, vinculada ao programa da pauta como está porque a
1208 gente não tem condição de alterar o programa, ok? É isso. **ARLETE, GRAAL:**
1209 Arlete, Grau Brasil. É, desculpe que eu precisei sair ali que eu estou aqui com dois
1210 sentidos hoje mas o fato é que quando se trata da assistência social, também a
1211 gente vive abrindo janelas não é? E infelizmente não tem como ir fechando janelas
1212 e nesses últimos anos a gente só tem realmente, a gente vive abrindo janelas e
1213 quando que você pensa que resolveu ou pelo menos minimizou uma situação, de
1214 repente outras janelas escancaram e a gente começa a ver a situação mais
1215 agravada. É, eu fiquei pensando como contribuir no texto e realmente não encontrei
1216 palavras porque o susto de janelas abertas vai criando também uma confusão na
1217 mente da gente. O quê que significa janelas abertas? Mais miséria e eu ando para
1218 lá e pra cá aqui quando eu estou aqui porque meu circuito de trânsito é lá no centro
1219 do movimento rodoviário, esse vai e vem e assustada com a migração de pessoas
1220 em situação de rua e tem um rapaz, eu o conheço desde que ele nasceu e eu não o

1221 cumprimentei e eu estou me sentindo muito mal desde esse dia, porque o grupo
1222 que ele está ali perto da rodoviária está aumentando com mais pessoas lá de
1223 Pirapora, de Buritizeiro. Estou citando os dois municípios porque é lá que eu tenho
1224 uma vivência direta e eu de repente eu pensei e fiquei envergonhada. Eu pensei,
1225 será que eu estou com medo dele e vendo esse grupo que ele está crescendo, mas
1226 de fato eu continuo passando e não o cumprimento porque quando ele me vê, ele
1227 fica, Arlete, ele vem para o meu lado, eu sempre assim, porque foi meu vizinho
1228 muito tempo e o quê que eu estou dizendo com isso? Eu não sei o quê que a gente
1229 faz com as janelas mas que a gente tem que conseguir fazer com que essa política
1230 pública funcione e que a gente não trate essas pobrezas, essas misérias, essas
1231 janelas que se abrem sob o ponto de vista de emergências, porque as emergências
1232 também ela seleciona a emergência dentro da emergência e aí quem não era
1233 emergência na situação de escolha ele passa a ser daí uns dias e é o que eu estou
1234 vendo. Eu fiquei sem saber como contribuir, até fui ali nas meninas e falei, eu estou
1235 precisando de ajuda das universitárias porque eu fiquei associado a essa 1049 não
1236 é? Na situação que Nova Lima nos apresentou que recebeu um recurso mas
1237 quando ele chegou já tinha resolvido a situação que era de emergência também e
1238 hoje tem uma luta para usar esse recurso para atender uma emergência que não
1239 era tão emergente e não pode. Mas aqui pode. Na 1049 está dizendo que o recurso
1240 está sendo usado para atender uma outra emergência. Então realmente eu fiquei
1241 muito confusa. Mas é só isso, queria registrar. **PRESIDENTE:** Podemos prosseguir
1242 para a próxima ação? O CEAS tem que indicar um valor, aí a gente não tem
1243 condições de indicar que a gente não tem diagnóstico da população em situação de
1244 rua. Aí a gente precisa de uma referência. **ROSALICE - CEAS:** Não é população
1245 em situação de rua. População em situação de vulnerabilidade no enfrentamento a
1246 pandemia. **PRESIDENTE:** Entendi, entendi. Mas para mim esse público é o que
1247 mais paga por esse feito, mas enfim. **ROSALICE - CEAS:** Qual que é diagnóstico
1248 que a SEDESE tem de população em situação de rua em Minas Gerais? Vamos
1249 partir por aí porque aí vai ampliar o diagnóstico de família em situação de pobreza,
1250 a gente tem Minas Gerais que são 1 milhão de famílias, 4 milhões de pessoas.
1251 Esse universo todo a gente vai, talvez que não porque já está lá nos benefícios,
1252 naquele que nós recolocamos 2 bilhões, então não justifica. Por isso que eu falo
1253 que a gente tem que pensar nas políticas públicas mais desenhadas, se a gente já
1254 tem uma ação onde a gente colocou esse universo todo, a gente tem que ter uma
1255 que a gente afunila mais esse universo. Então essa população que eu vejo aí
1256 completamente desprotegida todos os dias. **PRESIDENTE:** Agora a gente não tem
1257 dados aqui para apresentar, a gente tem que levantar não é, gente? Então não tem

1258 resposta agora, não consigo responder essa pergunta. Então vamos colocar 10 mil
1259 não é? É o único dado que a gente tem aqui de Belo Horizonte, a conselheira
1260 municipal está falando aqui que. Não, então, é isso que eu estou falando, também
1261 não concordo não, Gabriela, mas considerando que o Estado não tem esse estudo
1262 ainda e o conselho municipal de Belo Horizonte apresentou, a gente tem um
1263 parâmetro. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Mas espera aí, a gente não
1264 pode fazer a análise de dados assim não. a gente não tira o dado da cabeça aqui
1265 agora e chuta um valor ou um número qualquer, não é assim que funciona. Nós
1266 estamos o tempo todo falando da seriedade de discutir planejamento público,
1267 orçamento. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** É porque os moradores de rua em Belo
1268 Horizonte agora vem o censo, já teve um ano que o IBGE não fez o censo de
1269 morador de recurso em Belo Horizonte, foi preciso a prefeitura fazer. Mas isso é
1270 passado porque o próprio Estado tinha um trabalho ali na Serraria Souza Pinto, é
1271 Canto da rua que chama, não é Simone. **ROSALICE - CEAS:** Isso, da SEDESE
1272 inclusive junto com a prefeitura para atender a população de rua. **MARIA BAIÃO,**
1273 **FMTSUAS-BH:** O quê que adiantou? Porque agora a casa fechou, o morador
1274 voltou pra rua, então quem acolhe é a prefeitura, mas é uma estimativa dessa, mas
1275 é igual, sempre nos é passado. Maior número de morador de rua em Belo Horizonte,
1276 ele não é da capital. Ele vem desse Brasil todo. A assistência social tem isso. ele é
1277 do Brasil todo, vem para Belo Horizonte. Nós tivemos um caso aqui bem no início
1278 do segundo ano da pandemia era de Goiás, uma adolescente grávida fugiu e veio
1279 parar em Belo Horizonte. Sabe? Então nós temos morador de todo o Brasil. Aqui
1280 dentro de Belo Horizonte e a prefeitura às vezes fica aí com as calças na mão
1281 porque nem tudo dá para se fazer ou acudir, mas o que dá para fazer ela pode.
1282 Então me preocupo também, a questão do morador de rua porque isso já foi tema
1283 de conferência uma vez que eu cheguei a brigar com a Taísa. Ela era palestrante
1284 por ela ter coragem de falar que nós não estávamos ali para defender morador de
1285 rua. Foi na época do Patrus, eram 5 mil pessoas na plenária, nós fizemos uma carta
1286 aberta, Patrus acatou e botou na mão dela e mostrando o quanto ela estava errada.
1287 Que nós estávamos ali para defender o morador porque isso está dentro da LOAS.
1288 A prioridade é morador de rua, por quê? Nós não temos que mantê-los na rua não.
1289 Nós temos que dar moradia, uma vivência digna porque ninguém nasce na rua, não
1290 mora na rua e é obrigação do estado sim, é obrigação dos prefeitos sim, sabe? Só
1291 que nós aqui temos um programa, em vez do prefeito ter o seu dentro do estado, o
1292 povo vai aglomerando em Belo Horizonte. Esse censo é só procurar na assistência
1293 social, que a secretaria passa para vocês. **ELDER, SEDESE:** Elder SEDESE. A
1294 gente tem os dados aqui do cadastro único para embasar a discussão. No cadastro

1295 único hoje base de julho de 2022, tem 22.519 pessoas em situação de rua em
1296 Minas Gerais. Lembrando que o dado do CadÚnico especificamente para a pop rua
1297 muitas vezes é subnotificado. Mas a base, o dado que a gente tem para trabalhar
1298 aqui agora é 22.519 pessoas, 22.311 famílias. Por quê que é muito similar? Porque
1299 população de rua normalmente a família é só uma pessoa. Então 22.311 famílias,
1300 22.519 pessoas. Aí o dado quem achou foi a Gabriele que é a superintendente da
1301 vigilância. **PRESIDENTE:** Bom, pergunto. Tem algum encaminhamento? Manter a
1302 ação, incluir para esse universo que é o diagnóstico que a gente tem, agora o valor
1303 é a SEDESE que tem que fazer, qual que é o valor que seria para atender essas
1304 pessoas, o controle social não tem condições de fazer. **ROSALICE - CEAS:** Sim,
1305 mas a SEDESE não tem condição de chutar valor aqui porque eles dependem de
1306 trabalho técnico, reflexão, discussão, elaboração de cenários, isso, aí a gente
1307 coloca com valor a ser incluído pela SEDESE. **GABRIELE:** Não, licença, mas
1308 Gabriele, SEDESE. A gente precisa entender também para propor valor, qual ação
1309 que está sendo proposta. Qual que é a descrição da ação? É outra transferência de
1310 renda direta para esse público? Sendo que a gente já tem a 1066, o Estado ou vai
1311 ser dinheiro para os fundos municipais de assistência social que realizam
1312 atendimento a esse público? A gente precisa entender qual que é a proposta até
1313 para pensar tecnicamente em alguma coisa viável. Eu acho que a gente não faz
1314 isso em uma reunião plenária. **PRESIDENTE:** Exatamente. Eu estou entendendo
1315 que o encaminhamento é manter a ação orçamentária, não tem valor previsto e a
1316 SEDESE vai ter que elaborar um projeto Ok. Então é isso. Podemos então passar
1317 para a próxima ação? A próxima ação é eu já vou adiantar, a proposta é de
1318 exclusão, a próxima ação é o piso mineiro de assistência social variável e a aí
1319 porque que a gente propõe a exclusão dessa ação? O piso mineiro, a gente já vem
1320 discutindo, inclusive isso já foi objeto de outras reuniões de discussão em outras
1321 reuniões. Os termos de aceite, as obrigações pactuadas com o Governo Federal e
1322 com os municípios no âmbito da proteção, eles estão sendo cumpridos nas ações
1323 da média complexidade e da alta complexidade. De acordo com o nosso decreto,
1324 piso a gente tem que ter critérios, ele é um repasse regular, automático, tem que ter
1325 uma base de cálculo, isso não foi construído pela SEDESE em nenhum momento,
1326 nem quando ele foi criado e hoje o piso mineiro fixo ele é o recurso que atende os
1327 853 municípios. Então a defesa da SEDESE é concentrar esforços no piso mineiro
1328 fixo assim como a gente tem feito. É atualizar a base de dados, é aumentar o valor
1329 do piso mineiro fixo porque ele atende os 853 municípios. Então assim, só
1330 retomando um pouco da história do piso variável. O piso variável foi criado lá em
1331 2016 no PPAG, não houve regulamentação para ele, ele substituiu uma ação que

1332 era de pagamento da antiga série histórica da era pré-SUAS. Isso não foi feito nem
1333 em um ano, em 2016, 17 e 18. Considerando aí o período, a questão até do prazo
1334 prescricional que não tem como reaver isso que estava sendo feito antes. A falta de
1335 memória de cálculo, então assim, nós temos vários considerandos, discussões
1336 longas que a gente já fez internamente no âmbito da SEDESE que hoje o cenário
1337 atual, é que a gente não vê sentido em tirar os esforços que a gente tem colocado,
1338 que a gente tem conseguido fazer na ampliação do piso mineiro fixo e que o piso
1339 mineiro fixo atenda os 853 municípios. Então fazendo esse resgate quando a gente
1340 tinha a antiga série histórica, a gente atendia aproximadamente 90 municípios,
1341 salvo engano, 101. Mas dentro desses 101, hoje a gente continua atendendo a
1342 participações com o Governo Federal e municípios que estavam nos termos de
1343 aceite. Então se pegar o número que sobra, ele dá aí talvez até menos de 90 que é
1344 esse número antigo aí da série histórica. Então essas são as nossas justificativas e
1345 a nossa proposta de exclusão e considerando inclusive os esforços que a gente tem
1346 feito no piso mineiro fixo. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então, eu trago
1347 aqui para esse Conselho que essa rede histórica conforme um pouco a fala da
1348 secretária, ela é antes do SUAS, essa rede era financiada com 101 municípios, com
1349 6 programas, na época não era serviço, era recurso mesclado do Governo Federal
1350 e do estado de Minas Gerais que financiava principalmente serviço de convivência
1351 para idosos, acolhimento institucional para idosos, serviço do imigrante que depois
1352 tornou-se população em situação de rua. É, falei quatro, bom, minha memória não
1353 está boa não. Então nós não podemos acabar com uma ação sem deliberação da
1354 CIBE, sem deliberação desse Conselho, simplesmente tirar a ação do orçamento.
1355 Eu acho que quando, eu não estava na época nesse Conselho, mas quando foi
1356 levada a proposta para a CIBE para transformar esse antigo financiamento que era
1357 por meio de per capita na época, para o piso mineiro variável foi um avanço de
1358 nomenclatura, agora se não avançou no sentido de pensar essa arquitetura do piso,
1359 o quê que ele tinha que financiar essa rede mesmo, mais valor, mais aí excluir uma
1360 ação porque a gente não deu conta de fazer, eu acho que é diminuir o SUAS com
1361 os poucos avanços que Minas Gerais fez no sentido de transformar rede histórica
1362 em piso, nomenclatura mas no avançou mais porque nós tínhamos um piso fixo de
1363 assistência social. Aí a rede histórica foi transformada em piso variável, mas não se
1364 trabalhou o piso variável no sentido de fazer o desenho dele e o recurso desse piso.
1365 Aí nós temos o direcionamento que esses serviços estão sendo pagos no piso ou
1366 em outras ações, mas a gente não pode acabar com uma rede histórica, com o piso
1367 mineiro sem uma discussão, sem uma deliberação da CIBE, sem uma aprovação
1368 no CEAS. Então o meu encaminhamento é para a manutenção da ação e colocar o

1369 valor atual que a gente não consegue pagar. Mas a SEDESE sabe o custo desse
1370 serviço mês/ano não é? Então minimamente isso. **LUDSON, CRESS:** Eu queria
1371 complementar um pouco a fala da Juanita. Eu concordo muito com ela porque o
1372 seguinte, a gente vai acabar com o piso variável. O passivo do piso variável. Como
1373 que fica? Então tem a questão prescricional. Mas aquilo que não for prescricional?
1374 Porque a pactuação ainda existe e ela não está sendo cumprida, então esse é um
1375 ponto. E de fático a gente poderia estar, o que a gente deveria estar discutindo, o
1376 que a gente deveria estar discutindo é um redesenho do piso variável, porque qual
1377 é a lógica de você ter piso fixo e piso variável? Piso fixo ele é um incentivo ao
1378 custeio dos serviços, a manutenção básica, o pagamento de pessoal, contas de
1379 água, luz, telefone e o piso variável poderia ser instituído em uma estratégia de
1380 investimento. Então construção, reforma, aquisição de material permanente,
1381 obviamente dando flexibilidade para os municípios mas do ponto de vista de
1382 memória de cálculo tentando pensar muito nesse sentido e aí inclusive superando a
1383 lógica que impera hoje de você privilegiar um grupo específico de municípios e
1384 partilhar isso entre todos. Então acho que não é o momento de discutir a
1385 finalização dessa ação e aí acho que a fala da Juanita foi muito esclarecedora. No
1386 mínimo essa discussão deveria ter sido feita na CIBE. **PRESIDENTE:** Eu entendo
1387 que vocês trazem, eu acho até que vocês também tem uma dificuldade de entender
1388 o que a gente está dizendo aqui. Hoje, ele não está regulamentado, a gente não
1389 tem cálculo para ele, a gente já, é o que eu disse, a SEDESE ela já discutiu isso
1390 inúmeras vezes. A conclusão, todas as vezes que a gente chega é que a conclusão
1391 é o piso mineiro fixo ele já atende todos os municípios e quando a gente fortalece o
1392 piso mineiro fixo, a gente está fortalecendo o SUAS para todo mundo, a gente está
1393 aumentando o recurso, a gente está dando liberdade para o município porque o
1394 piso mineiro fixo é isso, o piso mineiro fixo, o município ele pode fazer requisição,
1395 ele pode fazer contratação, ele pode custear da forma que ele bem entender. A
1396 gente teria que fazer um desenho para o piso variável? Sim. Eu concordo. A gente
1397 teria que pensar isso só que a gente acha que estrategicamente o fortalecimento do
1398 piso mineiro fixo ele atende muito mais e melhor os 853 municípios. A gente pode
1399 inclusive para o próximo ano fazer uma discussão. Acho que é importante.
1400 **LUDSON, CRESS:** Pode ser Mariana, mas assim, pelo menos apresentada essa
1401 proposta para os gestores? **PRESIDENTE:** Não, é porque a gente não fez, a
1402 proposta de um piso mineiro variável, hoje ela não existe. É isso que eu estou
1403 colocando. **LUDSON, CRESS:** Proposta de acabar com o piso mineiro variável com
1404 todas essas justificativas, ela foi estruturada e apresentada para o gestor dizer
1405 assim, olha. **PRESIDENTE:** Ela está sendo apresentada aqui no CEAS, que a gente

1406 está fazendo revisão de PPAG. Ano que vem é ano de elaboração de novo PPAG,
1407 a gente pode trazer essa discussão ano que vem. Entendo que se o CEAS acha
1408 temerário, ah, é melhor manter agora? A gente concorda mas eu acho que é
1409 importante a gente ter essa discussão aqui, ano que vem no novo PPAG a gente
1410 pode voltar com essa discussão. A proposta hoje, ela já foi porque todas as
1411 reuniões, todas as prestações de contas, essa discussão vem à tona. E então e aí
1412 esse CEAS, vocês mesmo já nos provocaram porque que não exclui essa ação? Eu
1413 acho que hoje a nossa proposta é a gente não vê sentido nela porque a gente está
1414 conseguindo fortalecer o piso fixo e o piso fixo ele atende todo mundo. É o variável
1415 porque o fixo a gente já conseguiu gente, a gente conseguiu de 54 milhões, para 81
1416 milhões. A gente já conseguiu praticamente quase que dobrar o piso fixo. Quando a
1417 gente concentra esforços, isso também é questão de estratégia, estratégia nossa
1418 enquanto SEDESE, nossa de fortalecimento para os municípios. Eu estou
1419 concentrando os nossos espécies ali no piso mineiro fixo, isso já foi falado, já foi
1420 aprovado aqui entendeu? A gente a gente quer continuar nessa linha, a gente quer,
1421 a gente discutiu isso ontem. A gente quer atualizar a base do cadastro único. A
1422 gente quer ampliar o valor do piso fixo. O piso fixo hoje ele tem muito, muito mais
1423 importância, eu acho que é o recurso mais importante que o Estado tem que hoje
1424 para os municípios. Então se a gente fica criando outro para concorrer com ele,
1425 estrategicamente, nossa opinião técnica não, não compensa. Não é viável. Entendo
1426 os argumentos do CEAS, temerário, a gente não tem segurança para fazer isso
1427 agora? Ok. Ano que vem a gente volta com essa discussão, porque ano que vem é
1428 ano de novo PPAG. **LUDSON, CRESS:** Eu acho que é isso Mariana, assim, eu não
1429 sou, por isso em relação a essa discussão. Pode se chegar a consenso de ter uma
1430 modelagem que o piso variável acabe? Sim. mas vamos fazer a discussão de forma
1431 mais detalhada e iniciando pela própria CIBE. A SEDESE pode apresentar isso
1432 para os gestores, dizer assim, olha, o impacto vai ser esse, a gente vai ter tanto
1433 dinheiro a mais do piso fixo, a gente vai concentrar todos os esforços, o piso fixo já
1434 tem toda a flexibilidade que vocês precisam. Então vamos simplificar os processos,
1435 vai ser inclusive, é um plano de serviço a menos e por aí vai e aí sim, a gente chega
1436 com uma proposta estruturada no CEAS para a gente votar de maneira mais segura.
1437 **PRESIDENTE:** Ok. Então isso vai ficar para o PPAG, o novo PPAG ano que vem.
1438 Ok. É, vai manter da forma como está. Ela vai ser mantida. A gente, como ela não
1439 está regulamentada hoje, vai cair na mesma situação da outra. A gente tem que
1440 elaborar uma proposta de regulamentação para esse piso. **MARIA JUANITA - FED.**
1441 **APAES/MG:** Juanita Pimenta. Então, nós temos o valor desse piso sim. Desse piso
1442 não, desse recurso que financiava esses programas, eu não tenho ele aqui mas a

1443 SEDESE tem sim. Então, deixa eu só ver, buscar nas minhas memórias aqui. Esse
1444 recurso financiava a série histórica da base, serviço de convivência e fortalecimento
1445 de vínculos, atenção ao imigrante, família acolhedora, acolhimento institucional para
1446 crianças e adolescentes, acolhimento institucional para idoso e abordagem social. É
1447 em qual financiava 101 municípios. Então a gente tem o valor da série histórica de
1448 101 municípios que desde quando parou de pagar não é? Então é trazer esse valor
1449 dessa rede histórica para essa ação, que esse CEAS vai aprovar, agora discussão
1450 de quando que foi passado para piso ou fazer o desenho do piso é outra coisa.
1451 Agora a SEDESE tem o valor dessa série histórica. **PRESIDENTE:** Sim, tem. O
1452 valor, vou repetir, gente. Vocês não estão entendendo, algum, alguns valores desse,
1453 uma parte desse valor que é das pactuações com o Governo Federal e isso está
1454 sendo pago, é o que Juanita citou aí, me ajude aqui a equipe, residência inclusiva e
1455 centro dia está sendo pago lá na ação da proteção especial, são os termos de
1456 aceite com o Governo Federal. Essa seria histórica salvo engano, ela parou de ser
1457 paga lá em 2015. Hoje, esse valor inclusive ele está totalmente fora da realidade. A
1458 gente não tem esse levantamento aqui para dizer o que tinha lá em 2015, qual o
1459 município, o quê que manteve que não teve? Teria que resgatar isso com esses 90
1460 municípios. É isso que eu estou falando e nós vamos para 2022, nós já passamos
1461 aí de 7 anos de que isso não vem sendo executado. O que gente está dizendo é,
1462 para executar o piso variável, a gente teria que elaborar uma proposta, um projeto,
1463 teria que avaliar esses 90 municípios. Ok, gente, podemos fazer isso. Então o que
1464 eu estou falando, mantém a ação, vamos projetar isso para o novo PPAG do ano
1465 que vem, é isso que eu estou dizendo aqui. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:**
1466 Isso secretária, eu só estou falando para que na resolução do CEAS a gente
1467 coloque o valor e o valor é a SEDESE que sabe não é? A SEDESE tem lá esse
1468 histórico, tem dos 91 municípios ou dos 101 municípios mas que existe, existe. Mas
1469 a gente tem que colocar o valor não é? **PRESIDENTE:** Então, acho que encerramos
1470 aqui a discussão. Essa era a última ação orçamentária. Vai dar meio dia, então eu
1471 acho que a gente já deveria ir para o intervalo de almoço. Eu acho, que secretaria
1472 executiva e aqui a equipe, nós vamos precisar de um tempo para minutar a
1473 resolução com as recomendações, os destaques que foram feitos na reunião.
1474 Vamos, volta a pauta fazendo favor. Eu acho que a gente combinar talvez um
1475 horário de retorno, uma e meia para dar tempo? Porque a gente tem uma hora de
1476 almoço e meia hora para conseguir minutar, o quê que vocês acham? Quê? Volta
1477 na pauta, gente, eu quero fazer se vocês concordam porque a secretaria executiva
1478 tem que almoçar e a gente também tem que almoçar e a gente tem que voltar e
1479 fazer a redação da resolução. **ROSALICE - CEAS:** É porque está todo mundo rindo.

1480 **PRESIDENTE:** Ué, porque senão ninguém vai almoçar e não vai conseguir
1481 escrever, gente, é fato. Quem quiser inclusive voltar de almoço antes. A gente sai,
1482 almoça, volta. Quem quiser voltar antes e ajudar, nosso amigo Lucas especialista,
1483 você ajuda na, porque essa resolução ela vai ficar grande e detalhada. Podemos
1484 combinar então? A gente volta então hoje 13:30 e aí quem conseguir, assim que
1485 almoçar, retornar gente, após o almoço a gente trabalha na minuta da resolução?
1486 **ROSALICE - CEAS:** Mais fácil. **PRESIDENTE:** Então está ok, obrigada.
1487 **PRESIDENTE:** Correria e muitas pessoas fazendo, o Lucas, está faltando ainda o
1488 Lucas e a Marcela que estava ajudando a redigir. Roberta, pede, pede para eles
1489 virem porque aí a gente tem que fazer a leitura junto e se continuar alterando aqui
1490 para estava concluindo a redação. Vamos começar então pelos considerandos?
1491 Tirou. Conversa aqui agora. Proposta de resolução CEAS dispõe sobre a
1492 aprovação dos parâmetros para a revisão anual do plano plurianual de ação
1493 governamental e da proposta de Lei Orçamentária Anual de 2023 para o fundo
1494 estadual, para. Vocês estão acompanhando comigo aí, gente? Já vou fazer de uma
1495 vez. É, eu já, eu ia falar para a gente fazer o destaque de uma vez. **ROSALICE -**
1496 **CEAS:** Você quer que eu falo? **PRESIDENTE:** Sim. **ROSALICE - CEAS:** A minha
1497 proposta é que em vez do fundo, seja da assistência social porque existem duas
1498 ações, inclusive nós precisamos discutir aqui, existem duas ações orçamentárias de
1499 assistência social que está na unidade orçamentária SEDESE não está na unidade
1500 orçamentária FEAS e nós temos que trazer ela aqui para esse parâmetro também.
1501 **PRESIDENTE:** Já vai alterando, Rosa. É porque nós não fazemos. É o orçamento
1502 da assistência, da revisão da assistência. Então o Conselho Estadual de
1503 Assistência Social de Minas Gerais – CEAS MG no uso de suas atribuições
1504 conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual 12262 considerando deliberação de sua
1505 276^a plenária ordinária ocorrida em 19 de agosto de 2022 e considerando
1506 Resolução CMAS 33, considerando parágrafo único do artigo 80 da NOB-SUAS,
1507 considerando inciso VIII do artigo 121 da NOB-SUAS considerando inciso II do
1508 artigo 124 da NOB-SUAS, considerando a necessidade de recompor os valores
1509 orçamentários para fins de execução das ações propostas apresentadas pela
1510 SEDESE, SUBAS, minha sugestão é colocar o nome completo depois, Secretaria
1511 de Estado de Desenvolvimento Social ou Sub-Secretaria da SEDESE, o nome
1512 completo. Resolve, artigo 1º, aprovar os parâmetros para a revisão das ações do
1513 plano plurianual de ação governamental PPAG 2023 e da Lei Orçamentária Anual,
1514 LOA 2023 do FEAS e aí vamos pensar aqui como que vai ficar a redação. Da
1515 assistência social. Tira o FEAS. Mas lembrando que a proposta que nós trouxemos
1516 ela é apenas do FEAS, porque a gente está considerando o tempo todo a proposta

1517 apresentada nessa reunião. Então, de acordo com o processo SEI, esse processo
1518 SEI é o encaminhamento da proposta observadas as seguintes recomendações por
1519 ação orçamentária. Juanita. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Esse, nesse
1520 resolve aí precisa colocar que a proposta foi apresentada pela Sub-Secretaria.
1521 Mesmo que tenha o SEI aí, essa nomenclatura é muito interna. Então eu acho que
1522 precisa colocar que a proposta foi apresentada pela Sub-Secretaria. **PRESIDENTE:**
1523 Questão de entendimento, não vejo problema. Ação orçamentária. Então vamos lá
1524 agora, ação por ação. Vamos conferir e ver se os encaminhamentos foram esses
1525 mesmos. Na ação 4129, capacitação apoio técnico e gestão do SUAS. Manutenção
1526 da meta física, 15 mil pessoas qualificadas no ano. Essa foi a única alteração
1527 trazida por essa plenária e aprovada aqui nos encaminhamentos quando da
1528 discussão desta ação. De acordo? Posso passar. Na ação 4130. Ok. Na ação 4130,
1529 proteção social especial de média complexidade. Previsão de letra A, repasses de
1530 recursos estaduais para municípios quando do retorno protegido de crianças e
1531 adolescentes aos municípios de origem conforme, tira o parênteses, vírgula,
1532 conforme Resolução CIBE número 06/2021 e considerando a estimativa
1533 orçamentária de 60 mil reais. Letra B, cofinanciamento estadual para 14 municípios
1534 de pequeno porte I com centro de referência especializado de assistência social –
1535 Creas registado no CAD-SUAS e sem o financiamento estadual ou federal para a
1536 oferta, considerando a estimativa orçamentária de 1 milhão, 344 mil reais. Juanita.
1537 **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então, sobe um pouquinho, desce, desce, aí.
1538 Por quê que lá em cima está previsão de? Não seria só ação 4130, proteção social
1539 especial de média complexidade e já ir direto no texto? Por quê foi colocada
1540 previsão? Porque na verdade não tem previsão. Na proposta não tem a previsão.
1541 Na verdade eu proponho. Então, eu acho, na minha opinião é só deixar o número,
1542 não precisava nem do número. O nome da ação e aí eu tinha colocado, assim, uma
1543 sugestão, manutenção dos serviços ofertados ou referenciados pelo Creas com
1544 maior incidência das situações de violação e violência, violação de direitos
1545 apresentados pela SUBAS no valor de 13 milhões para 187 municípios e ajuste,
1546 não, o ajuste da parceria não é esse não. É só até aí mesmo. Eu pensei em juntar
1547 tudo porque a Roberta falou que na verdade é tudo a mesma coisa, não foi?
1548 Quando a gente estava discutindo. Porque eu acho que fica confuso. **ROSALICE -**
1549 **CEAS:** Isso aqui é o seguinte, vamos lá. Nós tivemos, a hora que a gente estava
1550 discutindo ali, Lucas. Na hora que a gente estava discutindo a redação, a gente
1551 ficou com essa dúvida aqui. Na ação 4130, o quê que o FEAS apresentou? O quê
1552 que foi pleito e o pleito para o ano passado que não foi atendido e aí qual o pleito
1553 que não foi atendido? O repasse para retorno protegido que está ali, o

1554 cofinanciamento para Creas municipais conforme o diagnóstico que são esses 50
1555 mais 187 e o cofinanciamento para os 14 municípios que não entraram no
1556 diagnóstico, mas que tem Creas municipal com recurso próprio. São três pontos
1557 diferentes. É que a primeira coisa, isso tem que estar bem claro. São três atividades
1558 diferentes para as quais a gente fez pleito, não foi aprovado e aí quando a gente
1559 está trazendo aqui que o CEAS está indicando que a SEDESE consiga esforços,
1560 faça mais pleitos e esses pleitos vão para a Assembleia. A hora que a gente estava
1561 discutindo aqui o conselheiro Lucas falou, não, mas no entendimento dele apenas
1562 esses dois pontos é que foram acatados, o outro não foi. **MARIA JUANITA - FED.**
1563 **APAES/MG:** Nós temos uma demanda que a SEDESE, uma necessidade que a
1564 SEDESE apresentou aqui e nós aprovamos inclusive financiamento de Creas
1565 municipal para o município. A gente tem o negócio, uma diagnóstico muito maior de
1566 municípios, 181 mais 14 que tem essa situação de incidência de violação de direito.
1567 Então o problema foi colocado pra gente, a gente não vai propor não? **ROSALICE -**
1568 **CEAS:** Sim. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Isso **ROSALICE - CEAS:** Por
1569 isso que eu coloquei no genérico lá. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** A dúvida
1570 foi essa. **ROSALICE - CEAS:** Então vamos lá, é cofinanciamento estadual, pode,
1571 pode escreve que eu estou ditando. Cofinanciamento estadual para, eu vou, eu vou
1572 resumir aqui para ela. Para implantação de 100, desculpa, 200, 237 Creas em
1573 municípios de pequeno porte I conforme, espera aí gente, deixa eu terminar de falar
1574 ali com a Rosa porque senão a gente não sai do lugar. Com incidência de violações
1575 de direitos conforme o diagnóstico, volta fazendo o favor Rosa. É conforme
1576 diagnóstico estadual da incidência de violação de direitos. Aí você recorta e cola na
1577 frente isso que vigência digitou entendeu? Isso. Agora Roberta. **ROBERTA:** Gente,
1578 eu estou verificando aqui o documento do OBZ mesmo que a gente colocou. A
1579 gente fez essa priorização, uma separação de 50 inicialmente, aí a gente tentando
1580 escalonar os pleitos para aumentar a chance de conseguir recursos. Então quando
1581 a gente vai, eu estou verificando aqui e aí foi um erro na minha apresentação gente,
1582 aqui no documento da apresentação já peço desculpas porque os 187 contempla os
1583 50 tá? Então é 187, eu queria pedir desculpas. **PRESIDENTE:** Então o número
1584 correto é 187, isso. **ROSALICE - CEAS:** Isso. Aí o valor é só somar os dois que fica
1585 certinho, está bom? **PRESIDENTE:** Cristiano pediu a palavra. **CRISTIANO:** Bom,
1586 boa tarde pessoal. só para tentar esclarecer porque a Roberta já falou aí, a gente
1587 tinha identificado essa situação ontem na apresentação. O quê que acontece? Esse
1588 diagnóstico estadual sobre a incidência das violações de direitos que foram
1589 encaminhados para vocês, a gente elencou lá 206 municípios que eram
1590 considerados os 206 municípios prioritários que são os municípios com maior

1591 incidência das violações de direito. O quê que acontece? No momento que a gente
1592 estava fazendo a base que é o OBZ que a Roberta falou, a gente já tinha uma
1593 expectativa que 19 municípios iriam ser co-financiados a partir da aprovação que foi
1594 feita na sequência aqui no CEAS que são município que foram retirados do
1595 diagnóstico, são os municípios que estão na listagem dos 206. Então por isso o
1596 número 187, porque é o 206 menos os 19. **PRESIDENTE:** O valor confere para mim
1597 o valor gente. **ROSALICE - CEAS:** Eu conferi aqui, gente, são então do 137, seria
1598 13 milhões 152 e do 50 são 4 milhões e 800. Aí eu já somei aqui, já passamos para
1599 a Rosa, o valor total é de 17 milhões, 952 mil. Tá bom? **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-**
1600 **BH:** Aí deixa eu perguntar para você, então quer dizer que o ano que vem o
1601 cofinanciamento vai continuar descoberto para o restante dos municípios?
1602 **ROSALICE - CEAS:** Isso aqui a gente está falando só dos municípios de pequeno
1603 porte I que apareceram lá naquele diagnóstico. Os outros não apareceram, não tem,
1604 a gente não tem nem planejamento de atendimento para eles ainda. **MARIA BAIÃO,**
1605 **FMTSUAS-BH:** E aí eu pergunto, e está certo? O Estado depende só disso? Não É
1606 Dona Maria não. Ô gente, fica cansativo sabe? Maria Aparecida, representante de
1607 usuários. Fica muito estressante porque igual, a sua fala, não vou repetir, mas
1608 pensa comigo companheiros, nós temos que mudar o cenário. Como que vai ficar o
1609 restante do povo? Nós temos que assentar e ver outra solução. Não é
1610 simplesmente fechar uma planilha, é isso que tem para o ano que vem e nós vamos
1611 cruzar os braços. E o restante do dinheiro vai para onde? E quem estiver passando
1612 fome, quem não tem escola, quem não tem casa, quem não tem estrada para ir
1613 para a escola porque isso é o cenário do estado. Eu não estou mentindo porque
1614 estava tudo errado aí na imprensa todo dia. Como é que vai ficar? Nós vamos ficar
1615 aqui negociando só isso? Todo dia. Você vê, nós tivemos quarta, quinta e sexta,
1616 três dias. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Juanita Pimenta. Eu queria
1617 perguntar com relação ao Lucas voltar lá, Lucas na resolução foi colocado previsão.
1618 Nós estamos aprovando um parâmetro não é? Eu no meu entendimento não tem
1619 que ter previsão, a gente aprova o parâmetro. Por quê que a gente está prevendo?
1620 Está correto? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Lucas
1621 Costa, central de governo porque veja, nós estamos trazendo parâmetros para que
1622 se conste no PPAG e também na LOA. Como se trata de ato normativo, ato
1623 normativo prevê, então por isso a previsão, ou seja, tem que estar previsto no texto
1624 normativo. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Entendi. **PRESIDENTE:** Ok?
1625 Passando então para ação 4131, proteção, proteção social especial de alta
1626 complexidade. Previsão de reajuste no valor anual das parcelas com, desculpa, no
1627 valor anual das parcerias com as organizações da sociedade civil para oferta do

1628 serviço de acolhimento para oferta do serviço, quem está me acompanhando? A
1629 Rosa não é? Para oferta do serviço de acolhimento para pessoas com deficiência
1630 egressos da extinta Febem a partir de 2023 considerando estimativa orçamentária
1631 de 1 milhão 820 mil e 58. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Teve um item aqui
1632 que a gente nem passou por ele, mas agora na minha conferência eu estou vendo.
1633 A SEDESE fez o pleito de qual financiamento estadual de consórcios públicos
1634 intermunicipais, intergovernamentais no valor de 4 milhões, alguém pode falar sobre
1635 esse pleito que não foi aprovado pela SEPLAG? **PRESIDENTE:** Cristiano pode?
1636 **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Alta complexidade. **PRESIDENTE:** É uma
1637 proposta que a gente desenvolveu internamente, um projeto de cofinanciamento
1638 para consórcios públicos. **CRISTIANO:** Cristiano, SEDESE. A gente no momento de
1639 elaboração das propostas aí do OBZ, a gente incluiu essa que seria uma proposta
1640 de cofinanciamento para, qual que é o valor que ficou aí Roberta, que eu não estou
1641 com a planilha aberta, mas na, 4 e 800. A memória é. É, isso. Considerando
1642 consórcios públicos que já ofertam ou que podem ser identificados pela SEDESE
1643 para oferta de acolhimento que é uma, são consórcios intermunicipais e aí teria
1644 participação do estado por isso intergovernamentais com cofinanciamento. E aí
1645 esse valor de 10 mil por consórcio, a gente fez a memória pensando no valor do
1646 cofinanciamento que a gente já faz para referência técnica nos municípios que são
1647 abrangidos por Creas regionais, que o valor é 2 mil e aí pensando 5 técnicos, 10 mil.
1648 Por isso esse valor e aí esse total de 10 consórcios. E aí pensando que 4
1649 municípios em cada consórcio daria em torno de 40 municípios. **PRESIDENTE:**
1650 Então, considerando que isso não foi apontado ontem, por isso que a gente não
1651 trouxe isso para resolução aqui. Podemos continuar com o encaminhamento da
1652 forma que ficou? Então para a ação 4132, piso mineiro de assistência social fixo.
1653 Previsão de pagamento das 12 parcelas do piso fixo no valor de referência de 2
1654 reais e 40 centavos por família, considerando a base do cadastro único de maio de
1655 2022, estabelecido o valor mínimo de 2 mil reais por município considerando a
1656 estimativa orçamentária de 14 milhões, 122 mil, 329 reais e 60 centavos. **MARIA**
1657 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Bom, que eu me lembro aqui nós tínhamos falado de
1658 3 reais por família no CadÚnico de maio de 2022 não foi não? **PRESIDENTE:** Não,
1659 é porque teve o outro encaminhamento que vai aparecer no final da resolução é
1660 que tem que ir para a CIBE para pactuar o índice e aí como isso não foi feito, a
1661 única condição que a gente teria de colocar ali, a única questão objetiva vamos
1662 dizer assim, seria essa porque a outra seria a gente colocar o de 3 reais mas
1663 desrespeitando a própria resolução do CEAS que falava que a gente tinha que
1664 construir um índice, como a gente ainda não construiu, isso ainda vai ter que ser

1665 construído. Essa que foi, aí é questão do entendimento pela discussão que a gente
1666 teve ontem. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Hoje o valor é 2,40?
1667 **PRESIDENTE:** É. Esse ano que teve o reajuste, era 2,20 não é? Está claro, gente?
1668 O encaminhamento foi esse mesmo. A gente vai discutir o índice ainda. Então na
1669 ação 4133, apoio ao controle social a gestão descentralizada do SUAS. Previsão de
1670 recursos financeiros próprios na ação incluindo custeio para realização da XV
1671 Conferência Estadual de Assistência Social considerando estimativa orçamentária
1672 de 1 milhão de reais e alteração da meta física de 35 para 59 reuniões plenárias e
1673 conferências considerando a realização de 10 reuniões da CIBE, 12 do CEAS, uma
1674 conferência estadual e 30 reuniões das URCMAs sendo 2 reuniões para cada uma
1675 das 15 URCMAs catalogadas pelo CEAS. E ainda duas reuniões de fóruns de
1676 usuários da assistência social, duas reuniões de fóruns de trabalhadores de
1677 assistência social e duas reuniões de fóruns de entidades de assistência social. É
1678 isso mesmo? De acordo? É, podemos seguir. Na ação orçamentária 4535 da Rede
1679 Cuidar. Aprimoramento da Rede Sócio Assistencial do SUAS. Previsão de
1680 cofinanciamento no valor estimado de 12 milhões de reais para manutenção das
1681 ações do programa para atender 100 unidades. Posso seguir, está de acordo,
1682 gente? Ação 1059. Aproximação SUAS. Alteração do público-alvo da ação onde
1683 leia-se famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, leia-se
1684 famílias em situação de vulnerabilidade e risco social do estado. Sem alteração das
1685 outras? **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Porque essas ações não tem a
1686 previsão conforme previsto e lá em cima tem? É assim mesmo? **PRESIDENTE:**
1687 Pode colocar fazendo favor Rosa, é porque na hora da digitação, é porque na 1059,
1688 a 1059 ficou só alteração dessa descrição. E o valor também ficou faltando o valor
1689 na 159 também gente. Foi sim, hoje. **ELDER, SEDESE:** Na hora da 1059 o Ludson
1690 perguntou o valor, a gente discutiu mas a gente não chegou ao encaminhamento de
1691 que colocaria mais recursos aí. Aí nesse caso como é só alteração do texto, eu
1692 acho que não tem com a palavra previsão mesmo, porque fica estranho previsão de
1693 alteração do público. Eu acho que fica um texto esquisito. **PRESIDENTE:** Obrigada,
1694 Elder, é isso mesmo. É porque a previsão ela está sendo utilizada quando a gente
1695 está se referindo a valor orçamentário. Ok? Então passamos para a ação 1066 ou
1696 7005 que veio com o nome auxílio financeiro e atendimento em situação de
1697 calamidade e emergência. Só que está entrando no encaminhamento. Os
1698 encaminhamentos, eu acho que está faltando uma palavrinha, um conectivo aí não
1699 é? Manutenção do nome da ação, qual seja, transferência de renda para famílias
1700 em situação de vulnerabilidade social e descrição original. **ELDER, SEDESE:** Eu
1701 proponho colocar manutenção do nome da ação e descrição original, eu acho que

1702 fica melhor ou então manutenção da descrição original e nome da ação, dois pontos.
1703 Manutenção da descrição. **PRESIDENTE:** Manutenção da descrição original e do
1704 nome da ação. **ELDER, SEDESE:** Aí qual seja? Aí tira esse E antes do quão, ótimo.
1705 Aí tira o e a descrição original. **PRESIDENTE:** Previsão de meta financeira de 2
1706 milhões, 2 bi. 2 bilhões, 454 milhões. É. 84 mil. Considerando famílias, número de
1707 famílias do Cadastro único, o Elder está conferindo o projeto de lei porque a gente
1708 ficou na dúvida se é pobreza ou extrema pobreza. **ELDER, SEDESE:** Só extrema
1709 pobreza. Se for entrar pobreza, o valor eu acho que ele mais que duplica porque em
1710 situação de extrema pobreza e pobreza já passam de 3 milhões infelizmente.
1711 **PRESIDENTE:** Ok? Extrema pobreza. Isso é conforme o projeto de lei que está
1712 tramitando. Ação 1049. Ações assistenciais para população em situação de
1713 vulnerabilidade social no enfrentamento da pandemia do Covid-19. Manutenção da
1714 ação orçamentária e elaboração de proposta para a execução considerando
1715 prioritariamente a quantidade de pessoas em situação de rua conforme cadastro
1716 único, referência junho de 2022. **ELDER, SEDESE:** Acho que é só conforme dados
1717 do CadÚnico fica melhor. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Mas ali é no
1718 enfrentamento da pandemia. Não é só morador de rua que precisa da, que é
1719 vulnerável. Não é, não, mas eu acho que em se tratando ali da questão da
1720 pandemia, o público-alvo que é o morador de rua, não é só ele que eu vulnerável. É,
1721 pois é. Mas que eu me lembre. Aquilo ali olha, não é só morador de rua que é
1722 vulnerável. **PRESIDENTE:** Mas Dona Maria, essa que e foi nossa discussão de
1723 manhã, a gente estava falando que o público ali é toda população em situação de
1724 vulnerabilidade e que estava sendo atendida em outras ações. Aí a partir da
1725 discussão que aconteceu aqui hoje de manhã, é que teve o encaminhamento de
1726 colocar prioridade na população de rua. Então assim, se for para alterar o
1727 encaminhamento, a gente altera aqui agora, mas é qual é o outro encaminhamento.
1728 A Conselheira Gabriela fez inscrição e depois o Elder. **GABRIELA:** Não, é porque
1729 vai ter, Gabriela, CMAS Salinas. Como que vai ter um cálculo a ser realizado e aí
1730 eu queria saber se não seria possível por exemplo trazer numa próxima plenária
1731 como que ficou esse cálculo e tudo isso pra gente ter conhecimento aqui no
1732 Conselho. Não, sim, eu falo assim, para justificar dentro do radar do Conselho para
1733 a gente ter uma resposta para saber o quê que foi decidido. **PRESIDENTE:** É, só,
1734 estou querendo só dizer que isso a gente não faz em um mês porque isso vai
1735 demandar elaboração de uma proposta. A gente tem dentro da SEDESE uma
1736 coordenadoria que lida só com população de rua, tem que ser construído com ela,
1737 foi inclusive citado aqui um outro projeto, o Canto da Rua ele é dessa
1738 coordenadoria. Então tem outras ações para a população de rua que não estão na

1739 nossa gerência. Então pra gente construir uma proposta, a gente demandaria esse
1740 tempo. Só explicando. **ELDER, SEDESE:** Eu acho que o texto pode ficar assim
1741 porque a ação 1049 ela já prevê todos os públicos. A gente até discutiu mais cedo e
1742 aí as pessoas em situação de rua vai ser só a referência para o cálculo e tudo, mas
1743 ela já está atendendo, o texto já fala que é todo mundo em situação de
1744 vulnerabilidade. Acho que a gente colocou isso porque era o dado que a gente tinha
1745 aqui na hora. E é julho de 2022, desculpa. Eu mandei errado. **PRESIDENTE:** Julho
1746 Rosa, só para correção. É ação, ação 4534. Piso mineiro de assistência social
1747 variável. Manutenção da ação orçamentária e elaboração de proposta de
1748 regulamentação com memória de cálculo para o PPAG 2024/2027, parágrafo único.
1749 Recomenda-se que a previsão legal conte com ação orçamentária para atender a tá,
1750 isso aí já é outra coisa não é, gente? Tá. Pode Juanita. **MARIA JUANITA - FED.**
1751 **APAES/MG:** Então, nessa ação a gente tem que colocar valor. Aí tem que deixar aí
1752 qual o valor que a SEDESE vai buscar porque a gente precisa. **PRESIDENTE:** A
1753 memória tem que ser colocada. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Aí colocar
1754 cujo valor é e aí a SEDESE coloca depois. **PRESIDENTE:** Entendeu? Ela pediu
1755 para resgatar o valor que tinha antigamente no financiamento histórico. **ROBERTA:**
1756 Então tá. A gente vai colocar o valor. Roberta, SEDESE, desculpa gente. Tá ligado,
1757 gente? Tá bom. Está aparecendo que está desligado. Nós vamos colocar então a
1758 ideia é, pegar o valor original que era considerado o piso variável, descontar aquilo
1759 que hoje já está sendo pago nas outras ações orçamentárias e aí considerar aquele
1760 valor que era utilizado para repasse para aqueles municípios específicos não é? Ok.
1761 Aí seriam menos porque tem alguns que já estão sendo contemplados em outras
1762 ações de média complexidade e alta complexidade. **PRESIDENTE:** Ok. Tá, mas
1763 espera aí gente. Mas a gente está aprovando a resolução agora, a redação da
1764 resolução tem que fechar. Então com previsão de valor a ser apresentado pela
1765 SEDESE com, eu ia falar, considerando a execução de 2015 que eu acho que foi a
1766 última. Considerando, é porque eu quero até 2015 porque depois não teve, porque
1767 senão a gente vai perder referência. Cofinanciamento da série histórica realizado
1768 até o ano de 2015. Parágrafo único. Recomenda-se a previsão, recomenda-se que
1769 a previsão legal conte com ação orçamentária para atender municípios atingidos
1770 por situação de calamidade pública e emergência com descrição, finalidade, meta
1771 física e meta financeira a ser elaborado pela SEDESE. Essa é a recomendação de
1772 criação de nova ação orçamentária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1773 **CURVELO - SSVP:** Lucas do Conselho Central de Curvelo. Não, é só para poder
1774 acrescentar mais um termo, eu achei interessante da palestra que a gente teve com
1775 o Município de Belo Horizonte e eles falaram que não usam mais o termo de

1776 calamidade pública e usa desastre natural. Então é importante, acho que a gente
1777 pode até acrescentar, não apagar, acrescentar, calamidade pública, emergência e
1778 desastre natural. E ou sei lá. **PRESIDENTE:** É, mas isso aí é o povo da assistência,
1779 isso aí quem rege a defesa civil. Isso tem instrução do Ministério, é da União,
1780 nacional. Eu não sei não. **SORAIA:** É Soraia, SEDESE. O que vem na LOAS
1781 prevendo é situação de calamidade pública e emergência. Não, não é que está
1782 errado. É, não é que está errado. É porque eles usaram para o benefício eventual
1783 deles, mas o termo mais geral é calamidade pública e emergência. **PRESIDENTE:**
1784 Podemos, podemos concluir, gente? Não? Não, uai, tem mais duas ações que a
1785 gente precisa tirar do orçamento da SEDESE para vir para o FEAS. Mas aí vamos
1786 iniciar uma nova discussão. **ROSALICE - CEAS:** A ação 2081 e a ação 4226.
1787 Essas duas ações é do programa aprimoramento do SUAS, função 08244065 no
1788 valor de 7 milhões. **PRESIDENTE:** A minha sugestão ali, gente, depois de falar das
1789 ações, artigo 2º, aí um artigo de recomenda-se e aí onde está parágrafo único vira
1790 artigo, a questão da 2081 é a despesa de pessoal que a gente já discutiu aqui que
1791 o CEAS recomenda que a ação seja incluída dentro do FEAS e essa outra a gente
1792 tem que pensar um encaminhamento para ela. **MARIA JUANITA - FED.**
1793 **APAES/MG:** Então, eu não concordo não. Tem que ser no mesmo descritivo. Não
1794 podemos separar não. Isso aí foi uma decisão da SEDESE de manter o orçamento
1795 da assistência fora da unidade FEAS, só que pelo descritor da ação, ela é de
1796 assistência social e tem que vir para o fundo. Não veio nenhuma informação aqui
1797 para o controle social sobre esse recurso, sobre pagamento. Então a gente não
1798 está questionando pagamento de quê, qual que é o objetivo da SEDESE com isso?
1799 O que eu estou pedindo a esse Conselho aqui que fique alerta a isso. nós temos 7
1800 milhões da assistência social fora do orçamento do fundo por uma decisão política
1801 da SEDESE de tirar. Isso é ilegal. A gente tem que voltar com ela para o fundo. A
1802 gente, agora o quê que a SEDESE vai decidir em pagar, nós não estamos
1803 questionando isso. nós estamos questionando que essas duas ações vinculada ao
1804 programa 065 entre no orçamento CEAS, é isso. **PRESIDENTE:** Gente, o que eu
1805 estou querendo dizer é só ali na redação Juanita. É um artigo falando da
1806 recomendação para ação ser inserida no FEAS, é isso, gente? Vamos ajustar aqui.
1807 Vamos por partes. Primeira coisa, a gente está falando de inserir na resolução a
1808 recomendação para que isso seja colocado dentro do FEAS, é isso? **MARIA**
1809 **JUANITA - FED. APAES/MG:** O Lucas está pedindo para entender. Eu vou
1810 esclarecer. A SEDESE tem várias unidades orçamentárias, uma delas é FEAS.
1811 Dentro da unidade orçamentária, outra unidade orçamentária da SEDESE tem duas
1812 ações que é da assistência social e está fora do FEAS sem controle social, não vem

1813 para nós, está em outra unidade social, na outra unidade orçamentária. Então a
1814 minha proposta é que essas ações sejam transferidas a unidade orçamentária
1815 SEDESE para a unidade orçamentária FEAS. Porque isso é ilegal. **PRESIDENTE:**
1816 É uma de pagamento de pessoal que isso já está sendo conversado com a
1817 SEPLAG, a gente já passou solicitação, estamos aguardando retorno. A gente já
1818 explicou isso aqui outras vezes inclusive na prestação de contas a gente vai passar
1819 a trazer esse valor que foi solicitado aqui só que o fato de colocar a ação dentro do
1820 FEAS, é o que nós também já explicamos que é uma diretriz da SEPLAG e a gente
1821 está conversando isso internamente, não temos decisão ainda. Isso é um ponto. A
1822 outra ação orçamentária é a de emendas parlamentares. Então essa ação de
1823 emendas parlamentares, aí voltando ao assunto das emendas. As emendas elas
1824 são impositivas, o parlamentar ele coloca na lei esse ano, faz a indicação da
1825 instituição, isso não passa pela nossa, vamos dizer, deliberação, a escolha não é
1826 nossa por esse fato, por esse motivo que ela é uma decisão política da gestão de
1827 que a ação de emendas parlamentares ela é realizada fora do FEAS. **MARIA**
1828 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Lucas, considerando a sua, ainda o seu
1829 esclarecimento, as duas ações é 08 fundo, 244, assistência comunitária, 065
1830 Programa aprimoramento do SUAS, 2081, o nome da ação chama assessoramento
1831 a política estadual de assistência social cujo orçamento é 6 milhões. A outra ação é
1832 08 fundo, 244, assistência comunitária, 065, 065 programa aprimoramento do
1833 SUAS. O número da ação 4226 chama Apoio financeiro e material aos serviços
1834 sócio-assistenciais. Essas duas são o nome das ações que está fora do FEAS, fora
1835 do controle social. O quê que identifica que uma ação é da assistência social ou
1836 não é esse código, 08244065. **PRESIDENTE:** Isso. Entendeu? Mas só para ficar
1837 claro também gente, questão aí orçamentária, existe a função 08 em outros
1838 orçamentos também, então isso não é exclusivo aqui, não tem que estar tudo
1839 dentro do FEAS não. Esse é exclusivo, secretária, 244065. Não, gente, isso aí é
1840 uma discussão com a área de planejamento, não sou especialista no assunto aqui,
1841 mas essa discussão dentro do governo já foi feita em vários momentos. Se vocês
1842 analisarem todo o orçamento do estado, existe e dos municípios, existe a função 08
1843 que é assistência social em outros orçamentos, ok? **LUDSON, CRESS:** Não
1844 deveria ter. Na verdade isso é classificação orçamentária equivocada.
1845 **PRESIDENTE:** Gente, questão de entendimento. Nós aqui, com todo respeito, a
1846 gente não é especialista em orçamento aqui não. A gente aqui, a especialidade aqui
1847 é assistência social, quando a gente vai discutir isso com a SEPLAG, essa é a
1848 resposta que a gente tem. **LUDSON, CRESS:** Não, isso não tem o menor
1849 cabimento. A função assistência social foi criada para a política e assistência social

1850 e por isso que ela tem as subfunções uai. Isso é achar que assistência social é
1851 outra coisa. Porque que não acontece isso na saúde? Com a educação não é? Que
1852 também não estão, também não tem, é só com a assistência social. Então não é
1853 bem assim não. por exemplo, no meu município, isso não existe, função assistência
1854 social é só assistência social. Ponto. É uai. E aí eu queria só fazer uma, um
1855 apontamento que eu tinha até me inscrito em relação a questão das emendas
1856 parlamentares. A execução é obrigatória, aliás minto, o recurso é destinado pelo
1857 parlamentar, não é de governabilidade do governo, escolher se vai executar ou não
1858 mas o processo de execução de um recurso, de uma emenda é que é destinado
1859 para o serviço de assistência social, vai caber a SUBAS. Então por isso sim ela
1860 pode estar dentro do FEAS, aliás, ela tem que estar dentro do FEAS. Ela é uma
1861 despesa de assistência social que tem um atravessamento político. Isso aqui está
1862 claro, não tem discricionariedade nenhuma para lidar com ela. Evidentemente para
1863 receber esse recurso, uma entidade ou um serviço vai ter que cumprir as regras do
1864 MIROSC, vai ter que cumprir as regras do SUAS é mesmo sendo emenda
1865 impositiva e por aí vai. Por isso que é importante estar vinculado ao orçamento da
1866 SEDESE e aí sim, acho que pode, que deve estar dentro da função 08 de
1867 assistência social. Acho que é só uma questão de entendimento que a gente pode
1868 ajustar. **PRESIDENTE:** Espera aí, Lucas e Carine estão inscritos **CARINE:** Carine,
1869 bem estar do menor. É só para acrescentar na fala do Lucas, recentemente um dos
1870 municípios do qual a gente tem atividade, o conselho municipal foi acionado para
1871 aprovar uma emenda impositiva, então passa pelo controle social local. Eu ainda
1872 não conseguir entender porque que aqui não e o conselho teve que mandar a ata
1873 junto a assinatura com o conselho, com a entidade. Então eu ainda no consegui
1874 assimilar porque que as emendas passam pela aprovação do estado. **LUDSON,**
1875 **GRESS:** Não, aí só uma questão. Por quê que elas, por quê que as emendas
1876 passam pelo conselho? Passam pelo conselho não para o conselho decidir se vai
1877 enviar ou se não vai enviar para a entidade. Isso não esta em questão. Passam
1878 pelo conselho da mesma forma que o plano de trabalho precisa ser aprovado pela
1879 Área Técnica, da mesma forma que o plano financeiro precisa ser aprovado pela
1880 área técnica, para garantir para aquela entidade está habilitada a receber o recurso
1881 que ela é do SUAS, que ela tem uma proposta de trabalho legal e que a planilha
1882 financeira legal, então são questões de habilitação, não de decisão. É por isso que
1883 passa pelo conselho da mesma forma que passa pelo crivo das áreas técnicas,
1884 enfim, da SEDESE ou do município se for o caso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
1885 **DE CURVELO - SSVV:** Eu acho que eu comecei a entender o fio da meada, com
1886 relação a essa ação que diz respeito as ações, as ações não, como é que chama?

1887 As emendas, eu vou fazer um resgate, não sei se Gabi se lembra de quando a
1888 gente estava tratando daquele auxílio que a Assembleia Legislativa criou, a gente
1889 estava discutindo justamente sobre a função 08 que o recurso deveria vir para o
1890 FEAS e que esse recurso ele foi vinculado direto para a SEDESE, a execução foi
1891 direta da SEDESE, não teve controle social do CEAS, não sei se você lembra Gabi.
1892 Mas assim, eu acho que para além de colocar isso sobre a gestão do FEAS, eu
1893 acho que o mais importante é que tenha controle social da CEAS. Eu acho que o
1894 ponto crucial é passar pelo controle social, princípio da transparência e do controle
1895 social. Com relação a essa ação em específico, eu não sou favorável a manutenção,
1896 a vinda para o fundo estadual. Eu acho que dá um pouco mas de liberdade até
1897 porque não há uma diferenciação do que seja SEDESE e o que seja SUBAS na
1898 legislação do conselho. Quem deve prestar contas para nós é a SEDESE. Pode
1899 verificar todas as legislações, quem tem que prestar contas par ao conselho é a
1900 SEDESE. Então inclui não só o orçamento que é gerido e coordenado pela SUBAS.
1901 Então esses dois ainda que estejam fora do FEAS, eles devem ser prestado contas
1902 para o conselho estadual. **PRESIDENTE:** Juanita. **MARIA JUANITA - FED.**
1903 **APAES/MG:** Juanita.. **PRESIDENTE:** Juanita depois Gabriele, então. **MARIA**
1904 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Então, estava até olhando isso agora quando a
1905 Conselheira pediu a substituição lá de assistência social pra FEAS. Na nossa
1906 12262/96 nas competências do CEAS lá no artigo 13, inciso VII, compete ao CEAS
1907 apreciar a aprovar a proposta orçamentária relativa aos recursos destinados a
1908 assistência social alocados no FEAS. Então até essa acho que o Ludson chama
1909 atenção. Cabe ao conselho analisar o que está no FEAS, por isso que assim essas
1910 outras ações não estão dentro do FEAS não obriga, não compete ao conselho
1911 analisá-las. Porém igual a Mariana falou, como já foi solicitado, a gente já está
1912 olhando com a SEPLAG, a gente vai trazer as informações, mas pela nossa
1913 legislação, conselho de assistência social valida, aprecia, fiscaliza o que está dentro
1914 do FEAS. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Então eu vou retirar tudo que eu disse
1915 vou fazer coro com a Juanita, tem que vir para o FEAS. **PRESIDENTE:** Posso ir aí?
1916 Juanita Pimenta, eu tenho uma proposta de encaminhamento. Artigo 2º, vamos
1917 para os finalmente não é gente, porque aqui a gente já está um dia. transferência
1918 das ações orçamentárias, 2081, você está redigindo aí Rosa? 2081 e 4226, vírgula,
1919 assessoramento a política estadual de assistência social, transferência das ações
1920 2081, coloca tracinho, assessoramento a política estadual de assistência social. E
1921 4226, tracinho, apoio financeiro e material aos serviços sócio-assistenciais,
1922 financeiro e material. Aos serviços sócio-assistenciais da unidade orçamentária
1923 1481 para unidade orçamentária 4251. Rosa, pega essa frase e só coloca em cima,

1924 recomendação, isso e pode deletar. Isso. Recomendação ou recomenda? Então,
1925 recomenda-se a transferência. Gente, mas essa decisão não, é, isso que eu estou
1926 falando. Eu estou entendendo que o CEAS recomenda mas é uma ação a vai caber
1927 aí ao poder executivo entendeu? É isso que eu estou querendo dizer. E a gente tem
1928 que ficar atento porque na impossibilidade dessa transferência, a gente tem que
1929 fazer denúncia ao Ministério Público, considerando o artigo 71 da Lei 4320 onde
1930 fala que todas ações captadas para a política de assistência social deve estar no
1931 seu respectivo fundo. Algo mais? Podemos dar aqui, Graziele. Microfone.
1932 **GRAZIELE, CRP:** Então, Então diante disso, solicitar a secretaria executiva que
1933 coloca lá naqueles status caso isso não aconteça que a gente possa ter uma
1934 memória para poder encaminhamento ao Ministério Público. Viu Sirlene? Se essa,
1935 se a transferência dessas ações não forem para o fundo então para colocar lá
1936 naqueles status daquela, daqueles encaminhamentos que para ficar na nossa
1937 memória que se isso não acontecer a gente fazer esse encaminhamento ao
1938 Ministério Público. **ROBERTA:** Roberta, SEDESE. A gente queria falar aqui em
1939 relação a ação de pessoal, nós fizemos uma solicitação já formal, mandamos um e-
1940 mail já para a SPGF para eles verificarem os impactos financeiros, a viabilidade já
1941 de transferir de imediato para o fundo e para eles fazerem assim, para eles
1942 verificarem os impactos, de é variável agora porque eles iam fazer uma análise de
1943 impacto, se teria algum impacto. Então, não, para a proposta desse ano, Mariana,
1944 para a proposta deste ano, para essa proposta aqui que está já caminhando não é?
1945 Então eles estão fazendo a análise da viabilidade de já fazer a transferência, nós já
1946 fizemos a solicitação no que concerne a 2081 tá bom? Que isso já tinha sido
1947 pautado aqui no CEAS anteriormente, a gente já está aguardando a resposta, tá
1948 bom? **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Roberta, você pode fazer o favor de
1949 entrar no orçamento da SEDESE e ler a finalidade dessas duas ações para, gente?
1950 **ROBERTA:** 2081. finalidade, gerenciar e dar suporte ao programa aprimoramento
1951 da política estadual de assistência social. Só uma explicação tá? Tem aqui na
1952 descrição, essa nomenclatura ela é uma nomenclatura padrão, aí gente, se eu falo
1953 com vocês, que eu era da área de recursos humanos e acompanhava o orçamento
1954 em termos mais gerais. Isto é uma nomenclatura padrão do estado para todas as
1955 ações de área meio. Então os recursos humanos estão alocados aqui e é o único,
1956 neste caso aqui é o único recurso alocado nesta ação, tá, gente? Então é o meio
1957 que o padrão, são, essas ações começam com 2, elas são todas meio padrão aqui
1958 do estado, tá? Leio. 2081. Descrição, execução de serviços de apoio, como é
1959 padrão, pega tudo tá? Execução de serviços de apoio, suporte técnico e
1960 administrativo e gestão do programa de aprimoramento da política estadual de

1961 assistência social, para desenvolver ações administrativas e financeiras visando
1962 garantir recursos humanos técnicos e institucionais necessários a execução da
1963 política pública de assistência social como pagamento de recursos humanos
1964 lotados na sub-Secretaria de assistência social responsáveis pela gestão e
1965 execução do sistema único de assistência social – SUAS no Estado de Minas
1966 Gerais. Tá? Então é de RH mesmo, de pessoal da SUBAS. E aí a outra ação que é
1967 a 4226. Finalidade, apoiar municípios e organizações da sociedade civil, sem
1968 funcionários lucrativos na gestão do fortalecimento de serviços, programas, projetos
1969 e benefícios da política de assistência social para prevenção e a redução da
1970 vulnerabilidade social e regional e para enfrentamento das situações de riscos e
1971 violação de direitos. **LUDSON, CRESS:** Eu só queria comentar assim rapidamente,
1972 já que a SEDESE solicitou a discussão desse assunto com a área financeira para
1973 que vocês também não aceitem passivamente aquilo que vai ser colocado pela
1974 SEPLAG. A SEPLAG. Não só, só para saber se eu estou com a sigla certa. Porque
1975 o seguinte, no meu município essa discussão foi da mesma natureza. A área
1976 contábil, a área de planejamento, ela não entende absolutamente nada da
1977 assistência social, ela é incapaz de interpretar a própria contábil sobre a assistência
1978 social. E se depender daquilo que eles interpretam, a gente estava pagando
1979 medicamento no SUS até hoje. Não tem diferença nenhuma. É, então olha só.
1980 Então olha só que, que coisa perigosa que a gente está vendo aqui. Que não é uma
1981 culpa dessa gestão, mas o negócio, é uma coisa histórica na SEDESE. Segundo a
1982 interpretação da área financeira, você pode ter estruturas paralelas ao fundo de
1983 assistência social financiando ações de assistência social. Não faz o menor sentido.
1984 porque que não faz isso com a saúde, com a educação, porque que não faz? É.
1985 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Deixa eu complementar porque eu não
1986 consigo ficar calada. É a mesma coisa no nível nacional gente, mandaram a gente
1987 lá na secretária conversar com o Gers do PG? Nessa discussão do orçamento
1988 nacional, por isso porque a gente não tem, eles não sabem nem quem é política de
1989 assistência social, vai criando as coisas paralelas e fora do SUAS e aí fala para
1990 depois que o caminho é esse, a gente discutir lá. Então depende também da força,
1991 quando fala assim, SEDESE não deixa não é? Qual que é a força política, mas a
1992 gente vê que é o lugar que está a assistência social e nós estamos participando
1993 disso. Eu acho que está na hora, a gente vem conversando, então um momento
1994 difícil, esse momento aí tudo, mas a gente começar a radicalizar mesmo. Lá e no
1995 nacional a gente está falando isso, olha, esperar passar esse pleito porque está
1996 todo mundo muito tenso envolvido e muita agenda. A gente vai radicalizar não
1997 aprovar, porque chega lá faltando 15 dias até o dia 30 tem que passar essa

1998 proposta. A gente não discute nada direito. Então assim, acho que nosso colega, é
1999 verdade. É a força a assistência social não tem força e nós, conselheiros,, às vezes
2000 damos “munição e subsídio” para os técnicos da SEDESE discutir lá, sociedade civil
2001 tem um papel preponderante nisso, de até auxiliar no sentido aí os técnicos,
2002 debater lá com o governo, mas a gente sabe qual o lugar até hoje que a assistência
2003 social está no que diz respeito ao financiamento. Infelizmente é isso. É o pires na
2004 mão. **PRESIDENTE:** Conseguimos concluir, gente? A discussão, a resolução? É.
2005 **LUDSON, CRESS:** Lembrando que ainda tem aqueles encaminhamentos de
2006 articulação com o Sedica não é? Que não precisa ir para a resolução mas que já
2007 está dentro do radar da secretaria executiva. **PRESIDENTE:** Então plenária
2008 esclarecida, encerrados os debates, podemos colocar em votação? Abertura da
2009 planilha considerando que o assunto requer votação nominal. Conselheiros que
2010 concordam com a minuta de resolução proposta se manifestem nominal. É Rosa,
2011 por favor então leia um por um. **ROSALICE - CEAS:** Mariana Rezende?
2012 **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:**
2013 Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Érica Pereira? **ÉRICA:** Pela aprovação.
2014 **ROSALICE - CEAS:** Lígia? **LÍGIA:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Eu peço
2015 para falar no microfone porque tem que registrar e eu não ouço. **LÍGIA:** Pela
2016 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Marinete? **MARINETE:** Pela aprovação.
2017 **ROSALICE - CEAS:** SEPLAG não está presente. João Vitor da Silva? **JOÃO**
2018 **VITOR:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Vinícius? **VINICIUS:** Pela aprovação.
2019 **ROSALICE - CEAS:** Cleuza Maria? **CLEUZA MARIA:** Pela aprovação. **ROSALICE**
2020 **- CEAS:** Ceapa não tem ninguém, Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação.
2021 **ROSALICE - CEAS:** Gabriela Loiola? **GABRIELA:** Pela aprovação. **ROSALICE -**
2022 **CEAS:** Grazielle? **GRAZIELE, CRP:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Isac?
2023 **ISAQUE:** Aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Carine? **CARINE:** Bem estar do menor,
2024 me abstenho. **ROSALICE - CEAS:** Só um minuto. Abstem. Lucas? **LUCAS,**
2025 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Pela aprovação. **ROSALICE -**
2026 **CEAS:** Ludson? **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Maria
2027 Juanita? **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Aprovado. **ROSALICE - CEAS:**
2028 Marilene. A Marilene não está presente mesmo não é? Maria Baião? **MARIA**
2029 **BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Simone? **SIMONE:**
2030 Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Então foram 13. Não, só um minuto, desculpe.
2031 13 mais, um, dois, três, foram 16 votos pela aprovação e uma abstenção. É, houve
2032 uma abstenção. **PRESIDENTE:** Então resolução aprovada obrigada, conselheiros.
2033 Passamos para o próximo ponto de pauta. Então, passando para o próximo ponto
2034 de pauta, vamos retomar a ordem o silêncio por favor. Passando para o próximo

2035 ponto de pauta, foi solicitado um retorno sobre o andamento da proposta de
2036 alteração do Decreto 48322/2021. Bom, até ontem eu pedi para conferir o processo,
2037 não tivemos retorno ainda, correto? Está lá na CTL que é a consultoria técnico-
2038 legislativa e não houve retorno para a SEDESE. Então é o que nós temos a
2039 informar aqui hoje. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu não me recordo, é só
2040 uma questão mesmo de memória. No encaminhamento que nós tínhamos feito,
2041 tinha dado prazo ou não? Para retorno, não? **PRESIDENTE:** Nós temos da
2042 SEDESE, eu lembro que a gente discutiu isso, o prazo era da SEDESE que aí a
2043 SEDESE encaminhou, fez o processo, encaminhou para a CTL. Então. **MARIA**
2044 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Não tem prazo? **PRESIDENTE:** Não sei. Não tem
2045 prazo para a CTL não tem. A SEDESE não pode exigir prazo da CTL. **MARIA**
2046 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu estou falando do CEAS, quando o CEAS fez a
2047 recomendação, a justificativa não tinha tempo para resposta não? **LUCAS,**
2048 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Eu quero dar um encaminhamento
2049 para a SEDESE articular com a CTL é para agilizar até porque a gente trabalhou
2050 em cima do texto sugerido por eles, abrimos mão, flexibilizamos algumas coisas,
2051 para poder, ter essa situação resolvida. Do contrário a gente vai ter que voltar ao
2052 status quo de suspensão das atividades porque a gente precisa disso quanto antes,
2053 até porque este Conselho é regido por esse decreto. **GRAZIELE, CRP:** Graziele
2054 CPR. Pegando o encaminhamento do Lucas, já poderia então prever uma data aí
2055 com normas para não ficar perdido porque senão a gente fala que vai fazer e não
2056 faz. Então se normas tem alguma data possível aí. a mesa diretora, essa
2057 encaminhamento? Então a mesa diretora. Fazer uma previsão de uma data para
2058 que essa conversa aconteça, essa discussão aconteça. Porque senão fica perdido
2059 como outros GTs, não é? **PRESIDENTE:** Não tem muito que fazer não, cobrar,
2060 articular e cobrar, papel da SEDESE, estou de acordo. **MARIA JUANITA - FED.**
2061 **APAES/MG:** É o papel da SEDESE não é? A secretária executiva eu acho que fica
2062 sem papel nessa ação aí de articular com. **PRESIDENTE:** Podemos passar? Agora
2063 aprovação do manual de funcionamento do CEAS. conselheiro Elder que vai
2064 apresentar? Tem resolução para o? Tem? conselheiro Elder vai fazer a
2065 apresentação e tem uma proposta de resolução. **ELDER, SEDESE:** Na quarta,
2066 melhor, na quarta-feira a gente fez a apresentação do manual de funcionamento do
2067 CEAS e a discussão foi a tarde após a capacitação sobre benefícios eventuais.
2068 Houveram alguns encaminhamentos e algumas, alguns pedidos de alteração e
2069 inclusão do documento. Todos foram acrescentados ao manual de funcionamento
2070 do CEAS. O manual já com as, as alterações e atualizações foi enviado para todos
2071 os conselheiros, eu inclusive já até conferi, realmente elas já estão lá. Na quarta-

2072 feira também a gente já apresentou a minuta de resolução, não houve destaques e
2073 eu entendo que a gente pode fazer a leitura da resolução e encaminhar para
2074 aprovação. Oi? Foi eu acabei de falar, sim, o manual foi enviado já com as
2075 alterações e atualizações. Aí eu entendo que a gente já pode encaminhar para a
2076 leitura da resolução e vou passar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
2077 - **SSVP:** Lucas do Conselho Central de Curvelo. Eu gostaria só de chamar atenção
2078 porque ainda que pese o brilhante trabalho do grupo de trabalho, que trata sobre o
2079 funcionamento do CEAS, quando a gente aprova uma resolução, a gente vai estar
2080 engessando todo o trabalho em Comissão de Meio Ambiente daquele fluxo que foi,
2081 que vai ser colocado em anexo e parte daquele fluxo ele diz de autonomia da
2082 presidência do conselho e também de autonomia da secretaria executiva na gestão
2083 do seu trabalho. Eu gostaria de chamar só atenção no seguinte sentido, se for
2084 preciso alterar qualquer um daqueles fluxos que foram estabelecidos, o pleno vai ter
2085 que se reunir para poder propor uma alteração daquele anexo? Então eu discordo
2086 desse posicionamento e já deixo aqui o meu voto contrário a aprovação por
2087 resolução porque isso diz sobre a autonomia também da própria secretaria
2088 executiva na gerência do seu funcionamento. Por mais, aquele documento ele pode
2089 ser um norte. Pode ser uma normativa da própria secretaria executiva
2090 estabelecendo isso. Mas agora ser um documento formalizado através da resolução
2091 do conselho, eu sou totalmente contrário justamente por engessar o trabalho da
2092 secretaria executiva. **ELDER, SEDESE:** Iara se inscreveu, depois Grazi. Iara se
2093 inscreveu, depois Grazi. **IARA:** Iara, congregação de São João Batista. Lucas
2094 concordo totalmente com você. **ELDER, SEDESE:** Agora é a Grazi que se
2095 inscreveu. **GRAZIELE, CRP:** Grazielle. **IARA:** Concordo, faz todo sentido, engessar
2096 um trabalho administrativo? Na verdade nós estamos tentando fazer o contrário.
2097 **GRAZILE:** A secretaria, até onde eu compreendo, a secretaria ela trabalha para o
2098 CEAS. Então é uma organização coletiva. E eu vejo que e mesmo porque o
2099 material foi construído junto também com a secretaria executiva, com a participação
2100 da secretaria executiva. Se a gente está cumprindo um documento que tem que ser
2101 publicizado, e tem que ser de acordo com o pleito eu penso que, e os nossos atos
2102 normativos é uma resolução, ele tem que passar por resolução. Caso a gente
2103 resolva alguém resolva mudar tem que ser na plenária porque senão a gente pode
2104 mudar as atividades do conselho a qualquer momento, gente e isso não é possível.
2105 **ELDER, SEDESE:** Elder. Acho que sou eu. Como membro do GT na hora que a
2106 gente apresentou a resolução, o Lucas não estava lá mas agora ele trouxe um
2107 ponto que eu concordo com o Lucas e com a Iara. Eu entendi que aquele manual é
2108 um manual administrativo de atividades administrativas e aí o Lucas trouxe um

2109 ponto que eu acho que é relevante. Não acho que faz sentido a gente chamar
2110 atividades administrativas na resolução. Tem prazo lá, tem coisa que fala de
2111 tratamento de envio de e-mail, envio de correspondência. Eu então, inclusive nós já
2112 temos o regimento interno que vai ser alterado, vão ter prazos que vão ter que ser
2113 alterados, então assim por lógica, daqui a dois meses a gente vai ter que refazer
2114 esse trabalho. Então não acho que deva ser por resolução também, concordo com
2115 o Lucas e com a Iara. **ERICA:** Érica CMAS. É eu penso que o manual que foi
2116 construído embora ele traga regras, formas de conduzir o trabalho, ele não está
2117 aquela coisa, vamos dizer assim que tira a autonomia de quem está trabalhando
2118 não. Ele só direciona o trabalho. Ele só dá o norte para quem está fazendo, até
2119 porque a gente sabe que nós não somos eternos nos lugares que nós estamos
2120 ocupando. Então eu penso que aquilo ali é só para nortear o trabalho. Lá não está
2121 fechado nem dizendo que, não é a forma como vai conduzir. Ali norteia. Que tem
2122 que ver e-mail, tem que publicar, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo outro.
2123 Que independente, são os passos que tem que seguir mesmo, não tem outra coisa.
2124 Então eu penso que há a necessidade dessa construção desse material até para
2125 não ficar soltas as ações dentro da secretaria executiva porque hoje nós temos
2126 pessoas aqui que são as memórias vivas aqui da secretaria mas a gente não sabe
2127 que ano que vem, daqui a dois anos, quem vai estar e a gente não tem as pessoas
2128 que vão trazer de fato como que tem que ser feito. **ROSALICE - CEAS:** Na
2129 realidade esse manual ele foi baseado numa relação que nós escrevemos em 2013.
2130 Então desde 2013 a secretaria executiva executa aquilo. Vocês só estão colocando
2131 aqui o que a gente faz, desde 2013. Houve um período que nós tivemos alguns
2132 trâmites diferentes, mas desde 2013 a secretaria executiva ocupa isso. Quando a
2133 Sirlene falou, olha vamos ter que fazer uma resolução, eu técnica da secretaria
2134 executiva que estou aqui, sou fruto de Consolação questioneei, por que uma
2135 resolução? Por quê? O manual, gente, vai estar o manual, vai estrar publicado, vai
2136 estar no site, enfim. Como orientação sei lá, agora a resolução de fato eu concordo
2137 com o Lucas, vai fechar, vai, travar, se a gente tiver que alterar, suponhamos, tem
2138 lá um prazo, uma semana para mandar não sei o quê. Se houver algum problema
2139 no trânsito daquilo, a gente está desrespeitando uma, uma execução do CEAS. Aí
2140 sim vai gerar até um problema ético para nós porque nós da secretaria executiva
2141 por algum problema de internet, ah, eu não consegui mandei em 06 dias, só um
2142 minutinho conselheiros, só um minutinho por favor. Isso aí é enquanto técnica da
2143 secretaria executiva, eu acho o seguinte, que é nós técnicos da secretaria executiva
2144 já até pedi a Sirlene para falar, eu não respondo pela secretaria, mas estou falando
2145 enquanto técnica. Se houver algum problema de internet ou um problema de

2146 energia elétrica, Belo Horizonte inteiro acaba a energia e a gente não consegue em
2147 6 dias mandar uma convocação para vocês, eu vou ter que esperar uma plenária
2148 para eu informar vocês, olha gente, a secretaria executiva não conseguiu mandar
2149 porque senão vocês vão aqui falar assim, olha a secretaria executiva está
2150 desrespeitando uma resolução. Essa é a minha preocupação no dia que a Sirlene
2151 pediu para fazer uma resolução. Então essa é a posição técnica minha. **SORAIA:**
2152 Soraia, SEDESE. Eu não participe do grupo de trabalho, participei na quarta da
2153 apresentação, mas por quê que eu estou dizendo que eu discordo de não ter uma
2154 normatização. E aí a Érica falou muito bem disso, quando nós chegamos, nós
2155 ficamos perdidas e eu cheguei direto para uma coordenação de comissão. Quem
2156 assina o quê? Quem despacha o quê? O quê que faz isso? O quê que faz aquilo?
2157 Então assim, pessoas novas chegam e eu não acho que engessa no sentido que
2158 nós temos um regimento interno também. Aí eu fico pensando, então o quê que se
2159 justificou esse trabalho de escrever um manual? Ok, o manual está lá mas eu posso
2160 descumprir o manual. O manual diz que quem assina o ofício de encaminhamento é
2161 a secretaria executiva. Mas, eu posso como coordenadora assinar um ofício de
2162 encaminhamento porque isso não está normatizado. Então por isso que eu discordo
2163 de não ter alguma coisa que me diz, isso aqui é o que tem de ser feito realmente.
2164 Eu entendo muito bem o que a Rosa fala com relação a uma internet, a prazos e tal.
2165 A gente cansa de dizer, guia de orientação, manual de orientação não é normativa.
2166 entende? Então eu discordo por esse, por esse ponto aí. Então assim, não fez
2167 sentido porque o que está lá, no manual também está no regimento interno,
2168 algumas questões. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** A
2169 minha fala está no sentido de não engessar por meio de resolução. Porque que eu
2170 estou falando da resolução? Porque a resolução é o ato maior da plenária. Todas
2171 as nossas manifestações elas são consubstanciadas a partir de uma resolução.
2172 Mas esse ato em específico ele pode ser normatizado. Nós temos outros
2173 instrumentos de normatização gente. Não existe só resolução na face da Terra. Um
2174 exemplo de ato que pode ser promulgado isso como uma normativa é uma portaria
2175 da própria secretaria executiva. Ato que não é utilizado, não sei o porquê e sempre
2176 critiquei isso, desde o primeiro momento que eu sentei nessa cadeira em 2019. Que
2177 o único ato, todos os atos produzidos é só resolução. Só resolução de resolução
2178 daqui, resolução de recomendação, resolução de normativa pública, resolução
2179 disso. Não é assim que funciona. Nós temos outros atos que podem normatizar da
2180 mesma forma. Porque que eu estou falando do ato de portaria da secretaria
2181 executiva? Porque isso não fere a gestão da secretaria executiva nem tampouco a
2182 autonomia da própria presidência do conselho que é dada pelo regimento interno

2183 que é a constituição do conselho estadual e deve ser observado. **ROSALICE -**
2184 **CEAS:** Lucas, antes da minha fala, você pode fazer essa distinção entre portaria e
2185 resolução só para? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Claro.
2186 A portaria é ela é um ato mais precário. Ele é um ato estritamente administrativo. É
2187 uma norma que deve ser cumprida em vias administrativas e do quê que é a
2188 matéria que nós estamos analisando? Estritamente administrativa. Não trata de
2189 uma normativa de regulamentação, resolução é para isso. Para poder regulamentar
2190 uma norma que é colocada. Nós não temos norma colocada para poder ser
2191 regulamentada. Então é nesse aspecto que eu faço, chamo aos conselheiros ao
2192 encaminhamento da não aprovação de uma resolução mas sim de uma portaria por
2193 meio da secretaria executiva junto com ato da presidência. **PRESIDENTE:** Gabriela,
2194 depois Juanita, depois Carla. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS Salinas. No início das
2195 discussões eu fiquei pensando se a proposta de Lucas tinha sentido porque eu falei,
2196 pensei assim, mas então vai ficar assim na subjetividade mas uma vez. Mas agora
2197 com toda essa discussão eu penso que realmente a gente precisa, eu concordo
2198 com a Rosa porque engessar as coisas dentro de uma resolução vai talvez trazer
2199 mais imbróglios com relação ao encaminhamento das atividades. Sendo por meio
2200 de uma portaria que a sugestão que o Lucas está colocando, ele não vai deixar de
2201 ser uma recomendação, e outra, não, não tira do sujeito que vai estar nessas ações
2202 a responsabilidade de cumprir o que está lá. Ele não vai ficar dentro da
2203 subjetividade e aí a gente ainda tem uma outra questão porque esse sujeito vai
2204 fazer uma avaliação de que se vai cumprir o que está lá ou não que ele tem uma
2205 responsabilidade nesse, nessa dimensão aí. Então é nesse sentido que eu gostaria
2206 de concordar com a posição da Rosa, do Lucas, da Lara e das pessoas que estão
2207 aí de acordo com o que eles falaram. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu
2208 quero manter a proposta da resolução. Eu desconheço, eu desconheço do CEAS
2209 se manifestar participou outra normativa legal que não seja uma resolução. No meu
2210 entendimento a secretaria executiva não se manifesta, não edita uma portaria que
2211 regula o funcionamento do CEAS, esse regulamento já está prescrito no seu
2212 regimento interno. este manual ele não desconsidera nada do regimento interno, ao
2213 contrário. Ele foi adaptado à luz do regimento e na verdade, eu gostaria de colocar
2214 um registro aqui. Esse não é em manual, mas já existia como a Rosa falou, as
2215 diretrizes para o funcionamento do CEAS. Foi feito em 2013, entretanto nós
2216 chegamos aqui essas diretrizes não eram estabelecidas. A gente tinha mudanças
2217 substanciais que foram feitas e ninguém lembrava dessas ditames do CEAS que já
2218 estava registada. Então nós não inventamos a roda, nós pegamos o documento que
2219 já tinha, fizemos adequação do que estava acontecendo à luz do regimento interno.

2220 Eu proponho aqui a manutenção da resolução e ordinária vez que precisar alterar a
2221 gente vem aqui e altera. O conselho manifesta as suas decisões por meio de
2222 resolução. Eu desconheço essa lógica de portaria. É não tem, não vejo empecilho
2223 nenhum da gente vir aqui e alterar. Toda hora a gente está alterando uma resolução
2224 não é? E é claro que as coisas mudam. O que a gente não pode ter mais é chegar
2225 uma pessoa e fazer a mudança das regras sem não ter passado por esse colegiado.
2226 É disso que eu estou fazendo. Falando. Como a Érica já falou, nós somos
2227 passagem, o CEAS não é passagem. Então esse conselho por mais que seja
2228 arcaico, vamos dizer assim, no meu entendimento a gente tem que dispor via
2229 resolução. **CARLA:** Carla, FASEMIG. É, eu concordo plenamente com Juanita
2230 porque esse manual foi um trabalho coletivo e para mim que estou chegando agora
2231 por exemplo foi até parabeneizei a comissão na correção do Elder porque ele
2232 esclarece, dá as diretrizes legais. Eu penso que é importante sim manter a
2233 resolução e sugiro acrescentar ao artigo final, algum artigo que dê autonomia a
2234 secretaria executiva em casos extraordinários. E que seja esses casos na próxima
2235 plenária esclarecidos ao conselho. Seria uma forma de regulamentar porque
2236 concordo plenamente com a Juanita que a medida que as pessoas vão chegando
2237 elas vão mudando o contexto e aí vai se perdendo. Então quando você tem uma
2238 diretriz legal, se a resolução, se a decisão de coletivo é resolução, que mantenha-
2239 se a resolução e sugiro essa flexibilidade em um dos artigos finais, esses casos
2240 omissos e extraordinários. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**
2241 Lucas. **SIRLENE - CEAS:** Eu posso sugerir? **PRESIDENTE:** Claro. **SIRLENE –**
2242 **CEAS:** Eu acho que talvez engesse um pouco essa resolução devido a esse fluxo
2243 poder ser alterado a qualquer momento. nós temos sistemas que podem entrar, de
2244 repente vem algum sistema novo e a gente em que fazer. Tá, mas aí quero garantir
2245 o manual dentro da resolução. Tudo bem. Mas então fazer, colocar algum artigo
2246 que faça essa atualização não sei, se de 6 em 6 meses, uma vez por ano, duas
2247 vezes por ano, mas que não seja todo fluxo que for alterado tiver que passar pela
2248 deliberação, eu acho que vai engessar muito o trabalho da secretaria executiva.
2249 **ERICA:** Deixa eu falar porque vai completar o que ela está falando. Deixa Lucas.
2250 Érica CMAS. Eu estava até, falei aqui com as meninas que eu sugiro exatamente
2251 isso, que você falou Sirlene, da gente colocar caso não possa ser cumprido o prazo
2252 estabelecido, tá, tá, tá, que a secretaria executiva apresente a justificativa. Exemplo,
2253 a gente não cumpriu o prazo de envio de tal coisa, devido a falta de energia. Sei lá,
2254 a secretaria executiva traz pra gente a justificativa. Entendeu? Não foi possível
2255 fazer dessa forma pois mudou o sistema e aí está implantando novo sistema e aí a
2256 gente vai analisar essa situação e se for necessário a alteração da resolução que

2257 se faça pra frente. **SIRLENE - CEAS:** Eu acho ainda que são coisas pequenas em
2258 relação a grandeza das discussões do CEAS entendeu? Para ficar trazendo para a
2259 plenária essas questões miúdas administrativas. Pois é, mas sempre pode
2260 acontecer. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Aí eu vou
2261 perguntar. Vou perguntar em cima da proposta da Érica. Descumpriu, a justificativa
2262 não foi suficiente, nós vamos aplicar alguma penalidade na secretaria executiva?
2263 Qual penalidade a secretaria executiva vai receber? **PRESIDENTE:** Aí nós vamos
2264 para a comissão de ética todo mês? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2265 **CURVELO - SSVP:** A plenária ela não pode subordinar a secretaria executiva a
2266 nenhum tipo de penalidade porque ela não tem força normativa para isso. Ela é
2267 subordinada ao Estado. Gente. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu estou
2268 aqui até pensando se eu vou falar alguma coisa. Não gente, é porque, vejam bem,
2269 nós não estamos desconsiderando a importância desse manual, nós que eu falo
2270 porque eu estou de acordo com a proposta de não, não vejo necessidade em ter
2271 uma resolução só que isso não significa que o manual não seja importante, que a
2272 discussão não tenha sido fundamental para que os conselheiros, a secretaria
2273 executiva, passamos por um processo de mudança de conselheiros, mudança de
2274 secretaria executiva, isso impacta muito no trabalho, então tivemos mudança de
2275 três secretarias executivas em menos de um ano. É ônus que isso fez muita
2276 diferença no trabalho da secretaria executiva, mudança no conselho, pandemia,
2277 trabalho virtual, eu acho que tem assim uma série de questões, a gente está
2278 superando. Eu considero que já foram superadas inclusive o manual foi
2279 importantíssimo nesse cenário aqui, eu acho que de aproximar, de alinhar o
2280 entendimento, de todos os conselheiros, da própria secretaria executiva, resgatar
2281 procedimentos, agora a gente, tudo isso foi importante, é importante, vai continuar
2282 sendo importante e não é uma resolução engessando um documento e falando
2283 assim, agora você só pode fazer isso. É como se a gente tivesse desconsiderando
2284 que aqui somos seres humanos também, a dinâmica e exatamente, para completar
2285 o que manda, aí vamos dizer, o quê que manda não é, gente? Decreto, regimento,
2286 lei e a gente tem. A gente tem a lei estadual, a gente tem a lei orgânica, a gente tem
2287 NOB, a gente tem regimento interno que está passando por revisão, então a gente
2288 vai ter um regimento novo esse ano. Eu acho viu, Lucas, tem questões talvez que
2289 está causando insegurança nos conselheiros que é problema do regimento, não é
2290 manual não. não é manual, não é resolução, não é secretaria executiva, é
2291 regimento. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Presidente, uma questão de
2292 ordem. Eu acho que as discussões já foram dirimidas, eu acho que pode
2293 encaminhar, no findar da tarde, a gente tem agenda ainda, duas propostas com

2294 resolução, sem resolução. **PRESIDENTE:** Os conselheiros estão esclarecidos?
2295 Posso colocar em votação? Primeiro, então, só que eu estou entendendo que
2296 primeiro a gente tem que votar sobre a necessidade de ter um resolução e depois
2297 se essa proposta de ter resolução for acatada, aí a gente passa para o texto da
2298 resolução, correto? Então vamos colocar em votação a necessidade de haver uma
2299 resolução regulamentando, dispondo sobre o manual de funcionamento do
2300 conselho e da secretaria executiva. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Só uma
2301 correção, na verdade é do conselho porque a secretaria executiva faz parte do
2302 conselho não é? Então a gente não pode separar as coisas, é manual de
2303 funcionamento do CEAS e lembrando que quando nós chegamos aqui, a gente
2304 estava muito perdido com relação a isso. **PRESIDENTE:** Bom, então colocando em
2305 votação. Conselheiros titulares ou em condição de titularidade que entendem pela
2306 necessidade, vamos prestar atenção, conselheiros que entendem pela necessidade
2307 de ter uma resolução dispondo sobre o manual de funcionamento do CEAS se
2308 manifestem pelo crachá. Ludson, Juanita, Simone, Grazielle, Maria e Arlete, seis?
2309 Eu contei com o Ludson. Contei seis. Ludson, Juanita, Maria, Érica, Grazielle, Arlete
2310 e Simone, sete. Conselheiros que não concordam com a resolução para dispor de
2311 manual de funcionamento. Oito? Então. Então por votação, a maioria deliberou que
2312 não há necessidade... ah, desculpa. Algum conselheiro se abstém? Gabriel se
2313 abstém e Isac. Então muito bem. Então pelo maioria não haverá resolução sobre o
2314 manual. Bom, de toda forma fica registrado o importante trabalho e o manual que foi
2315 discutido e aprovado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu
2316 já dou encaminhamento para que isso seja normatizado por portaria da presidência
2317 junto com a secretaria executiva. Eu queria sugerir que tivesse, que a gente
2318 considerasse o próprio manual, o instrumento que o oficializa, que a gente não
2319 estabelecesse como portaria, porque a gente não tem indicativo disso em nenhum
2320 lugar, nem na lei do SUAS, nem no regimento interno de que a gente emite portaria.
2321 Então eu acho que o próprio manual pode ser o ato que o institui. **PRESIDENTE:**
2322 No próximo regimento isso vai ter que mudar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2323 **CURVELO - SSVP:** Retiro o encaminhamento. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas.
2324 Posso passar para o próximo ponto de pauta. Volta lá em cima gente. É porque
2325 vocês pularam lá, a gente tem que aprovar participação no Fonaceas e indicação
2326 no CMAS. Não, então, é porque isso tem que entrar depois, no caso pode ser agora
2327 ou no final, mas só pra lembrar que a gente tem que aprovar isso. questão de
2328 ordem gente, vamos retomar a pauta e tem um ponto de pauta que ficou pra trás
2329 que é participação no Fonseas, indicação de representantes para a reunião do
2330 CMAS. Podemos? Vou passar para a Sessão Extraordinária fazer a apresentação

2331 desses pontos então. **ROSALICE - CEAS:** Participação no Fonaceas, vai ser na
2332 terça-feira que vem. Aconteceu um incidente, um problema técnico operacional na
2333 secretaria executiva na próxima e não vai ter a participação dos, conselheiros. Isso
2334 foi dito na mesa diretora ontem, iria somente secretaria executiva mas por decisão
2335 da mesa diretora não vai ninguém, foi cancelada a participação de todos os
2336 conselheiros, dos conselheiros e da secretaria executiva. **MARIA JUANITA - FED.**
2337 **APAES/MG:** Na verdade não foi deliberado pela mesa diretora, nós fizemos uma
2338 discussão grande com relação a isso. O Fonaceas é o fórum nacional dos
2339 conselhos estaduais de assistência social. Então se não tem a presença de
2340 conselheiros nesse encontro, nós entendemos que não justifica a presença da
2341 secretaria executiva. Entretanto, entretanto, de acordo com os participantes que já
2342 foram no Fonaceas, nos falaram que as secretarias executivas se articulam, tem um
2343 processo de discussão e que seria importante a sua ida. Entretanto novamente, três
2344 entretantos, a gente, a sociedade civil encaminhou para duas questões, primeiro.
2345 Ou não vai ninguém, se não for conselheiros, a secretaria executiva também não
2346 vai, mas que não seja penalizado a secretaria executiva por esse erro formal
2347 administrativo que ocorreu. Nós entendemos que não é justo que técnicos da
2348 secretaria executiva paguem pelos cancelamentos de passagens aéreas da própria
2349 técnica da secretaria executiva ou de conselheiros, erros acontecem não é? Mas a
2350 gente sabe que como é penoso para o trabalhador tirar do seu salário para essas
2351 questões. Já foi feita aqui a colocação da secretaria executiva do quê que
2352 aconteceu. Então isso é uma coisa. E a segunda coisa, se esse Colegiado entender
2353 que a secretaria executiva tem que ir porque considera importante a sua
2354 participação, que esse CEAS arque com o ônus das despesas de cancelamento de
2355 passagens, dos conselheiros e da própria secretaria executiva se caso tiver que
2356 cancelar. A gente não acha justa que os técnicos paguem do seu bolso por esse
2357 erro. Erros acontecem no nosso trabalho e a gente sabe do impacto financeiro que
2358 isso tem no salário de qualquer um de nós. Então foi a discussão principalmente
2359 apresentado pelos representantes de trabalhadores, que trouxeram essa questão
2360 dessa penalidade. A gente sabe também que existem procedimentos
2361 administrativos que levam que isso. nós não estamos aqui discutindo os
2362 procedimentos administrativos. A gente está discutindo que esse ônus seja pago
2363 pela ação do controle social, do recurso do CEAS, é isso pessoal? **GRAZIELE,**
2364 **CRP:** Sirlene foi com a gente na última reunião do Fonaceas. A Juanita estava
2365 trazendo uma experiência do Fonaceas anterior e aí eu estava dizendo à mesa na
2366 reunião da sociedade civil que talvez eu acho que em outro momento o Fonaceas
2367 estava desarticulado. Até a gente, estava tendo uma discussão e era muito falado

2368 pelos outros conselhos da importância da até então presidência da Larissa que ela
2369 saiu de licença e ela era uma presidente muito aguerrida. Ela saiu de licença
2370 maternidade e como a vinda dela e a presença dela trouxe um outro fôlego para o
2371 Fonaceas. E nesses contextos hoje, o Fonaceas ele traz sim grandes discussões
2372 porque a Juanita estava trazendo uma história anterior, que não tinha, o Fonaceas
2373 não tinha tantas deliberações, não tinha tantas articulações. Isso não tem se
2374 organizado da forma como, não tem se mostrado no passado como hoje, muito pelo
2375 contrário. Lá a gente estava numa discussão muito forte inclusive o que a
2376 companheira Sandra estava trazendo dessa desarticulação, dessa dificuldade com
2377 o conselho nacional de assistência social. O Fonaceas estava tentando articular
2378 com esses movimentos. A gente identificou inclusive algumas falhas graves em
2379 relação a relação do conselho nacional com os conselhos estaduais e tentamos
2380 mobilizar isso. Eu, pelo que eu tinha entendido, as passagens dos conselheiros
2381 governamental e sociedade civil, já estavam cancelados mas a Sirlene não, e aí a
2382 possibilidade de cancelamento da ida dela. Eu reforcei que eu achava muito
2383 importante mesmo porque as secretarias executivas dos fóruns elas se reúnem.
2384 Então se articulando, tentando núcleo produzir. **MARIA JUANITA - FED.**
2385 **APAES/MG:** Ação que eu tive nas últimas duas reuniões que é extrema importância.
2386 Inclusive na última reunião eu falei que era necessário a participação da Secretaria
2387 Executiva que na primeira não tinha e Minas teve uma representação, às vezes,
2388 alguém do que deveria ser. Então eu sou muito favorável da possibilidade da Sirlene
2389 ir, que ela vá mesmo e que tente da medida do possível representar o CEAS de
2390 Minas. **ARLETE - GRAAL:** Na verdade nós fizemos dois momentos riquíssimos
2391 dessa discussão. Uma foi na Mesa Diretora e não foi só assim, a Mesa Diretora
2392 decide que não vai, nós fizemos todo esse diálogo e entendemos frente a primeira
2393 informação que não indo nenhum conselheiro não haveria necessidade de a
2394 Secretaria Executiva estar presente. Era o entendimento aqui que eu estava
2395 ouvindo, a sua fala está corretíssima. Quando nós fomos fazer a discussão com a
2396 sociedade civil, aí a gente recebeu mais informações, a Grazielle colocou: “Olha o
2397 Fonaceas hoje tem funcionado assim, assim, é um lugar rico, é um espaço de
2398 aprendizado, de troca, de fortalecimento da própria Secretaria Executiva”, e na
2399 sociedade civil o que nós entendemos. Então nós já aqui temos um outro
2400 direcionamento, é importante a ida da Sirlene? É. Então nós temos duas propostas
2401 que é o que Juanita acabou de colocar nos entretanto. Uma é a participação dele
2402 até pelo fortalecimento da Secretaria Executiva e a outra é que ela enquanto
2403 servidora, ou mais pessoas que estejam diretamente, tecnicamente envolvido com
2404 esse ato que a Juanita também colocou, porque erros acontecem em qualquer lugar,

2405 que elas não sejam responsáveis pelo ressarcimento, ou outro nome que queria dar
2406 pelo cancelamento das passagens, ou seja, são multas. Essas são as propostas
2407 que nós trouxemos enquanto sociedade civil e dizer que quando a Mesa Diretora
2408 reúne e toma decisões elas não estão cristalizadas, elas são indicativas,
2409 direcionamento para serem discutidos com seus pares para trazer aqui para ser
2410 votado. Mesa Diretora não tem poder de tomar decisão em nome do CEAS exceto
2411 em uma situação de excepcionalidade. **GABRIELA - CMAS/SALINAS:** Só para
2412 falar da importância de a gente poder dialogar, dona Arlete, o quanto que teve uma
2413 mutação de toda essa discussão e a gente chegou, eu acho que de maneira muito
2414 sabida nesse nosso posicionamento na sociedade civil. Queria colocar aqui na
2415 condição de trabalhadora e de representação de trabalhadora a nossa
2416 solidariedade, por quê? Nós estamos vivendo um momento de precariedade de
2417 trabalho, desgaste intenso e a gente vê que a Secretaria Executiva ela também
2418 passa por isso, não é? E fazendo coro na fala da Juanita, a gente não acha justo, e
2419 de todas as pessoas que falaram, não acha justo que o trabalhador arque com
2420 essas despesas, o salário muitas vezes não é suficiente para manter as questões
2421 básicas de sua sobrevivência. Outra questão que nos chamou muita atenção é o
2422 fato da Sirlene optar de vir sábado e não ter a sua passagem custeada e o que
2423 acontece? É um ponto que a gente precisa trazer para cá, ela não tem direito a
2424 diária, mas a passagem de volta ela tem que ter o direito sim. Então eu penso que a
2425 gente precisa colocar isso aqui. **SIRLENE - CEAS:** Mas aí gente é outra questão,
2426 eu abri mão disso. **GABRIELA - CMAS/SALINAS:** A gente sabe. Inclusive até isso
2427 para nós é muito questionável, você abrir mão para nós tem muito significado isso
2428 também. Me perdi. Tem uma outra questão que fica me chamando atenção de tudo
2429 isso e da nossa defesa de que ela teria direito a passagem de volta porque ela foi
2430 em uma situação de trabalho, prolongou, mas ela está voltando para o trabalho, a
2431 questão de não ter que ressarcir por esse prejuízo que aconteceu. Então assim,
2432 chamar atenção para isso, uma outra questão que é o que está vindo na minha
2433 memória e eu estava esquecendo, é a situação de responder administrativamente
2434 por isso, porque é uma situação absurda, a gente conhece a eficiência do trabalho
2435 da Secretaria Executiva, da disponibilidade de toda Secretaria, sobretudo da Sirlene
2436 que talvez é o foco de toda essa situação, considerando que é ela que responde
2437 por todos os atos que envolve administrativamente o CEAS. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:**
2438 Eu concordo com todos vocês. Eu até pedi a Sirlene também, parece que tem
2439 algumas normativas que impeça o CEAS de arcar com esse custo. Você trouxe o
2440 Decreto? Não trouxe. Porque parece que a gente tem algumas improbidades que o
2441 CEAS não pode arcar com esse custo. Eu concordo com todos vocês, eu acho que

2442 o CEAS deveria ser responsável sim, mas parece que não podemos fazer isso que
2443 pode correr até em ato administrativa. **GRAZIELE - CRP:** Eu até entendo, a Sirlene
2444 já se colocou, falou assim: “Eu abri mão pelo retorno e tudo”. Mas eu penso que a
2445 gente precisa sim tratar o orçamento público com austeridade, mas até pensando
2446 em algumas outras condições, por exemplo, o CEAS vai sempre pegar a passagem
2447 mais barata. Mas na primeira reunião do FONACEAS, Claudia e eu, ficamos a
2448 madrugada inteira no aeroporto. Então a gente precisa também pensar na
2449 qualidade das condições de trabalho, se ela precisa de uma condição de trabalho e
2450 precisa pessoalmente voltar, ela está ali a trabalho. Eu faço coro com a sociedade
2451 civil em relação a isso que mesmo ela optando por um retorno depois da data em
2452 que ela deveria voltar, ela não tem direito a diária, mas ela tem direito ao retorno e
2453 também pensando nisso, pensando nessa questão, porque se a gente precisar por
2454 uma questão de qualidade do trabalho estender um dia, isso tem que ser possível,
2455 o conselheiro, o trabalhador não pode ficar 12 horas em um aeroporto porque a
2456 gente tem que comprar uma passagem mais barata, a gente tem que pensar na
2457 qualidade do trabalhador também. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então,
2458 nós não estamos falando aqui de Decreto não, nós estamos falando de um servidor
2459 que é locado na Secretaria Executiva e que no planejamento do CEAS tem recurso
2460 destinado a passagens aéreas, viagens. Então eu estou aqui com o Plano de
2461 Aplicação do CEAS que foi aprovado por esse Conselho na ação 4133 tem uma
2462 média de gasto de R\$ 10.700,00 para pagamento de despesas com viagens do
2463 CEAS, CIB, degravação, pagamento de prestadores de serviço, aquisição de
2464 equipamentos e capacitações. Então de acordo com o Planejamento que foi feito
2465 pela SEDESE no Plano de Aplicação, os recursos alocados nessa ação a Sirlene
2466 está para o funcionamento do Conselho. Então não vejo nenhum impeditivo em
2467 relação a isso, da gente, do CEAS, da Unidade Orçamentária, fazer o pagamento
2468 das passagens, na verdade não é o ressarcimento. **PRESIDENTE:** Então, primeira
2469 coisa que eu ia colocar que todas as despesas elas estão na Ação do Controle
2470 Social, que é a ação da 4133, isso é uma questão. Segunda questão que eu acho
2471 que tem que ficar claro que para mim não ficou, se isso está sendo colocado aqui
2472 para a Plenária, é se vai deliberar se a Sirlene vai ou não, é isso? E a Plenária
2473 entende que ela deve participar, ok, então isso está resolvido. Terceiro ponto a
2474 questão do custeio, de taxas ou multas, eu não me lembro exatamente como ficou,
2475 é taxas ou é multas? Eu ainda não reuni com o SPGF que é a nossa
2476 Superintendência de Planejamento que faz a gestão dos contratos para conversar
2477 especificamente sobre esse caso, porque isso aconteceu na semana passada, eu
2478 estava viajando e a Sirlene estava resolvendo isso. O fato é que a orientação que

2479 ele me passou é o Estado não pode custear taxas e multas, se é erro do servidor,
2480 responsabilidade do servidor, ele que arque ou o ordenador de despesa que vai
2481 arcar, nesse caso sou eu. Qualquer erro que vai acarretar despesa para o Estado
2482 ele tem que ser apurado. O apurado é um processo administrativo que eu falei com
2483 a Sirlene que vai, no processo administrativo, eu acredito que vai ser uma coisa
2484 simples, mas que no final vai aparecer que o servidor vai ter que arcar com essa
2485 despesa. Isso não é uma deliberação que eu entendo que caiba ao Conselho, isso
2486 é uma questão que está posta no Decreto, salvo engano, que eu mandei para a
2487 Sirlene no dia que eles me orientaram, eu passei para ele, é o Decreto de diárias,
2488 de passagens e viagens. Então pegando uma outra questão, que eu falo, que eu
2489 entendo que não cabe a deliberação do Conselho, que o Conselho em si não tem
2490 muito o que fazer, porque administração pública está vinculada ao princípio da
2491 legalidade, existe uma despesa e o Estado tem que pagar, e aí esse despesa tem
2492 um lastro, essa que é a questão colocada. Então qualquer erro de qualquer servidor,
2493 aí trazendo por um outro exemplo, se o servidor em trabalho tiver um acidente de
2494 carro, isso vai ter um processo de dano, de patrimônio do estado, isso é
2495 procedimento que existe na administração pública, não é do estado, não é da
2496 SEDESE, Prefeitura, que quero dizer assim, não é só na SEDESE, isso é
2497 procedimento geral do estado. O que eu posso dizer aqui: Eu não me reuni ainda
2498 com o SPGF, a Sirlene acredito que também não, a gente vai ter que conversar isso
2499 internamente para adentar no procedimento. **SIRLENE - CEAS:** Posso ler? Artigo
2500 12, eu não vou saber o número do Decreto: *“A responsabilidade pelo pagamento de*
2501 *quaisquer acréscimos ao valor da passagem após a sua emissão, ou valor da*
2502 *hospedagem após reserva em virtude de alteração do dia, horário ou destino, será*
2503 *do usuário. Exceto nos casos devidamente justificados e autorizados pela chefia da*
2504 *unidade a que estiver subordinado. O bilhete da passagem aérea deverá ser*
2505 *adquirido pelo órgão editado pela menor tarifa possível.”* **PRESIDENTE:** Lê de novo.
2506 A questão que a exceção é a justificativa. A justificativa vai ser um erro do servidor.
2507 Aí ele falou: “Então você que vai assumir”, é isso que ele falou. Gente, veja bem,
2508 nós estamos falando aqui de responsabilidade administrativa no âmbito do servidor,
2509 nós servidores públicos estamos vinculados a isso, é Norma que rege a gente, é
2510 isso que eu estou querendo dizer. Que pode acontecer? Pode, com todo mundo,
2511 mas está no estatuto do servidor, está nos decretos. Gente é tudo comprovado, eu
2512 acho importante, a Secretaria Executiva já fez inclusive, olha só, isso que a gente
2513 está falando eu acho que é bem importante. As despesas de diárias, e aí eu fico
2514 bem preocupada, já falei com a Sirlene, o CEAS, essa Plenária aqui tem um custo
2515 para o Estado, óbvio todo mundo aqui sabe, vocês recebem diárias, todas as

2516 diárias elas tem que ser comprovadas datas, chegada, saída, porque vocês tem
2517 que emitir, entregar tanto comprovante para a Secretaria Executiva, eu já falei para
2518 a Sirlene, a responsabilidade aqui é dela, eu ordeno, ela que assina tudo, se estiver
2519 coisa errada, a responsabilidade é muito grande, sabe quanto? Deixa eu lembrar
2520 aqui, que eu falei outro dia, é mais de 40 mil reais, por mês, que está custando uma
2521 reunião do CEAS que se der algum erro, pode não aparecer agora, inclusive eu
2522 quero registrar aqui que a Secretaria Executiva está me passando pagamento de
2523 despesa de diária, que não foi paga, não foi resolvida, lá em 2017. Tem processo
2524 administrativo da SEDESE no CEAS de 2017, 2018, 2019 que está lá para eu pagar,
2525 entendeu? E isso é porque alguém lá atrás falhou, isso vira uma bola de neve, e
2526 alguém vai ter que responder por isso. Então isso é um ônus, eu estou falando que
2527 o ônus meu enquanto Ordenadora de Despesa, da Sirlene quanto chefia, da
2528 Secretaria Executiva que tem de operacionalizar isso tudo. Então essas coisas têm
2529 que ficar claras, são procedimentos que nós estamos distritos ali dentro da
2530 administração. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só nesse
2531 ponto que você trouxe Mariana, questão de diária, de Conselheiro. É preciso
2532 lembrar que o Código de Ética rege isso, o conselheiro que não tem atenção com
2533 relação a essas diárias, ele tem que sofrer processo ético, a Comissão de Ética ela
2534 tem que estar atenta a isso, que é dever dele prestar contas e devolver o recurso
2535 que é indevido. Por exemplo, se recebeu, não veio participar das atividades, ele tem
2536 que devolver e prestar contas no mesmo sentido, isso é dever ético. Eu sei que no
2537 histórico passado quanto estava na Coordenação da Comissão de Ética houve
2538 muitas demandas nesse sentido, mas nenhum processo ético foi aberto com
2539 relação a isso, mas é motivo de abertura de Processo ético e cassação do mandato.
2540 **PRESIDENTE:** Fim de semana, ela já sabe, isso não tem como, isso foi opção dela.
2541 É porque ela quer ficar lá por motivo pessoal, o Estado não pode cobrir isso.
2542 Quanto vai montar o processo de viagem, se a gente não está no horário daquele
2543 compromisso, isso deixa de ser responsabilidade do estado. Podemos retomar,
2544 gente? Então retomando o próximo ponto de Pauta é sobre assédio do CEAS? A
2545 sociedade civil que pediu inclusão, quem vai falar? **MARIA JUANITA - FED.**
2546 **APAES/MG:** Nós, conselheiros da sociedade civil, nos reunimos ontem, na tarde de
2547 ontem, pessoal vamos colaborar já está chegando no final da tarde, essa é última
2548 pauta, por favor. Nós reunimos na sociedade civil ontem e identificamos várias
2549 dificuldade que todos os meses acontecem, de impossibilidade do conselheiro da
2550 sociedade civil acompanhar de forma mais participativa, proativa, cumprindo as
2551 suas finalidades de conselheiros por inexistência de infraestrutura aqui nesse lugar
2552 para dar aos conselheiros essa condição de participação. Então em frente a isso,

2553 nós apresentamos aqui ao Conselho uma deliberação para que o CEAS, a estrutura
2554 do CEAS fique em um só lugar, aqui ou em outro lugar, mas que a Secretaria
2555 Executiva faça parte dessa estrutura, e que nós, conselheiros, da sociedade civil
2556 tenhamos condições de realizar o nosso trabalho. Como, por exemplo: “Imprime
2557 para mim? “Aqui não tem impressora.” “Me arruma um computador para acessar
2558 isso?” “Aqui não tem, os computadores que a gente tem é de acesso a SEDESE.”
2559 Então a proposta é de que todo o funcionamento do CEAS seja realizado em um só
2560 lugar, ou seja, Plenária, Secretaria Executiva, então a proposta para a SEDESE é
2561 que o funcionamento do CEAS, a infraestrutura, a logística, fique em todo em um
2562 lugar. É isso Sociedade Civil? Pronto.” **PRESIDENTE:** É só porque a Gabriele
2563 lembrou que a gente pulou um ponto, não esquece de voltar nele. **SIRLENE –**
2564 **CEAS:** Isso que eu queria falar. Tem que indicar uma pessoa da sociedade civil
2565 para ir à reunião no dia 30. A Érika foi para o Governo? É o Leandro mesmo? É o
2566 Leandro. **PRESIDENTE:** Então resolvido. **SIRLENE – CEAS:** Tinham apresentado
2567 a Simone, o Leandro, a Claudia, a Jaqueline. **INTERLOCUTORA NÃO**
2568 **IDENTIFICADA [00:20:12]:** Só esclarecendo, nós reunimos ontem na Sociedade
2569 Civil, você não estava. É o Leandro. É só para poder esclarecer. **PRESIDENTE:**
2570 Então gente, sobre essa questão do espaço para o CEAS, a gente já vem
2571 discutindo isso aqui todos os meses, o que eu acho importante frisar. Entendo a
2572 demanda que a sociedade civil apresentou já desde o início do ano, de a gente
2573 fazer as reuniões em um local central por isso que nós estamos aqui na Casa de
2574 Direito Humanos. Quando a gente está falando de sede, a sede é na Cidade
2575 Administrativa, isso é uma decisão do Governo de Minas que já tem mais de 10
2576 anos. Então já tem mais de 10 anos que o Governo transferiu todas as suas
2577 estruturas administrativas para a Cidade Administrativa, e aí eu quero inclusive
2578 reforçar o que eu já disse aqui antes. Lá na cidade administrativa pode ser distante,
2579 e é, para nós servidores que vamos para lá todos os dias, para quem vem de fora,
2580 entendo e concordo. Só que a nossa estrutura de trabalho, ela está lá, a gente tem
2581 maior qualidade dessa estrutura, porque aí a gente tem a sala de reunião, a gente
2582 tem internet, tem computador. Então estrutura administrativa nossa está lá, isso é
2583 uma decisão do Governo, não é minha da SUBAS, da SEDESE e de modo geral, o
2584 Estado não está mantendo as despesas de aluguel, de manutenção de prédios, de
2585 estruturas, de órgãos fora da Cidade Administrativa quando o espaço não é próprio,
2586 ela é alta, isso já foi colocado. Então eles iam tirar a gente daqui, e por outro motivo
2587 que não está na minha gerência, na minha gestão vão permanecer aqui até o final
2588 do ano, não temos uma decisão ainda sobre o ano que vem, nós conseguimos o
2589 espaço para funcionar lá no Conselho de Educação que foi trazido aqui, o espaço

2590 que os conselheiros visitaram, que a Secretaria Executiva visitou, o espaço lá era
2591 mais adequado do que esse, tinha estrutura melhor, tinha conforto, tinha acesso,
2592 não é tão distante, mas aí alguns conselheiros trouxeram também a dificuldade de
2593 acesso. Então eu acho assim a gente nunca vai conseguir agradar todo mundo, vai
2594 ter gente que vai estar mais perto, vai ter gente que vai estar mais longe, tem gente
2595 que viaja mais, tem gente que chega no dia anterior, tem gente que chega no
2596 mesmo dia. Então eu não vou conseguir agradar a todas as necessidades aqui, aí a
2597 gente hoje, o espaço, a sede, a estrutura são na Cidade Administrativa. Então a
2598 minha sugestão desde o início, foi que o Conselho então começasse a se reunir lá,
2599 porque lá a gente ia ter essa estrutura a disposição. A Grazielle está perguntando,
2600 vamos retomar um pouquinho porque acho que a gente não aprofundou esse
2601 assunto. O outro prédio que nós conseguimos é o prédio do Conselho de Educação
2602 e de Saúde, Sirlene e Elder foram lá. Lá tem a estrutura bem melhor do que aqui,
2603 com sala ampla. Pode falar. **ELDER, SEDESE:** Lá tem toda estrutura, tem sala para
2604 reunião de comissão, tem sala ampla. A Grazi está perguntando se a Secretaria
2605 Executiva poderia funcionar lá indefinidamente? Não sei, mas imagino que não.
2606 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não é bem sobre isso que
2607 a gente está tratando, Mariana. Mas é justamente em um espaço em que a
2608 Secretaria Executiva funcione e funcione as atividades do Plenário. Você trouxe a
2609 justificativa e apresentou os argumentos no sentido de que é uma decisão há mais
2610 de 10 anos do Governo. Mas há um pequeno problema é que o Governo está
2611 entendendo que o CEAS é um órgão do Governo, e o CEAS não é um órgão do
2612 Governo. O CEAS é uma estrutura vinculada ao Governo, dotado de autonomia
2613 legal assim como o próprio Estado é dotado de autonomia legal, é dotado de
2614 autonomia legal pela 2262 Competência Exclusiva. Então veja, eu vou pegar até
2615 uma fala que uma vez eu ouvi de um técnico do CEAS, aí eu não vou nomear quem
2616 é o técnico não, mas ele sempre falou assim quando a gente faz capacitação
2617 técnica a gente sempre instruiu para os Conselhos Municipais que a Secretaria
2618 Executiva ela tem que estar desvinculada das atividades do Órgão Gestor para que
2619 a Secretaria Executiva não vire um cercadinho da Gestão, para que ela não seja
2620 entendida como um órgão da gestão, mas para que seja garantida para ela uma
2621 autonomia para gerência das suas atividades. E é justamente isso que a gente está
2622 trazendo para a discussão, a gente quer retomar a autonomia de trabalho de gestão
2623 da Secretaria Executiva fora da asa do Governo, fora de baixo da asa da Gestão, e
2624 por que disso? Justamente dá autonomia do Controle Social. Veja, a estrutura dinda
2625 que seja muito boa administrativamente falando na Cidade Administrativa. Veja, a
2626 estrutura dinda que seja muito boa administrativamente falando na Cidade

2627 Administrativa, mas hoje se um município for procurar o Conselho Estadual para
2628 poder sanar qualquer dúvida como era feita antigamente, o CEAS dispõe de uma
2629 sala para poder fazer um reunião com algum conselheiro, com algum Presidente?
2630 Não, só se for marcado para que ele possa utilizar uma sala que é como se fosse
2631 um quatinho. **ELDER, SEDESE:** Lucas, a Cidade Administrativa tem inúmeras
2632 salas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu sei. Eu sei que
2633 tem, mas eu sei que lá é tudo marcado. **PRESIDENTE:** Tem marcação, mas a
2634 pessoa que chega é recebida. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
2635 **SSVP:** Vamos resgatar o histórico de como que era o atendimento quando o CEAS
2636 funcionava aqui nessa casa. Eu vou pedir a Rosa para poder contar como que era o
2637 atendimento dos municípios aqui na sede. Se eles chegavam, se eles tinham
2638 atendimento no mesmo horário, se tinha espaço para poder fazer atendimento, se a
2639 estrutura que o Conselho tinha aqui para oferecer apoio e suporte para os
2640 Conselheiros, era melhor ou não? **ROSALICE, SEDESE:** Eu queria que a Paula
2641 respondesse isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu
2642 pedi para a Secretaria Executiva se manifestar. **ROSALICE, SEDESE:** Eu vou
2643 responder a Comissão de Apoio aos Municípios porque é a Comissão de Apoio aos
2644 Municípios que faz esse atendimento. A Paula vai responder. **PAULA - CEAS:**
2645 Tudo bem. Não estava previsto não, mas vamos lá. A gente tinha bastante
2646 autonomia aqui no sentido de trabalho, não é previsto para ter uma demanda
2647 espontânea, mas na realidade isso acontece. Então era muito comum, saí um
2648 município lá de campanha, vem a Belo Horizonte, eles já estão aqui, muitas vezes
2649 vinham até a SEDESE também, tirou o dia para resolver questões do município.
2650 Então nós já vamos na Cidade Administrativa resolver uma questão com a Gestão,
2651 aproveitamos a tarde e chegamos aqui no CEAS. Estamos aqui e queremos uma
2652 informação, alguém pode nos atender? Eu falava: “Pois não, a gente tem uma sala
2653 disponível, vamos sentar e ficar duas, três horas conversando”. Ou então, uma
2654 outra prática, isso acontecia muitas vezes, não era um município. “Olha eu vim aqui
2655 resolver uma questão pessoal, mas estou com uma dúvida, eu posso chegar aqui?”.
2656 O senhor Joaquim de Três Corações fazia isso muito, era um velhinho, foi até
2657 presidente da Urcma, muito empenhado, volta e meia vinha aqui para uma consulta
2658 médica e falava: “Eu vim para a minha consulta, mas estou com tais, tais dúvidas
2659 em relação ao Conselho, você pode me atender?” Eu falava: “Pois não, vamos lá”.
2660 Ia eu, Consolação, ia alguém, chamava outro técnico, vamos esclarecer a dúvida do
2661 senhor Joaquim. Quantos municípios nós fazíamos isso? Além disso a gente tinha
2662 uma outra prática também que era toda essa quinta-feira, anterior a Plenária, então
2663 a gente tinha, as coisas estavam mais tranquilas, não tinha tanta reunião. A gente

2664 começava as 08:00, a gente já tinha esse horário, das 08:00 ao 12:00, era para
2665 atendimento aos municípios. Hoje a gente está com uma sobrecarga muito grande
2666 de solicitações de capacitações, que as vezes faltam Conselheiros para estar
2667 atendendo tanta demanda no tempo que eles desejam. Então a gente já agendava,
2668 por exemplo, na quinta-feira eu posso agendar até dois municípios, duas horas para
2669 cada um, chamava o conselheiro que já vinha para estar aqui mesmo para a
2670 Reunião Plenária, ele se ocupava dessa manhã para dar atenção até dois
2671 municípios a cada mês. Então isso era uma rotina que a gente já tinha. Tinha muito
2672 ainda, mas assim aliviava um pouco e a gente conseguia satisfazer mais isso aí.
2673 Então hoje, por exemplo, já fica mais difícil para a gente estar atendendo essa livre
2674 demanda, para eles chegarem aqui para ter que ir para a Cidade Administrativa.
2675 Então isso, alguma coisa se perde. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
2676 - **SSVP:** E a atenção aos Conselheiros, Paula? **PAULA - CEAS:** Sim, também
2677 gente, porque não é só Conselho CMAS que chegava aqui de improviso não, era
2678 também os Conselheiros. Então conselheiro vem aqui e precisa resolver, uma Ata
2679 que ele deixou, uma Declaração que ele precisa, uma informação que ele tem que
2680 resgatar, uma Declaração de exercício anterior. Então era muito comum no decorrer
2681 do mês, a gente recebia muitos Conselheiros, que chegavam sem aviso: “Eu venho
2682 aqui pedir essa informação, para solicitar essa demanda”, e a gente consegui
2683 resolver isso em tempo real. Hoje para ir na cidade administrativa, nós tivemos um
2684 dia que eu fiquei até desconfortado, foi até o próprio conselheiro Lucas. Ele foi para
2685 atender, acho que era com o Ross, uma questão de barragem, ele foi para fazer um
2686 atendimento, e ele foi lá, se dispôs a ir. Não houve esse agendamento prévio,
2687 porque ele se dispôs de ir por conta, da boa vontade dele para tratar disso, ficou lá
2688 a tarde inteira e quando ele falou assim: “Vou embora. Que ônibus eu pego?” Eu
2689 falei: “Não tinha ônibus. Mas você não pode pegar o institucional. Vamos pedir carro,
2690 não tem carro disponível.” Ele falou: “Como é que eu faço?” Ele foi para a BR e não
2691 conseguia pegar o ônibus. Eu fiquei com vergonha nesse dia, porque a gente não
2692 conseguia garantir o deslocamento do conselheiro que estava no horário de
2693 trabalho. É um desabafo, mas assim, bom o que eu tinha para falar eu acho que era
2694 isso gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Obrigado,
2695 Paula. **ISAC - ASQUIS:** Estou sem voz. É só para contribui um pouco dessa
2696 questão e falando um pouquinho na linha do Lucas e na discussão que a sociedade
2697 civil vem fazendo. Vou falar um pouco da minha experiência como conselheiro, a
2698 Mariana falou que tem mais de 10 anos que acontece dessa forma. Eu cheguei
2699 nesse Conselho, eu acho que foi em 2016, fiquei aqui até em 2019, foi por um
2700 mandato e meio, e durante os meus mandatos passados as reuniões eram aqui

2701 nessa Casa de Direitos Humanos, salvo alguma Extraordinária, uma necessidade a
2702 agente se reunia na Cidade Administrativa. Mas eu posso ter me enganado muito,
2703 mas para mim a sede do Conselho era aqui, inclusive o endereço que a gente
2704 recebia, a sede era aqui para a Secretaria Executiva funcionar, com a estrutura que
2705 era necessária, eu acho que com a dedicação, eu acho que até maior ao Conselho,
2706 tudo bem que a gente tinha mais técnicos também, isso diminuía a sobrecarga
2707 sobre os técnicos que a gente tem, e essa estrutura ela possibilitava para nós,
2708 conselheiros, um trabalho muito melhor, é muito nesse sentido, a estrutura que a
2709 gente precisava, era mais fácil para os técnicos procurarem, para imprimir um
2710 documento, para buscar uma informação ou outra. Acontecia muito de a gente
2711 conselheiro estar em BH, passar no Conselho para ver o que tinha, para consultar
2712 alguma coisa, para dar andamento em alguma coisa. Então assim eu defendo muito
2713 que essa solicitação nossa de que a Secretaria Executiva funcione em um espaço
2714 adequado aqui no centro, a gente lembra que as discussões anteriores a sociedade
2715 civil de que a sede do Conselho seja no centro de Belo Horizonte. E eu entendo que
2716 a Secretaria Executiva com a sua estrutura é o Conselho também, é parte do
2717 Conselho, eu não vejo o Conselho sem a Secretaria Executiva e acho que fica
2718 péssimo a gente trabalhar desgarrado. Então é nesse sentido trazer esse resgate,
2719 eu não estava aqui há 10 anos, eu estava aqui 2016, 2019 ali, e era nesse modelo
2720 que a gente funcionava, com a Secretaria Executiva aqui, e a sede do Conselho
2721 aqui. **MARIA BAIÃO - FMTSUAS-BH:** Quando a Maria de Paula fala, conta um
2722 pedacinho ali da história da casa, eu estou falando a Juanita, eu não sou
2723 funcionária pública, mas eu não saia dessa casa. Que eu gostava muito do trabalho
2724 delas, gostava delas, e eu não saia dessa casa. Por se central e como eu limitava
2725 no outro Conselho. Então eu estava sempre aqui. Quando você coloca o prédio,
2726 decisão do Governo, esse tipo de coisa não entra mais na cabeça da gente, nós
2727 temos autonomia, a Plenária é soberana, o Governo não decide por nós, não pode.
2728 E esse centro, essa casa é muito boa, alguma coisa que precisar de adequar,
2729 vamos adequar, o pessoal que vem do interior, é central para rodoviária, é central
2730 para o metrô. Quem não quer comer em um lugar, come em outro, tudo perto, quem
2731 quiser ir rezar em vez de almoçar tem igreja, tudo ali, faz compras, não é Lindinha?
2732 Lindinha gosta de fazer compra. Então Mariana eu acho que nós temos que nos
2733 adequar é por aqui, o prédio vai ser entregue, ele não é do governo esse prédio?
2734 Não é, mas então o que vai acontecer? Nós, conselheiros, já podemos estar
2735 olhando junto com o Governo uma outra localidade, começar a já ir pesquisando
2736 porque na hora que ele falar: “Vou entregar”, para a gente não ir para qualquer
2737 canto, porque não é justo, não é justo isso. O Conselho de Belo Horizonte, nós

2738 temos uma casa que é ponto de referência de qualquer pessoa, é em Santa Tereza
2739 ela é chamada até de Casa Amarela, porque é pintada de amarela, lá é Casa
2740 Amarela. A reforma do Conselho quem assentou com a Prefeitura para determinar
2741 como seria a estrutura para nós, fomos nós, a lara está ali, foi uma briga acirrada,
2742 mas nós conseguimos. É uma casa muito boa, com dependências para deficientes,
2743 banheiros, tudo muito organizado, porque nós assentamos e ajudamos a construir,
2744 lá tem a nossa casa e o Estado também tem essa obrigação, não é só com esse
2745 time, é com o povo. Igual a Maria de Paula estava falando, quantos que vem de fora,
2746 as vezes na humildades, mas sabe que tem a referência, e isso é importante
2747 Mariana para levar o conhecimento que as meninas passam aqui dentro, eles saem
2748 todo alegre, todo feliz e receber uma boa informação, que as vezes ele estava com
2749 uma dúvida lá e já sanou aqui e vai embora. A recepção é a coisa mais importante
2750 na vida do cidadão. Eu acho que vocês trabalhadores sabem disso, mas é cada dia
2751 que a gente vive a gente tem que aperfeiçoar, porque cada pessoa tem uma cabeça,
2752 é igual saúde, as vezes você não está doente, a gente não está doente, só de
2753 chegar em uma recepção é ser bem acolhida, você já melhora. Eu como
2754 Conselheira da Saúde, o que a gente mais discute, é a recepção, acolhimento é
2755 importantíssimo, em qualquer setor. Então é isso que eu queria falar, o meu voto é
2756 Belo Horizonte ou essa casa, para a Cidade Administrativa com sinceridade, eu não
2757 vou não, não vou mesmo. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Então, na verdade,
2758 Secretária, nós não estamos falando da Plenária, a gente já avançou nesse sentido,
2759 a gente fez um pleito, foi atendido, a Plenária desceu para cá, atendeu as
2760 necessidades da Sociedade Civil. Porque são necessidade, lá pode ter uma
2761 estrutura bacana, administrativamente funciona, a xerox a todo momento,
2762 computador, sala, mas nós estamos falando do funcionamento do Conselho. O
2763 funcionamento do Conselho, como todos nós sabemos, não é só Plenária e Mesa
2764 Diretora que já está aqui, a Secretaria Executiva faz parte do Conselho. E a
2765 Secretaria Executiva não estando no lugar central que possibilite os conselheiros da
2766 sociedade civil e também, eu nem tinha colocado o demandado de Conselhos
2767 Municipais não, eu estou olhando o nosso trabalho, quando a gente apresentou
2768 aqui foi muito focado nas dificuldades que nós estamos tendo desde dezembro com
2769 relação a essa participação mais efetiva. Então o que nós estamos trazendo aqui é,
2770 o CEAS é Secretaria Executiva, Mesa Diretora, Plenária, um dos pilares desse
2771 CEAS não está junto e isso dificulta o seu funcionamento. Como foi falado aqui pela
2772 Baião, a Secretaria Executiva é a porta de entrada do Conselho, é a cara do
2773 Conselho, é acolhida do Conselho. Não adiante a gente estar aqui e ele estar lá,
2774 sendo que nós precisamos estar aqui para acessar os documentos e aqui não tem

2775 jeito de a gente acessar essas facilidades. Então eu gostaria de colocara aqui, no
2776 sentido de vocês representando o Governo, ver de que forma que isso pode
2777 acontecer, ou aqui ou em outro lugar, mas esse é o pleito da sociedade civil porque
2778 a sociedade civil faz parte desse colegiado, e essa dificuldade da Secretaria
2779 Executiva estar longe de nós, dificulta a nossa participação é nesse sentido.
2780 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Não, é fazer uma resgar
2781 histórico também. Esse Conselho não foi consultado sobre alteração da sede da
2782 Secretaria Executiva para a Cidade Administrativa. Então eu acho até oportuno nós
2783 trazermos essa discussão porque não foi um tema debatido. Então nós temos a
2784 virada de mandato, em que a Secretaria Executiva sai da Casa de Direitos
2785 Humanos e vai para a Cidade Administrativa sem tão pouco ser justificado para a
2786 gente. **ARLETE, GRAAL:** Eu sempre fico pensando o seguinte, quanto mais
2787 distante nós, o povo, estiver das estruturas do poder, melhor para sermos
2788 manipulados e manipuladas. Porque essa manipulação que seja intencional ou não,
2789 é um modo de nesse espaço, entre a necessidade e a busca do atendimento,
2790 acontece os processos de desistência, acontece os processos de cansaço,
2791 acontece os processos de fortalecer aquilo que falávamos ontem, a questão da
2792 pobreza. Porque ir daqui até a Cidade Administrativa não é barato, uma coisa é no
2793 dia do Pleno, quando a gente está aqui para as reuniões, ter um carro para nos
2794 levar e nos trazer. Outra coisa são as demandas que acontecem no dia a dia, entre
2795 um Pleno e outro, e que nós não temos esse tempo, nem a disponibilidade para
2796 estar fazendo esse atendimento direto porque nós não estamos aqui. Quem faz
2797 esse atendimento direto como bem disse Paula, é a Secretaria Executiva, exceto
2798 quando a gente constrói uma metodologia, como já foi construído em um
2799 determinado tempo. Não é possível agendar? Então um dia antes das atividades do
2800 Conselho, vamos combinar quais os municípios que precisam e que podem estar
2801 aqui. Então eu fico sempre pensado, quando a gente vai falar para o CMAS, se a
2802 gente colocar as dificuldades que é e que a gente enfrenta, e como discutir a
2803 acessibilidade e trazer aqui para a Mesa sem constrangimento e sem ficar achando
2804 inclusive que está pisando em um terreno que não pode, aí eles vão dizer: “Vocês
2805 não tem nada a nos ajudar”. E nós precisamos de estar muitos atentos, porque
2806 aquilo que a gente solicita ou que recomendasse que seja feito nos municípios, é
2807 preciso que seja feito aqui também porque aqui de certa forma será o modelo.
2808 Então da mesma forma que a gente fala da participação, da capacitação do usuário,
2809 do trabalhador, das representações das entidades, nós precisamos ter isso aqui
2810 também. Eu sempre penso isso não é uma disputa de queda de braços entre
2811 sociedade civil e Governo, mas no momento em que nós estamos aqui, ou fora

2812 aqui, com o título de conselheiros e Conselheiras da Assistência Social, o nosso
2813 comportamento, a nossa luta, ainda que em determinados momentos as nossas
2814 ideias sejam convergentes ou não, a gente precisa ter um foco e o nosso foco é a
2815 Assistência Social. E para que a gente também possa fazer, se não 100%, mas
2816 pelo menos tentar, é preciso que a gente também esteja no nível de satisfação, e aí
2817 foi falado da colhida ou da recepção, é da capacidade de a gente entender o que
2818 está sendo colocado, é da capacidade, da coragem que a gente tem que ter para
2819 perguntar quando não entendeu, sem ficar escutando cochicho de alguém que já
2820 sabe tudo, e aí fica achando que quem está perguntando está na esfera da tolice.
2821 Porque nós estamos aqui em representações, e ninguém está aqui na condição de
2822 ser tolo, de não entender, sabe o que está fazendo aqui, mas não tem a obrigação
2823 de conhecer todos os artigos, de conhecer regimento, de conhecer resoluções, aqui
2824 também é um espaço de aprendizagem. E é por isso que quando a gente também
2825 vai dizer para quem faz essa demanda, a gente também está munida de pelo
2826 menos um pouco mais de informação, e para insatisfação pode gerar desistência e
2827 isso não é bom para a sociedade de um modo geral e principalmente para o
2828 Governo, porque aí a gente vai dizer: “O Governo não funciona”. **PRESIDENTE:**
2829 São vários pontos que eu estava até com medo de esquecer. Primeiro que eu não
2830 tomei conhecimento de nenhum município que deixou de ser atendido, perguntei
2831 para a Sirlene aqui agora. Tem algum município, algum Conselho Municipal, esse
2832 ano, ano passado? Eu não tomei conhecimento disso não. Aí o que vocês estão
2833 trazendo para mim é uma novidade, porque eu entendi, que a gente, a Secretaria
2834 Executiva, o CEAS, não está atendendo as demandas, e aí eu não tenho
2835 conhecimento dessa parte. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
2836 **SSVP:** Deixa-me só questionar esse dado que você traz. Foi questionado aqui na
2837 portaria da Casa de Direitos Humanos quantas pessoas vieram demandar o
2838 Conselho e não encontrou o Conselho aqui? Então não tem base essa informação
2839 que você traz. **PRESIDENTE:** Então, Secretaria Executiva pode fazer esse
2840 levantamento porque nem a Secretaria Executiva tem conhecimento disso, não
2841 estou entendendo. Outra questão, os servidores do estado também cumprem o
2842 Regime de Teletrabalho Parcial, isso é uma decisão nossa do estado, e isso é
2843 acordado com as equipes, isso também altera o que vocês estão dizendo. Então
2844 nós vamos acabar com teletrabalho da Secretaria Executiva e eles vão ter que
2845 trabalhar presencial. Isso aqui eu estou concluindo a partir do que vocês estão me
2846 falando, que não está tendo atendimento, a questão não é o lugar, e quando vocês
2847 trazem os exemplos, todos os municípios são atendidos pela SEDESE na Cidade
2848 Administrativa por todas as áreas. O exemplo que a Paula colocou aqui ele é muito

2849 comum, da Prefeitura chegar, ficar o dia inteiro passando por todas as diretorias,
2850 secretarias, ela está balançando a cabeça, as vezes vai na Secretaria de Educação,
2851 de Saúde, na SEDESE, na SEGOV, está tudo no mesmo lugar. O fato da Secretaria
2852 Executiva estar lá para mim só facilita e, na prática, é isso o que acontece, a gente
2853 atende grupos grandes em todos os setores. **SIRLENE - CEAS:** Eu não tenho
2854 conhecimento disso até então, porque todos que tem procurado a gente, a gente
2855 tem atendido. **PRESIDENTE:** Os atendimentos têm sido virtuais, tem sido visita, a
2856 Secretaria Executiva visitou município já esse ano, já fez reunião, reunião virtual
2857 acontece constantemente, reunião presencial na SEDESE também acontece. Então
2858 eu não estou entendendo que isso é um problema e se é, eu não tinha
2859 conhecimento. A questão da estrutura aqui, eu acho que nós temos dificuldade com
2860 essa estrutura, sim. Voltando ao que eu já falei, tinha uma proposta de fazer a
2861 reforma de um espaço lá no Mirafiori para melhorar nossa estrutura. Essa proposta
2862 não foi para frente, não cabe aqui as minhas SUBAS, porque a Secretaria Executiva
2863 ela é uma estrutura administrativa vinculada a SEDESE, os servidores eles são da
2864 SEDESE, todo o equipamento, material, ele é vinculado, as compras, ao processo
2865 de compra, de execução de receita e despesa, de orçamento, da SEDESE e isso
2866 não tem como ser diferente. Essa estrutura ela é mantida, ela é custeada, ela é
2867 operacionalizada, tudo o que a Secretaria Executiva precisa, que o CEAS precisa, é
2868 a SEDESE que tem que comprar, é a SEDESE que tem que operacionalizar, tudo
2869 tem que ser resolvido junto com o SPGF, o fato de estar junto, inclusive, facilita e
2870 melhora isso, melhora a condição de trabalho da Secretaria Executiva. Então estou
2871 querendo pontuar essas questões, a questão que precisa melhorar eu também
2872 concordo, e a gente está fazendo esse movimento interno, o ano inteiro a gente já
2873 trouxe esse exemplos aqui, agora as outras questões, enfim, eu não concordo,
2874 porque eu não tenho conhecimento de que estava tendo dificuldade no atendimento,
2875 e eu acho, a minha visão é exatamente contrária, o fato de estar junto com as
2876 outras estrutura do governo ela facilita o trabalho da Secretaria Executiva, e dos
2877 Conselheiros, como as reuniões são aqui, uma vez por mês, duas vezes por mês, a
2878 gente está atendendo aqui pela demanda que a sociedade civil apresentou. Então
2879 assim, tentei responder o que vocês colocaram, questão de carro que você falou,
2880 isso tudo lá funciona, depende de organização. Agora aqui também, como está em
2881 teletrabalho, ser chegar aqui e não tem ninguém não vai ser atendido mesmo. É
2882 outra questão que nós estamos falando, aí é um regime de trabalho do servidor
2883 hoje que, inclusive, pode ser alterado, é isso que estou colocando a gente vai ter
2884 que avaliar de acordo com o que vocês estão trazendo aqui. Agora o que tem que
2885 melhorar, o que eu quero, só quero concluir na minha fala. Me comprometo, acho

2886 que a gente tem que melhorar sim, processo de compras que a gente já discutiu
2887 aqui de tablets, de notebook, de melhorar acesso da internet, de ar-condicionado,
2888 isso a gente está tentando, isso é uma organização interna que a gente tem que
2889 fazer para conseguir melhorar, estou de acordo. **MARIA JUANITA - FED.**
2890 **APAES/MG:** Então, Presidente, na verdade as suas respostas não dão resposta a
2891 demanda da Sociedade Civil. O que a sociedade civil está trazendo é a não junção
2892 da Secretaria Executiva junta as outras instituições do CEAS, Mesa Diretora,
2893 Plenária, dificulta a participação dos Conselheiros da Sociedade Civil, é isso que
2894 nós estamos colocando. As outras coisas eu penso que foi colocada aqui até para
2895 ilustrar essa dificuldade porque eu vou falar novamente, o CEAS ele se materializa
2896 na Casa de Direitos Humanos hoje. O CEAS não é a Secretaria Executiva, o CEAS
2897 é a Secretaria Executiva, Plenária, Mesa Diretora e as comissões. A Mesa Diretora,
2898 as Comissões e a Plenária já estão aqui. A Secretaria Executiva existe para fazer
2899 essas duas instituições, essas três instituições, funcionar e não está funcionando
2900 para a Sociedade Civil, é isso que a sociedade civil está falando. Então a sociedade
2901 civil está trazendo um pleito para a SEDES que a Secretaria Executiva volte para
2902 próximo da Plenária para que os conselheiros da sociedade civil ter acesso às suas
2903 necessidades no momento e na hora em que eles precisarem, é essa demanda.
2904 Não é demanda em que lá funcionar melhor, de teletrabalho, isso são questões
2905 operacionais do estado. Inclusive teletrabalho todo mundo já voltou, é uma decisão
2906 do estado. Agora, nós, conselheiros, sentimos dificuldades da participação aqui
2907 desse Plenário, e na reunião da Mesa Diretora e nas reuniões das comissões, é
2908 disso que eu estou falando. Então o pleito da sociedade civil é esse que a
2909 Secretaria Executiva esteja próxima dessas outras instituições que faz parte o
2910 Conselho: Mesa Diretora, Plenária e Comissão. É isso, não é pessoal? A resposta é
2911 simples assim, pode vir ou não pode vir? **PRESIDENTE:** Para cá a resposta já está
2912 dada, essa resposta a gente já tem, eu só quero então pedir a Secretaria Executaria,
2913 vamos levantar as dificuldades para atender pontualmente essas dificuldades, que
2914 é o que a gente já tem tentado fazer. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** A
2915 Secretaria Executiva está careca de saber das dificuldades. Vou dizer uma, não
2916 estou falando de município não, estou falando da nossa operacionalização. Existe
2917 um instrumento que todo mês a gente preenche para falar se a gente vai vir ou não,
2918 e lá tem uma caixinha: “Você precisa de material impresso?” Toda vez eu marco,
2919 não tem nenhum. Se eu não trouxer da minha instituição, eu fico perdida porque eu
2920 tenho dificuldade de fazer essa análise toda. Aí eu fico imaginando, Baião, Simone,
2921 as pessoas que vem de longe vai trazer esse monte de papel. Então, é assim, é
2922 disso que nós estamos falando. Da gente precisar: “Imprime essa resolução para

2923 mim?" "Não tenho como imprimir." "Me empresta um computador para a gente
2924 olhar". "Não tem computador". É disso que estou falando, é isso que impacta no
2925 funcionamento, em um melhor trabalho da sociedade civil com relação a isso.
2926 **PRESIDENTE:** Isso já está listado e a gente está tentando resolver, qual que é a
2927 solução? A gente tem que comprar. Eu perguntei para a Sirlene ontem: "Está nos
2928 planejamentos de compras? Já foi registrado", tem um procedimento de aquisição
2929 que administração pública faz. Eu perguntei para a Secretaria Executiva: "Tudo isso
2930 foi feito?" A Sirlene falou: "Foi". Então nós vamos conseguir resolver. Isso aí é o que
2931 estou falando, eu vou devolver para a Secretaria Executiva, vamos pontuar essas
2932 dificuldades e ver aonde está agarrando a solução dessa demanda. Próximo ponto
2933 de Pauta, Comissões? **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Não foi decidido
2934 Secretária, a gente precisa de uma decisão. **PRESIDENTE:** Que decisão? Não tem
2935 decisão. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Essa é a demanda da Sociedade
2936 Civil. **PRESIDENTE:** Vocês não estão entendendo o que eu estou falando. **MARIA**
2937 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Nós estamos entendendo, agora que você falou que
2938 não tem jeito. **PRESIDENTE:** Não tem jeito de que? Eu falei: "Sirlene, está no
2939 processo de compras copos? Sim. Está no processo de compras tablets? Sim.
2940 Computador? Sim". Eu não vou virar computador do dia para noite, eu não sei falar
2941 aqui que dia que essa licitação vai ficar pronta. Então é isso que eu estou querendo
2942 dizer, o que a gente tem que fazer, a gente está fazendo. Sirlene, você pode me dar
2943 previsão dos processos de compra? Eu tenho 4 Superintendências, 9 Diretorias,
2944 como que eu vou saber processo de compra de todas as áreas? A área tem que
2945 olhar isso para mim, por favor. **IARA - CSJB:** Ficou vazio mesmo, sabe, Mariana? A
2946 gente precisa dar tratativa nisso como encaminhamento. Então a sociedade civil
2947 apontou pontos, eu acho que são muito importantes, acho que a gente trouxe um
2948 pouco da questão do atendimento, mas o que é mais, o principal da pauta que nós
2949 queremos trazer é que está deixando com que a sociedade civil execute os seus
2950 trabalhos de forma precária. Então nós não estamos sentindo que de fato o CEAS
2951 está dando as condições para que nós, conselheiros, da sociedade civil
2952 executemos os nossos trabalhos com a qualidade necessária. Então já foi listado
2953 algumas questões aqui, qual que é o caminhamento que eu entendo? Você está
2954 traduzindo para a gente que a Secretaria Executiva vai estar dando tratativa. Então
2955 entendo que na próxima Plenária, que seja pautado, a partir de todas as
2956 solicitações que foi feita para a sociedade civil como que isso vai ser, qual que vai
2957 ser a solução, e a partir da solução, Sociedade Civil, a gestão trazer aqui para a
2958 gente, a gente avalia, esse ponto para poder dar continuidade nas discussões. Mas
2959 a primeira coisa é isso, tudo que nós elencamos, levantamos, quais são as

2960 tratativas, quais as soluções que a gestão aponta para a gente diante dessas
2961 questões. Acho que esse é o encaminhamento. É isso, Sociedade Civil? **MARIA**
2962 **BAIÃO - FMTSUAS-BH:** Essa questão é muito delicada, vamos usar uma palavra
2963 bonita. Porque no Conselho aqui nós fizemos uma pressão muito grande na
2964 Secretaria em cima desse problema, nós chamamos lá, os insumos, computador,
2965 tudo o que já foi listado aqui. Passa eleição, passa fulano, passa ciclano, a mesma
2966 coisa. Então nós mudamos o nosso posicionamento na Prefeitura, nós pedimos
2967 uma resposta mês passando, não é lara? Da Mesa Diretora não tivemos. Então nós
2968 tivemos uma reunião boa de usuários na parte da manhã e tiramos um acordo
2969 assim: Se não tivéssemos o retorno devido o tempo que a gente estava pedindo, se
2970 não tivéssemos um retorno, nós sociedade civil sairíamos da reunião até que a
2971 Secretaria se posicionasse em cima dos pedidos, e nós fizemos isso. Nesse dia
2972 estava a Secretaria, Prefeitura toda, o José Cruz faltou, porque infelizmente faleceu
2973 alguém muito próximo, ele teve que sair. Mas a Prefeitura estava toda na Plenária
2974 mais a Plenária. Nós fomos e se levantando de uma vez, eu fiz a minha fala, eu e a
2975 Simone, nos levantamos e simplesmente saímos, agora já está chegando algo. Se
2976 a casa é nossa, se nós ajudamos construir, porque quem ajudou fomos nós, na
2977 pressão, mas saiu, isso é o mínimo. Por exemplo, eu sou do fórum de usuário, o
2978 que a gente pediu desde a eleição do fórum, um simples computador, uma mesinha,
2979 em um cantinho de uma sala, e o lanche. O lanche nós não abrimos de mão porque
2980 nós sabemos que a Assistência Social tem o dinheiro do lanche, tem o dinheiro de
2981 passagem, tem o dinheiro do lanche, então nós não abrimos de mão, e qualidade
2982 porque está lá uma coisa que nós vamos discutir a qualidade também, outra vez.
2983 Então esse direito, se nós temos, não é brigar não, é colocar e fulano tem a sua
2984 posição e eu tenho a minha, não deu certo não, então vamos mudar de tática. Igual
2985 eu falei aqui a Assistência Social tem 23 anos, tem normas, tem leis, tem tudo, mas
2986 gente nós não podemos viver na paz de tartaruga. Porque esse copo foi criado
2987 assim, não quer dizer que nós não podemos sugerir que ele tenha uma mudança,
2988 assim é a Assistência, tem que mudar algo e tem que ser para melhor. Tem horas
2989 que a gente precisa sim, por exemplo, esses documentos para enviar para os
2990 Deputados que estão aí a candidato, se nós tivemos aqui uma salinha, computador,
2991 pudessem tirar já as nossas cópias, nós já teríamos feito isso, já estava na mão
2992 dessa turma, sabe? É isso que a gente quer, porque nós sabemos que podem fazer
2993 porque nós temos os exemplos, sabe Mariana? Não é chatice ou brigar por algo
2994 irreal, é o real que nós estamos queremos. Dona Arlete vem da comunidade dela:
2995 “O Mariana precisava de tirar uma cópia.” Ela já vai abrir a porta, o computador está
2996 ali direitinho, ela já vai fazer, sabe? Porque as vezes a gente não tem dinheiro para

2997 pagar essas coisas, e sabe que a porta aberta é o Conselho, é só isso que eu
2998 queria colocar. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Parabéns pelo Conselho
2999 Municipal de Belo Horizonte e pela organização da sociedade civil eu acho que é
3000 isso. A sociedade civil chegou na conclusão que ela está sendo dificultada a sua
3001 participação. Eu acho que a Baião trouxe um exemplo muito positivo que resolveu
3002 lá no Conselho, e que a sociedade civil pense com relação a isso, eu trouxe a
3003 demanda foi fruto da nossa discussão na última reunião. E nos próximos
3004 encaminhamentos, qual que seja o próximo encaminhamento? Na próxima Plenária,
3005 o que a Subsecretária trouxe, aí a sociedade civil toma a decisão de prender a
3006 agenda, de não vir ao Conselho, alguma coisa nesse sentido porque a sociedade
3007 civil está impedida de fazer o trabalho. **MARIA BAIÃO - FMTSUAS-BH:** Até porque
3008 nós já fizemos isso aqui. Você lembra que no dia 20 de dezembro foi a nossa posse
3009 e nós colocamos contrária a não ida para a Cidade Administrativa e nós ficamos
3010 uns dois meses sem reunião até que fosse posicionado. **PRESIDENTE:** Só queria
3011 pedir a Secretaria Executiva para registrar o andamento dos processos de compras,
3012 e a lista das dificuldades e das soluções, porque da forma que vocês estão
3013 colocando tem que deixar bem claro que tem que listar essas dificuldades, e os
3014 encaminhamentos que foram dados e os prazos para a Secretaria Executiva
3015 colocar no registro. **SIMONE - CMAS/BH:** Eu fiquei pensando e eu fico muito mal. A
3016 gente está aqui no Conselho Municipal você tem que ficar sempre na ameaça,
3017 sabe? Se não fizerem isso eu tenho que fazer isso para provar que eu sou existente,
3018 para provar que eu quero estar aqui. Eu saio de casa 06:30 da manhã, eu não
3019 estou ganhando nada para estar aqui, única coisa que eu ainda peço, é o material
3020 impresso, porque eu não vou ficar me dificultando aqui no celular. Ontem eu não
3021 estive, deixei lá, gostaria de receber o material de ontem, coloquei no grupo, não
3022 coloquei? Na hora que eu chegar lá, hoje a Soraya me deu alguns documentos,
3023 mas ficou faltando, não é Soraya. Então assim, a gente fica em uma sensação
3024 muito ruim, de usuário, como se a gente tivesse mendigando. Então eu saio do meu
3025 território eu estou me mendigando, eu chego no Conselho, eu estou mendigando,
3026 eu chego aqui no CEAS, porque você vai subindo patamar, mas ao mesmo tempo a
3027 sensação é que você está rastejando. Quando as pessoas falam assim: “Nossa
3028 Simone, você está no Conselho Estadual.” Eu falo: “Eu estou achando que o
3029 estadual está pior do que o municipal”. Então assim você vai querendo subir para
3030 lutar, e a sua sensação é que você está com uma corda amarrada no pé, e só estão
3031 te puxando para baixo. Porque a gente está discutindo ainda até no momento, a
3032 condição de participação. A justificativa é essa, eu em Belo Horizonte para chegar
3033 aqui no centro as 09:00 eu saio de casa as 06:30, imagina na Cidade

3034 Administrativa? É só falar que vai ser lá. Eu tenho experiência, a qualidade de
3035 atendimento da recepção do administrativo horrorosa, eu vivi constrangimentos lá,
3036 relatei isso para vocês. Aqui eu já me sinto bem, parece que o povo daqui é
3037 humanizada, é como se a favela minha estivesse aqui, entende? Olha que lugar
3038 que eu sinto, eu passo por aquela portaria eu tenho prazer de entrar e sair, sabe? É
3039 um cuidado: “E aí almoçou? Como é que você está, tudo bem?” Ao contrário de lá:
3040 “Perdeu papelzinho”, sabe? Eu não estou a fim de ir para aquele lugar, eu não vou
3041 para aquele lugar. Então assim, passando por isso, e é uma sensação de a gente
3042 estar aqui debatendo, debatendo, Mariana trouxe para a gente, tem a reforma de lá,
3043 vamos consultar, quem fez a visita? Para mim foi só o Governo. O Elder colocou as
3044 fotos, muito bonitinha, mas eu como usuário não fui lá ver. Eu como usuário não fui
3045 lá ver, então você trazer para mim que está bonito é a sua visão, qual que é a
3046 minha visão, sabe? Então assim, eu acho que a gente tem que tentar melhorias, dá
3047 para melhorar porque se esse prédio foi construído e ele funcionou várias coisas
3048 aqui, por que que agora não dá? É isso que eu fico sem entender, no passado
3049 podia e agora não pode? O porquê de não poder agora? É nesse sentido que eu
3050 fico muito incomodado e a gente está bastante na mesma tecla, um fala daqui,
3051 outro fala dali, um fala daqui, só vamos ser ouvidos quando levantarmos, levantar
3052 unidos, igual a gente fez no Conselho Municipal e sair por aquela porta e dizer: “Ou
3053 resolve ou a gente não volta?” E quem está perdendo? É a gente, os usuários, por
3054 que não ter plenário é lucro para quem? Então assim, acho que a gente tem que
3055 começar a refletir, eu acho que preciso, vou direcionar a palavra direto para a
3056 Presidente, eu sinto, tem hora que a Presidente fala em um tom que eu me sinto
3057 muito mal, sabe? “Não tem”. Nem eu falo assim com os meus filhos, entendeu?
3058 “Não tem e pronto acabou”. Se não tem qual que é a solução para não ter? Sim. Eu
3059 super compreendo, mas eu preciso te dizer isso: “Não tem, mas aí me ajudem a
3060 pensar em uma solução. Vamos ouvir um por um, vamos abrir um questionário,
3061 vamos colocar um link e cada um dá uma sugestão.” Tem soluções. Então eu acho
3062 que a gente precisa de começar a entender que estamos no mesmo buraco, não
3063 tem governo e nem sociedade civil quando se trata de entrar e sair com a qualidade
3064 de vida aqui dentro. Acho que é isso que eu precisava de dizer. **PRESIDENTE:**
3065 Primeiro eu concordo, acho que você está certíssima. Você me desculpa até a
3066 forma aqui. É porque eu realmente acho que todo mês a gente trata do mesmo
3067 assunto e isso me incomoda tanto que eu mesma venho trazendo aqui: “Vamos
3068 tentar nesse lugar” porque eu também acho que a gente tem essas dificuldades.
3069 Acho que é importante a gente marcar uma visita lá no outro prédio com vocês e
3070 nos outros, igual no dia que a gente estava aqui, aquele auditório que teve a

3071 capacitação quarta-feira, a gente foi mês passado para ver a estrutura e depois
3072 passei o contato para a Sirlene para organizar, lá também está em reforma e eles
3073 falaram: “Quando a reforma ficar pronta pode ter algumas salas que vocês podem
3074 utilizar”. Então é só para acrescentar, vamos marcar a visita lá que eu acho que vai
3075 ser bacana. E voltando, repetindo então, soluções a gente está tentando resolver
3076 internamente, mas depende dos processos de compras da SEDESE, isso aí eu não
3077 tenho prazo para falar. **GRAZIELE - CRP:** Só lembrando que a gente está
3078 pleiteando uma questão de condições administrativas para que a Secretaria
3079 Executiva funcione, mas também condições políticas para ela não se tornar um
3080 cercadinho da SEDESE. Então quando a gente pede que ela seja desvinculada,
3081 que ela seja central, não é simplesmente por uma questão administrativa é para
3082 que ela seja acessível e que ela tenha autonomia como ela deve ter. Então assim,
3083 não basta tem o computador, ter o copo, ter a impressão, também é necessário que
3084 a Secretaria Executiva tenha espaço de autonomia para executar aquilo que é de
3085 política pública, de controle social. Nós não somos governo, nós somos vinculados.
3086 Então isso tem que ter claro, não adianta sanar essas outras questões, e quando eu
3087 perguntei se o outro espaço funcionava e cabia a Secretaria Executiva era nesse
3088 outro aspecto, e tem que ser central porque o povo tem que ir. A gente pode até
3089 dizer foi uma decisão de um Governo e tem várias implicações, inclusive, de como
3090 foi construído a sede administrativa e a gente sabe muito bem historicamente não é
3091 só Brasil, é mundo, é feito para não ter acesso, é feito para não ter povo, é feito
3092 para ficar longe mesmo, para não ter discussões. E é isso que a gente está
3093 querendo dizer, se aqui é a casa do povo, se o controle social se efetiva com a
3094 participação e o controle social da sociedade civil é isso que a gente está pedindo,
3095 não só uma estrutura física, mas também uma estrutura política para que a
3096 Secretaria Executiva execute aquilo que é de competência do CEAS
3097 exclusivamente sem a interferência direta da SEDESE. **PRESIDENTE:** Podemos
3098 avançar? Agora temos 20 minutos para o próximo ponto de pauta que são os
3099 encaminhamentos das comissões. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
3100 **- SSVP:** Eu quero pedir um de urgência que é a denúncia de Betim que já veio para
3101 essa Plenária, tentou vir três vezes e vamos priorizar a denúncia. **SORAYA -**
3102 **SEDESE:** Uma denúncia que está na nossa Comissão. Antes de começar a dizer,
3103 eu queria dizer duas coisas relacionadas as comissões. Eu discuti com algumas
3104 pessoas e a gente tem sentido muito isso. A Comissão de Política recebe muita
3105 denúncia, tem muita demanda, mas tem uma outra questão, em todas as Plenárias
3106 a gente não consegue chegar nesse momento das comissões falarem e fazerem os
3107 encaminhamentos na Plenária. A Comissão de Política nunca conseguiu apresentar

3108 na Plenária, eu acho isso muito dificultador. Então assim, quando a gente for pedir
3109 inclusão de ponto de Pauta, que a gente for trazer discussões que não estão na
3110 Pauta para a gente ter essa atenção porque quem fica prejudicado são os usuários,
3111 são os servidores que precisam de apoio técnico. Então eu queria deixar isso
3112 registrado para a gente ter atenção a isso. A Comissão de Política ela se reuniu e
3113 em vários momentos presencias e virtuais, e a gente tem essa questão do
3114 município de Betim, não é só Betim. O que ocorre lá no município de Betim? Nós
3115 tivemos denúncias e várias, e não é só desse ano, tem denúncias do ano passado,
3116 dizendo das terceirizações dos serviços por parte da Gestão. Não só terceirização,
3117 mas precarização da mão de obra, utilizando de processo seletivo para contratação
3118 de servidor considerando que tem concurso público vigente e os profissionais não
3119 estão sendo nomeados. Existe um termo de ajustamento de conduta, um TAC para
3120 que o município se regularizasse, nós solicitamos a gestão que nos desse retorno
3121 quanto ao andamento desse TAC, encaminhamos vários Ofício, tem na nossa
3122 minuta aqui para o Conselho Municipal de Betim, eles estiveram aqui na reunião de
3123 Julho, se prontificaram a responder, mas não responderam nenhum dos Ofícios que
3124 foram encaminhamos, e nós tivemos uma resposta do Ministério Público com
3125 relação a situação de Betim. Um olhar crítico que a Comissão faz é de um possível,
3126 quero usar uma palavra mais leve aqui, Érica. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
3127 **CURVELO - SSVF:** Uma falta de efetividade nas ações. **SORAYA - SEDESE:** Isso.
3128 Obrigada, Lucas. Super leve, esse foi muito delicada. Mas a gente, na Comissão e
3129 Karine faz parte, Iara, Érika, Magna, Michele fez parte, precisou sair. Mas a gente
3130 discutiu muito isso dessa ineficácia das ações do Ministério Público porque já
3131 tiveram nesse dossiê que a gente tem, tem denúncias e a gente percebe que a
3132 denúncia de trabalhador para Ministério Público também e não teve, não tem um
3133 direcionamento, não tem um encaminhamento que seja positivo para resolução
3134 dessas questões lá em Betim. Então nós trouxemos para Plenária dizendo dessa
3135 situação do Conselho Municipal de não resposta aos Ofícios encaminhados,
3136 juntamente com isso não resposta da Gestão. E aí Mira, você quer complementar
3137 alguma coisa sobre o Ministério Público? A Mira é a nossa técnica da Comissão e
3138 ela ajuda muito. **ADELMIRA - CEAS:** Então a resposta do Ministério Público foi
3139 essa do TAC, o primeiro TAC que a gente mencionou no Ofício eles já tinham
3140 concluído ficou só pendente a questão do concurso público, mas ele diz que é uma
3141 questão de direito individual e a gente entende que o próprio trabalhador é que tem
3142 que ver o edital e recorrer. Em outras situações do Conselho que já aconteceu isso
3143 e acabou que a Comissão não tinha mais o que fazer quando chega nesse ponto.
3144 Agora sobre os outros pontos da questão da terceirização que é um municipal que

3145 coloca o edital de chamamento para uma entidade contratar, e o Ministério Público
3146 diz que, por enquanto, ele não vê nenhum problema a princípio de transferência da
3147 gestão da área social para organização social, por meio de contrato de gestão. Por
3148 enquanto ele não vê descumprimento do TAC. Aí a gente está sem uma resposta
3149 de como o Conselho Municipal. Só que o Conselho Municipal ainda não respondeu,
3150 a gente ainda não sabe que tipo de acompanhamento que ele está fazendo junto ao
3151 serviço para ver a qualidade dos serviços assistências. E eu liguei para o
3152 Presidente do Conselho que a gente conseguiu o celular dele, mas ontem ele não
3153 me atendeu porque ele estava em reunião que era do COGEMAS na hora. Então
3154 eu vou ter que tentar ligar para ele de novo porque a gente já mandou e-mail várias
3155 vezes. **SORAYA - SEDESE:** Obrigada, Mira. Só ler uma parte aqui da resposta do
3156 Ministério Público que foi dia 15 de julho. *“O Ministério Público de Betim por meio
3157 do Despacho 30 de junho ao CEAS informa que o inquérito civil público foi
3158 arquivado em 25/05/2018 e que as cláusulas no termo do ajustamento de conduta
3159 foram cumpridas, ficando pendente somente as questões referentes a realização do
3160 concurso público para suprir os cargos que estavam sendo ocupados por
3161 contratações temporárias. Ainda que as cláusulas abarcadas pelo concurso público
3162 constam em outro TAC realizado em 25 de janeiro de 2021, nos autos do Inquérito
3163 Civil, no qual estabelece ao Município de Betim obrigação de não preencher sem
3164 concurso público, os cargos, empregos e funções citados na segunda cláusula do
3165 TAC. Ainda que tramita outro Inquérito Civil para apurar a legalidade do
3166 chamamento público de janeiro de 2021”.* Isso aqui nos chamou muito atenção. O
3167 Ministério Público determina em TAC com o município que faça concurso público,
3168 ele faz, não chama os servidores e faz um chamamento público para
3169 credenciamento de uma organização social tendo em vista notícia de tal
3170 contratação está burlando a lei. Então no mesmo mês que o Ministério Público
3171 determina um TAC com o município, ele ainda sim vai e faz um processo
3172 chamamento público para que uma entidade contrate os servidores. E que a
3173 princípio a transferência de gestão da área social para organização social por meio
3174 de contrato de gestão não configura, por enquanto, o descumprimento do TAC,
3175 visto que não se trata especificamente de contratação temporária. Informa que a
3176 legalidade da transferência de atividades de caráter social exercidas pelo ente
3177 público, as organizações sociais por meio de contrato de gestão, será analisada e
3178 diz que considerando que a nomeação de candidatos aprovados no concurso
3179 público trata-se de direito individual, cabe ao MP fiscalizar eventuais contratações
3180 temporárias e legais e que analisar a qualidade de serviços prestados pela entidade
3181 privada é atribuição da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos,

3182 considerando que essa demanda foi enviada a Promotoria de Defesa do Patrimônio
3183 Público. **GRAZIELE - CRP:** Deixa-me só dizer essa questão da resposta do
3184 Ministério Público, nas reuniões o que Betim tem feito. Ele tem um concurso vigente
3185 e não está chamando. O que a gestão faz? Ela abre um Processo de Chamamento
3186 Público para executar um programa. Esse programa o Ministério Público fala que
3187 não tem problema, a se dar, a Gestão, fazer esse chamamento que é um programa
3188 que não seria da Assistência Social, ou seria um programa diferente. Porém é para
3189 executar o PAIF, eles fazem um chamamento público para executar o PAIF, só que
3190 como tem retórica, o Ministério Público não vê esse problema. **SORAYA -**
3191 **SEDESE:** A denúncia veio pela Ouvidoria, veio por e-mail, que a gente considera
3192 que seja um trabalhador, veio para o CEAS. **GRAZIELE - CRP:** Tem concurso
3193 público vigente. A questão é essa, a não chamar o concurso público vigente, ele vai
3194 chamar essa OSC para poder executar o PAIF. Os trabalhadores e os interessados
3195 fazem a denúncia ao Ministério Público, o Ministério Público simplesmente
3196 responde que não tem problema, que pode ser feito esse chamamento público
3197 porque é outro programa, que é diferente só que é para executar o PAIF, gente. É
3198 só retórica. **SORAYA - SEDESE:** Apresentar em Plenária a resposta do MP a fim
3199 de contribuir com a Comissão e pensar em outras estratégias. Então a gente
3200 pensou nisso de apresentar realmente para a Plenária nos ajudar, encaminhar
3201 Ofício para Gestão, fazer contato telefônica com o CMAS de Betim solicitando
3202 resposta de Ofício. Na verdade, esse contato telefônico ele já tinha sido solicitado,
3203 não é? **ADELMIRA - CEAS:** Eu fiz ontem, liguei para o Presidente do Conselho
3204 com o telefone que a Lara me passou, porque eu já tinha enviado par ao e-mail dele
3205 no dia em que ele veio aqui, naquela Plenária. Então passou o e-mail, ele falou
3206 assim: "Pode mandar para o meu e-mail que eu vou responder", mas não responder,
3207 e eu mandei também para o e-mail da Secretaria Executiva que outras vezes.
3208 **SORAYA - SEDESE:** Visita técnica que é o que foi pensado ao CMAS de Betim
3209 para entender qual que está as ações do CMAS também nessa situação e de
3210 acordo com o cumprimento do TAC, e a questão maior é: A Plenária consegue nos
3211 ajudar em mais algum encaminhamento pensando nessa visita técnica?
3212 **PRESIDENTE:** Questão de Ordem, Graziele, Lucas e Juanita, o horário está bem
3213 apertado, vamos tentar encaminhar. Colocar nas ordens das inscrições, Graziele,
3214 Lucas e Juanita. **GRAZIELE - CRP:** Sugestão de encaminhamento, a gente
3215 agendar com a gestão lá de Betim, com o Fórum de Trabalhadores, CRP e Creas.
3216 Para poder organizar isso e entender o que está acontecendo de melhor, com o
3217 Gestão, o que está acontecendo, e também o Ministério Público para essa resposta,
3218 para talvez o Ministério Público compreender o que é PAIF, o que é Assistência

3219 Social porque eles não sabem mesmo, isso está claro. A gente imagina que tem
3220 outras questões, mas que está claro que eles não sabem o que é Assistência Social
3221 está muito claro. **PRESIDENTE:** Só uma dúvida, seria CRP, Creas, FET, junto com
3222 CEAS, com a Comissão que for formada? **GRAZIELE - CRP:** Isso. **LUCAS,**
3223 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Com toda sinceridade eu não vi
3224 muita dificuldade na denúncia assim, não. Porque veja, o Ministério Público primeiro
3225 ele informa de um TAC que foi originário de uma denúncia de 2018 que foi
3226 arquivado. Por via de consequência esse TAC não trata sobre essa atribuição de
3227 um terceiro para execução de um serviço que deveria ser público, executado pelo
3228 Poder Público, mas sim da contratação de pessoas em caráter temporário em
3229 descumprimento ao Artigo 37, parágrafo 1º da Constituição que é aquele serviço
3230 precárias e não constatação de serviço público. Isso fica muito claro quando ele
3231 trata da 3ª denúncia que está sendo cuidada ainda. Então com relação a execução
3232 do serviço, isso ainda não foi decidido pelo Ministério Público, ele ainda está em
3233 análise com relação a execução do PAEF por um terceiro, a contratação da OSC
3234 para executar esse serviço. Nesse sentido a minha sugestão de encaminhamento é
3235 que a SEDESE ofereça uma capacitação, uma oficina técnica, não sei como que
3236 chama, específica para o Município de Betim para poder clarear melhor de que
3237 aquele serviço não pode ser executado por uma OSC. **PRESIDENTE:** Para a sua
3238 informação a SEDESE já fez três reuniões presenciais com várias pessoas, da
3239 Gestão, dos serviços, ali gente é uma decisão da Gestão Municipal. **LUCAS,**
3240 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Beleza, então eu quero que a
3241 SEDESE encaminhe essas informações que foram passadas, quem é que estava
3242 nessa capacitação para que o CEAS possa oferecer uma denúncia robusta para o
3243 Ministério Público sobre o descumprimento legal da execução direta desse serviço
3244 público por parte do município. **MARIA JUANITA - FED. APAES/MG:** Eu queria
3245 contribuir para a Comissão da seguinte forma: Esse CEAS oficializa a SEDESE que
3246 reúna com a gestão e faça um plano de providências para adequar o funcionamento
3247 dos SUAS em Betim. O outro encaminhamento é que esse CEAS sente com o
3248 Conselho e faça um plano de reordenamento e de funcionamento do Conselho nas
3249 ações de fiscalização do SUAS do município. Pós isso, comunica o Ministério
3250 Público das ações, encaminha cópia dos planos de providência e de reordenamento
3251 ou de aprimoramento para o Ministério Público e informa da situação de ilegalidade
3252 que nós estamos falando que o município está. Comando único não está
3253 funcionando e o Conselho Municipal não está funcionando. Solicitando que o
3254 Ministério Público cumpra com a sua função de fiscal da lei, na minha análise é
3255 esses 3 encaminhamentos. Enviar a SEDESE para estabelecer um plano de

3256 providência com a gestão do SUAS em Betim. Que o CEAS vá no CMAS, ou chame
3257 o CMAS, se ele não está vindo aqui, a gente tem que ir lá, fazer um plano de
3258 reordenamento com o Conselho. Pós isso, a gente oficializa o Ministério Público
3259 com cópia desses acordos que foram estabelecidos para o Ministério Público
3260 fiscalizar junto conosco. A SEDESE fiscaliza o andamento do plano de
3261 aprimoramento e a gente fiscaliza o plano de ordenamento com a CMAS, é o que a
3262 gente possa fazer, e responda os denunciantes nesse sentido. **SANDRA -**
3263 **SINTIBREF:** Só para colaborar como falei na Comissão. Então só uma deliberação
3264 que saiu do CMAS, eu falei na Comissão, esse fato o Conselho não responde, aí já
3265 foi para o telefone, a gente chegou na gestão do CMAS tinha não sei quantas mil
3266 denúncias, não é de Minas Gerais, eu estou falando para a gente ficar atento. Há
3267 dois anos sem trato, nós resolvemos criar uma Comissão, tem os representantes
3268 que estão indo in loco, denúncias de dois anos, porque tem muitas coisas que o
3269 município pula o Estado e chega no CMAS e não vem para o CEAS, e muitas vezes
3270 vem para o CEAS para o CMAS e o CEAS não toma providência que não é o caso
3271 daqui que acontecendo, muito bem. Mas a gente ser mais firme por quê? Tirou-se
3272 um encaminhamento que todas as denúncias que chegarem a respeito de Conselho
3273 no CMAS, que seja que o CEAS que não está tomando providência ou do município
3274 direto, o estado que tiver o representante do CMAS vai ficar responsável para dar
3275 esse retorno para o CMAS, no caso já foi mapeando quem está no Sul, quem está
3276 aqui em Minas, nesse sentido. Porque já vai ser muito mais atento agora a essas
3277 denúncias que estão chegando, como aconteceram em Juiz de Fora, tem várias
3278 situações, que chegaram lá e não dá o trato. Para a gente ficar mais atento, embora
3279 eu estou vendo que a gente está dando atento, e graças a Deus, Minas Gerais, eu
3280 sempre falo, depois eu vou dar informe da Capacitasuas que a gente teve a
3281 execução bacana, tem várias coisas positivas que a gente tem que validar, não é
3282 por conta que é um outro Governo, eu sempre falo isso, a gente tem que validar o
3283 que está dando certo. Quando eu falo do orçamento da proposta, execução
3284 orçamentária nós aprovamos assim, bacana. Chegou a nova Gestão no Fundo
3285 Nacional, o resto a pagar está desse tamanho, meteu bronca, a gente tem que
3286 validar também. Mas eu estou te falando dessas denúncias para a gente tomar
3287 cuidado porque vai estar chegando no CMAS e não passa pelo CEAS e ficamos
3288 assim, e o estado que não tiver o conselheiro vai se designar um conselheiro para
3289 estar in loco, perguntando ao CEAS porque não deu um trato, vai ser precisar vai ir
3290 lá no município junto com o CEAS para poder dar trato. Então essa coisa que o
3291 Conselho Municipal de Betim não responde a gente tem que ser mais efetivo aqui
3292 no CEAS e perguntar: “Porque você não está respondendo, nem por telefone, por

3293 e-mail, nem nada?” Então a gente vai chegar de repente, na calada da noite. É só
3294 isso, obrigada. **PRESIDENTE:** Na verdade, realmente é ir lá. Eu quero já deixar
3295 encaminhado quem da Comissão pode ir nessa visita? Porque a Sugestão da Grazi
3296 foi aqui, que vá alguém do CRP, alguém do Creas, alguém do FET e a nossa
3297 Comissão. A Grazi já se manifestou aqui pelo CRP. Eu quero saber da nossa
3298 Comissão quem se disponibiliza para fazer essa visita em Betim e a previsão de
3299 data porque a gente já deixa isso direcionado, por quê? É uma questão séria e que
3300 já arrasta por um tempo, então é melhor já deixar agendado a data da visita e quem
3301 pode. **GRAZIELE - CRP:** Só colocar aí também que a Juanita pontuou para
3302 encaminhar resposta para os denunciantes já esses encaminhamentos. **MARIA**
3303 **JUANITA - FED. APAES/MG:** Então, eu acho que a gente precisa ser mais
3304 intensiva nos encaminhamentos no sentido de muita coisa, eu acho que vai tirando
3305 o fôlego da Comissão. Então, por exemplo, essa reunião com o CRP, com o Creas
3306 é importantíssimo, mas eu acho que só depois que a Comissão for lá estabelecer o
3307 plano de reordenamento, Comissão não, o CEAS por meio da Comissão, sentar e
3308 falar o Conselho não está funcionando por causa disso, disso, nós precisamos
3309 ajeitar, então vamos estabelecer um acordo aqui. Aí a gente comunica o CRP, a
3310 gente comunica, de pensar em menos estratégia na minha análise, mas aí é
3311 Comissão que vai entender, da importância. **GRAZIELE - CRP:** Juanita, eu penso
3312 que a presença do Creas, CRP e do FET, inclusive nesse plano mesmo, para a
3313 gente pensar nesse plano, que eu achei o seu encaminhamento muito importante,
3314 muito essencial, eu acho que essa reunião e para poder conduzir para esse lugar
3315 eu acho que é necessário, para colocar pressão mesmo, porque quanto mais gente
3316 chega, dias de uma tensão de vários olhares, de várias mãos. Então a minha
3317 intenção é que coloque pressão mesmo para que esse plano aconteça. Essa
3318 reunião seria para pensar junto com o CMAS de Betim, falar assim: “Olha nós
3319 precisamos fazer um plano”, assim como a SEDESE vai reunir com a gestão e fazer
3320 um plano de ação para diluir essas questões. Então a ideia da reunião é aproveitar
3321 a reunião junto com a sua sugestão. **PRESIDENTE:** Eu concordo com a Grazi até
3322 porque a gente otimiza tempo nesse sentido da Comissão e posteriormente ir
3323 novamente. Então eu concordo de já ir com esses representantes. O Lucas se
3324 manifestou também que pode e a ida da Comissão precisa se manifestar. Você
3325 pode Sandra ir pelo FET? Iara é da Comissão de Política. **GRAZIELE - CRP:** Eu
3326 sugiro dia 1º de setembro. Virtualmente não. **PRESIDENTE:** A data nós vamos
3327 decidir posteriormente, mas tem que ser o mais rápido possível. **LUCAS,**
3328 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa-me só fazer um
3329 apontamento porque eu acho que é oportuno a gente se ater a isso. No que diz

3330 respeito é o seguinte quem cuida em respeito ao princípio da autonomia federativa,
3331 quem cuida dessa competência de fiscalização da Gestão é o Conselho Municipal.
3332 Então por via de consequência, eu acho que o primeiro ato que a gente tem que
3333 fazer é levar aquilo que a gente está entendendo como o melhor caminho para o
3334 Conselho Municipal para que a gente tenha suporte da parte dele. Vai ter que ser
3335 duas reuniões de certo ponto. A primeira reunião com o Conselho Municipal até
3336 porque nós temos uma certa limitação de atuação enquanto Conselho Estadual e o
3337 Conselho Municipal ele tem um pouco mais de autonomia, até que nós trouxemos
3338 os nossos parceiros no âmbito do município. Então eu acho que o primeiro ponto é
3339 levar conhecimento do Conselho Municipal sobre esses encaminhamentos que nós
3340 estamos dando aqui para partir para o segundo passo que é justamente tentar
3341 ordenar com a Gestão. **IARA - CSJB:** Reiterar que isso já é era o encaminhamento
3342 da Comissão de Política, a reunião com o Conselho Municipal de Assistência Social.
3343 Então só para vocês entenderem que a gente já trouxe algumas estratégia que nós
3344 já tínhamos definidos como Comissão e a que vocês estão trazendo agora, vai
3345 agregar. Então essa com o conselheiro Municipal de Betim já era uma diretriz da
3346 Comissão de Política. Gratidão pelas contribuições. **PRESIDENTE:** Obrigada,
3347 pessoal. Eu estou preocupada com o horário, as outras comissões. A nossa de
3348 Apoio de Normas está em andamento não tem urgência, tem alguma questão
3349 urgente que precisa ser colocada agora? Porque os conselheiros vão sair.
3350 **GRAZIELE - CRP:** Eu só vou solicitar, fazer coro com a Soraya que esse ponto de
3351 Pauta entre como prioridade na próxima Plenária que eu já havia solicita na anterior.
3352 Então eu vou pedir a Mesa Diretora que fique atenta a isso na próxima Plenária.
3353 **PRESIDENTE:** Secretaria Executiva, está registrado? **LUCAS, CONSELHO**
3354 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu tenho sobre o site. Eu quero saber o que
3355 está acontecendo com o site? A gente precisa falar sobre o site, para esse site
3356 voltar. **PRESIDENTE:** O informe é rápido, eu não sei a Sirlene já tem a data. Teve a
3357 consulta para GE, eles falaram que pode retornar com vários pontos que são
3358 Resoluções, Atas, eu não lembro. A Sirlene já reuniu com a Assessoria de
3359 Comunicação e a Diretoria de Tecnologia e vai voltar, só não sei o dia, que dia que
3360 foi isso. **JACQUELINE - CMAS/CORDISBURGO:** Gente, eu queria só passar uma
3361 informação para a Plenária do Conselho de Ética. Conselheiros, conforme nós da
3362 Comissão de Ética, informamos que na 275ª Plenária ocorrido no dia 22/07 a
3363 Comissão revisou o Código de Ética do CEAS e elaborou uma minuta com
3364 alterações que foi enviada para todos no dia 09/08/2022 por e-mail e no grupo de
3365 WhatsApp do CEAS, em PDF, em planilha de Excel, para avaliação e contribuição
3366 de todos até o dia 24/08, precisamos da manifestação de todos vocês. É muito

3367 importante que vocês conselheiro esteja lá olhando essa minuta, ok? Obrigada.
 3368 **SIRLENE - CEAS:** Eu conversei com o Rods era para ele ter me entregado ontem
 3369 só que aconteceu alguma coisa e ele não me entregou. Mas semana que vem eu
 3370 acho que estará no ar, sim, o site. **PRESIDENTE:** Então agradeço a participação a
 3371 plenária. Boa viagem a todos de volta. Bom retorno.

NOME	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Cleuza Maria de Oliveira	SEE	
Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	CMAS/Conselheiro Lafaiete	
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE	
Érica Pereira Alves Beltrame	CMAS/Coronel Fabriciano	
Gabriela de Almeida Loiola	CMAS/Salinas	
Gabriele Sabrina	SEDESE	
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	
Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté	
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor	
Leandro Luis da Cruz Sena	Instituto de Desenvolvimento Sociopolício Brasileiro - ID	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo São Vicente de Paula	
Ludson Rocha Martins	CRESS	
Magna Cupertino Carvalho	COGEMAS	
Maria Aparecida Bayão	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Mariana de Resende Franco	SEDESE	
Marilene Faustino Pereira	FETAEMG	
Marinete da Silva Moraes	COGEMAS	
Michelle Andrade Henriques	SEE	
Rodrigo dos Santos França	Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	

Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte	
Soraia Vanessa Silva Cruz	SEDESE	
Vinícius de Querioz Castanheira	SEF	

3372